

Uma utopia urbana para o trabalho.

# Harmonia

Marcelo Willer  
Curitiba, 1997

Marcelo Willer

**HARMONIA: UMA UTOPIA URBANA  
PARA O TRABALHO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em História,  
área de concentração em História das Idéias,  
da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Doutora Ana Maria  
de Oliveira Burmester

Curitiba, 1997.

Ao Francisco Paz, que me convidou para a interminável viagem pelo mundo da História

## **Agradecimentos**

À Ana Maria, pelo apoio e orientação.

À Marília pela leitura atenta.

Às professoras Helena Mueller e Maria Tarcisa Bega pelas sugestões no exame de qualificação.

À Luciana e Clarisse, do Centro de Documentação e Memória de Klabin e Luis Sutil, da Klabin Fabricadora/Paraná.

Aos professores Márnio Teixeira Pinto, Anamaria Filizola, Carlos Alberto Faraco, Marilene Weinhardt e José Borges Neto pelas lições de multidisciplinaridade.

Aos companheiros de História, Luis Fernando, Alessandra, Dani, Alberto, Flávio e Janaína.

## **Sumário**

Introdução	4
Capítulo I: Disciplina e cidade industrial	15
Capítulo II: A reforma do monstro urbano	35
Capítulo III: Harmonia: modernidade e disciplina industrial nos sertões do Brasil meridional	60
Capítulo IV: A vida em função da Fábrica	140
Considerações Finais: Viagem a um admirável mundo novo	214
Bibliografia	218
Fontes	225

## **Harmonia: uma utopia urbana para o trabalho**

*Nessa gigantesca ordem de cousas, precisamos primeiramente do homem arregimentado e disciplinado; coerente e sociável em todas as manifestações do pensar e do sentir, em face das questões que lhe toca a respeito.*

*Do homem que interpreta as leis e as instituições da nação, suas formas e regulamentos.*

*E, só a arregimentação tornará apto o cidadão a ser útil a sua Pátria e à Humanidade; trabalhando, desprezando a ociosidade parasitária que faz sucumbir os preceitos de uma moral cristã.*

Trecho de carta de Svirino Bezerra da Cunha, trabalhador da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina na Oficina Mecânica de Monte Alegre, ao Ministro da Viação e Obras Públicas, General Mendonça Lima, em 8 de março de 1944.

## **Introdução**

A experiência urbana no Brasil passa por profundas modificações a partir do final do século XIX. Contribuem para o estabelecimento desses novos contornos de urbanização uma série de fatores. Em primeiro lugar, vemos uma importante modificação do perfil social da população com a integração de um grande contingente de imigrantes recém-chegados e de uma população de ex-escravos libertados pela Abolição. Paralelamente, ocorrem profundas modificações de caráter econômico. Os primeiros ensaios de industrialização avançam apesar da hegemonia do setor agrário na economia da República Velha. Este processo de industrialização gera as primeiras

aglomerações operárias, principalmente na cidade de São Paulo, bem como as primeiras manifestações anarquistas, inspiradas por imigrantes italianos e espanhóis, parcela importante da nascente classe operária brasileira no início do século.

A existência, no interior das cidades, de crescentes concentrações operárias, focos de agitação política e locais de péssimas condições sanitárias, começa a preocupar as autoridades da República Velha, exigindo a progressiva elaboração de políticas que dessem conta dos problemas de organização do trabalho e da disciplinarização da emergente classe operária. A exemplaridade desse processo é dada pelas reformas de Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro - inspiradas nas grandes modificações promovidas por Georges Haussmann em Paris - acompanhada da reforma sanitária coordenada por Oswaldo Cruz, na primeira década deste século.

A partir da Revolução de 1930 surgem novos elementos na política brasileira voltados a responder os problemas trazidos pela crescente urbanização da sociedade. As autoridades passam a ter um especial cuidado em desfazer as organizações operárias que ameaçam os interesses das elites urbanas, constituídas pelo segmento empresarial em formação, e das novas classes médias.

A tendência política centralizadora do novo governo leva-o a organizar o estado de forma a dar conta das emergentes tensões sociais. Nas décadas de 1930-40, como acentua Eric J. Hobsbawm, o governo brasileiro, a semelhança do argentino, busca se antecipar aos trabalhadores reorganizando, por sua iniciativa, o movimento operário. O getulhismo, como o peronismo, desestabiliza as organizações dos trabalhadores existentes anteriormente, reordenando-as sob sua ótica política. A Constituição de 1934 estabelece com mais clareza esta atribuição patronal a ser cumprida pelo governo, evidenciando sua preocupação para com a questão da governabilidade. Tal função é ampliada ainda mais com o Estado Novo. Qual seja, é cada vez mais clara a ação governamental no sentido de eleger a população trabalhadora

como seu alvo de ação, tendo a economia política como saber e os dispositivos de segurança como instrumentos técnicos.

Os anos 30 presenciam as tentativas de "invenção" de um novo Brasil pela afirmação de um orgulho de brasilidade. No campo da cultura este sentimento já se estabelecera desde os anos 20, principalmente a partir do movimento Modernista. Com a Revolução de 30, esse sentimento passa a abranger também a economia e, conseqüentemente, a organização do trabalho. O Estado Novo, autoritário e centralizador, promove a mística do governante como homem que não se atém aos interesses das classes dominantes, mas que também atende aos trabalhadores. Ele organiza o próprio movimento operário e garante as conquistas sociais e trabalhistas, se opondo às agitações sindicais dos anos 10-20. Surge o discurso sobre o "bom trabalhador", sobre o indivíduo disciplinado, a família higienizada e o trabalho organizado.

Tal processo, a despeito das características gerais, sofre variações regionais. Tomemos o exemplo do Paraná. Ao contrário do que ocorria nos demais estados do país, onde as oligarquias agrárias conservadoras detinham o poder, o Paraná iniciou o século sob o comando dos representantes dos setores mais dinâmicos de sua economia, os ervateiros e os madeireiros. Com a Revolução de 30, esses segmentos foram afastados do governo local e substituídos pelos representantes dos setores mais tradicionais, isto é, das oligarquias agro-pastoris dos Campos Gerais. Entretanto, em meio a uma política conservadora, assistimos a iniciativas econômicas ousadas para a época. É o caso da instalação da fábrica de papel das Indústrias Klabin do Paraná, no vale do rio Tibagi, desenvolvendo um complexo industrial em uma região pouco povoada e relativamente afastada dos grandes centros consumidores. Tal iniciativa não pode ser compreendida se não levarmos em conta a concessão pelo governo federal de

importantes incentivos econômicos e fiscais que, aliados a grande disponibilidade de matéria-prima na região, ajudam a viabilizar um projeto tão ambicioso para a época.

O local escolhido para a instalação da indústria foi a Fazenda Monte Alegre, na região central do Estado. Apesar de sua grande extensão física, a Fazenda não contava com qualquer infra-estrutura ou população significativa, constituindo-se basicamente de vastas áreas de florestas de araucárias, matéria-prima ideal para a produção de papel. A ausência de uma estrutura básica exigiu a idealização de um verdadeiro "complexo industrial" que desse conta de todas as necessidades diretas e indiretas de uma fábrica de grande porte, envolvendo abastecimento, transporte e mão-de-obra. É este o aspecto que torna o complexo da fábrica de Monte Alegre um objeto interessante de estudo. Trata-se de um projeto industrial que pensa tanto a instalação fabril em si quanto a infra-estrutura secundária que sustente a indústria, abrangendo desde a moradia para o corpo técnico até o alojamento para o conjunto de trabalhadores que vão operar a fábrica. Estas foram as necessidades que levaram o grupo Klabin a desenvolver, em meados da década de 30, um projeto que, se não era original em termos de Brasil, era inovador em termos do Paraná.

Assim como foi necessário o desenvolvimento de uma *Fordlândia* na Amazônia para permitir o projeto seringueiro de Henry Ford às margens do rio Tapajós, seria necessária uma cidade de Harmonia para a implantação da moderna indústria papeleira nas florestas e campos quase despovoados do Paraná central.

### **O que é Harmonia?**

A infra-estrutura urbana organizada para permitir o funcionamento da fábrica envolve um projeto urbano que contempla moradia, escola, hospital, clube,

armazém de abastecimento e todos os demais equipamentos necessários para o estabelecimento de uma comunidade "moderna". O desenho urbano se revela mais rico do que os novos assentamentos que floresciam no estado, a começar pela própria denominação da cidade. Harmonia nos remete ao ideal de bem-estar social elaborado pelos pensadores utópicos do século XIX. Propondo uma modernidade para o futuro e lançando mão deste pensamento utópico, o projeto de Harmonia revela-se muito próximo às idéias de Charles Fourier e Robert Owen. Ele reproduz, em escala local, o papel urbanístico pensado no século XIX para assegurar a realização do indivíduo nas experiências coletivas.

Apoiando-se em uma crítica radical das aglomerações urbanas na era industrial, os urbanistas da utopia moderna propunham uma nova forma de organização espacial das cidades, distribuindo assentamentos urbanos de tamanho limitado pelo campo, com uma estrutura de circulação e disposição de atividades muito bem definidas. Segundo sua proposta, a estruturação das cidades segue um modelo que privilegia a classificação rigorosa das áreas destinadas para habitação, trabalho e lazer, numa concepção urbanística profundamente higienista. Ela garante, através do uso de áreas verdes como isolamento entre as edificações, uma qualidade urbana ideal para a saúde e a educação do corpo. A localização privilegiada dos edifícios de uso público e a ênfase na qualidade da habitação, independentemente da classe social à qual era destinada, completam a lógica ordenadora dessa proposta de organização social e urbana, em aberta oposição ao caos das cidades modernas.

A Harmonia do século XX, utopia realizada, revela profundas diferenças para com o pensamento utópico original. Ela realiza a idéia na perspectiva patronal e governamental, e contempla o ideal do corpo social organizado em sincronia com o mundo do trabalho, com a disciplina industrial e com a produção de corpos sadios.

É na contradição entre a aparente imagem de utopia social e a rigorosa disciplina aplicada sobre os indivíduos residentes nestas estruturas urbanas que localizamos o centro de interesse do presente trabalho.

Esta aparente contradição nos remete a um fenômeno curioso que surge no bojo da luta ideológica entre os críticos do capitalismo e a burguesia industrial ascendente, durante o século XIX: idéias de caráter libertador, defensoras de novas formas de organização social a partir da crítica às injustiças do capitalismo, acabaram por ser absorvidas, reformuladas e implantadas pelos próprios capitalistas. Esta coincidência entre as propostas das correntes libertárias e os oponentes convictos do socialismo, nos chama a atenção para a facilidade com que o ideário anticapitalista podia ser adaptado para propósitos opostos aos que lhe deram origem.

Para que possamos compreender a razão de tal inversão é necessário observar algumas similaridades apresentadas por estas duas visões aparentemente opostas de organização social. A confiança no progresso graças ao domínio da natureza pelo homem, apoiado no desenvolvimento da ciência e da indústria - idéia que dominou o pensamento ocidental a partir da Revolução Industrial - era compartilhada por capitalistas e socialistas. As propostas de organização para o trabalho derivadas desta concepção de progresso acabavam, por sua vez, tornando-se similares.

Se tomarmos Harmonia como modelo de cidade industrial, veremos que ela está muito distante da realidade das vilas operárias insalubres e perigosas que se multiplicaram ao redor dos grandes centros europeus. Temos agora um modelo de cidade industrial que, teoricamente, privilegia o trabalhador mas, na prática, assegura o trabalho. Do ponto de vista da empresa, ele se pauta por um modelo empresarial germânico em suas conotações paternalistas. Do ponto de vista governamental, ele assegura a implementação do corpo sadio, algo tão enfatizado pelo discurso do Estado Novo. A idéia da nação forte está indissociavelmente presa à do trabalhador igualmente

forte, respaldado pelas garantias do ensino, da assistência médica, do atendimento religioso, do exercício físico e, sobretudo, da família.

Harmonia expressa um desejo industrial em consonância com a modernidade. Ao mesmo tempo, realiza a "moderna utopia". Por estar distante de outras cidades, está livre da contaminação pela degeneração e pelos perigos das grandes aglomerações urbanas.

### **Um roteiro de investigação**

Ao eleger Harmonia como objeto privilegiado de estudo, estamos propondo três eixos de discussão que, a partir da exemplaridade da estrutura urbana escolhida, aprofundem a discussão sobre a influência do projeto de modernização industrial sobre as cidades e suas populações.

A discussão desenvolvida nos capítulos I e II diz respeito às soluções propostas como alternativa ao quadro caótico apresentado pelas grandes concentrações urbanas a partir da Revolução Industrial na Inglaterra, e da Revolução Política na França. O crescimento populacional, combinado ao adensamento das cidades então existentes, acabou por consolidar uma situação de grande instabilidade, graças à conjunção das péssimas condições de higiene e alojamento com a constante ameaça de revolta política. Como resposta a estes temores surgem, a partir do século XVIII, propostas teóricas para a reforma do monstro urbano, muitas delas implantadas no século seguinte. Ao retomar algumas das propostas de reforma urbana e construção de cidades industriais formuladas naquele período, buscamos debater a relação entre as concepções urbanísticas e os ideais de disciplinarização da classe trabalhadora exigida para a consolidação da modernidade industrial. A partir do instrumental de análise

proposto na obra de Michel Foucault podemos introduzir o debate sobre a conformação de mecanismos de poder estabelecidos de forma a utilizar o habitat operário como instrumento de controle e fixação destas populações trabalhadoras.

Finalmente, analisamos as duas formas como estas idéias urbanísticas repercutiram no Brasil: impulsionando iniciativas de intervenção urbana de caráter higienista nas principais cidades e alimentando as propostas de criação de novas cidades no interior do país.

Partindo do pressuposto que os anos 20/30 representam um redimensionamento das relações de trabalho, especialmente a partir do desenvolvimento do tema da industrialização, o terceiro capítulo objetiva partir dos discursos e práticas desenvolvidas ao longo da Era Vargas referentes à constituição de um ideal de trabalhador. Essa questão é fundamental, posto que nela se evidencia uma nova racionalidade governamental que busca simultaneamente trazer os trabalhadores para o interior do discurso administrativo e introjetar a moral do trabalho industrial. Neste sentido, o Estado Novo é rico em metáforas que vão da identificação do chefe da nação com o "pai dos pobres" até a identificação do corpo sadio do trabalhador com o próprio corpo sagrado da nação.

Assumindo de maneira muito clara a responsabilidade pelo desenvolvimento dos setores secundário e terciário da economia, o governo busca diminuir o peso político do setor primário, ou seja, das antigas oligarquias agropastoris. Ainda, ao propor a necessidade da presença do governo em meio aos segmentos menos favorecidos da sociedade, inaugurando uma nova estratégia de gerenciamento da coisa pública através de reformas trabalhistas, o governo busca garantir uma imagem positiva junto aos trabalhadores. Sua atenção à infância, saúde, educação completa essa imagem de um governo atento às questões sociais, ao mesmo

tempo que asseguram as condições necessárias às transformações das relações de trabalho.

A este primeiro propósito soma-se o estudo da ação governamental junto a segmentos empresariais com o propósito de, combinados, assegurarem a modernização nacional. Cumpre observar que governo e patrões têm, ou buscam desenvolver, uma estratégia comum de convencimento dos trabalhadores quanto à positividade de seus propósitos através do oferecimento de garantias, que vão desde o apoio à família do trabalhador, passando pela assistência médica e chegando até a qualificação do trabalhador pela instrução. Nosso estudo não pode se limitar apenas à compreensão de tal projeto de modernização; é necessário também que se acompanhe a forma como se buscou a implantação da modernidade industrial em um país basicamente agrário e sem infraestrutura, gerando situações de profundo contraste entre o antigo e o moderno..

Por último, e de forma mais precisa, nosso estudo volta-se, no capítulo IV à reflexão destas questões a partir da exemplaridade dada por Harmonia. Qual seja, pelo estudo deste núcleo fabril ao longo dos anos 30-50, objetivamos a análise de um projeto urbanístico naquilo que ele evidencia dos propósitos de disciplinarização de um conjunto de trabalhadores vinculados a um ideal de industrialização. Harmonia, tal qual foi projetada, revela os componentes de um padrão de urbanidade estreitamente ligado às concepções da moderna sociabilidade fabril. A constituição do mundo do trabalho em uma comunidade isolada na “selva” nos permite uma leitura privilegiada da concepção de sociedade idealizado pela empresa.

Através do material produzido pela Secretaria Geral, que conduziu a construção da fábrica e a implantação da cidade, podemos recuperar a memória de todas as decisões, decretos e ordens de serviço que estabeleceram, gradativamente, uma sociabilidade voltada para o trabalho. Este rico material, somado a amplo acervo

fotográfico produzido no período e aos projetos urbanísticos e arquitetônicos originais de Harmonia, nos permitem estabelecer as relações entre a conformação deste núcleo fabril e as reflexões sobre cidade, disciplina e modernização industrial desenvolvidas nos capítulos anteriores da dissertação.

A proposta metodológica utilizada no trabalho nos impõe a necessidade de alertar o leitor para dois recortes adotados durante a pesquisa. Em primeiro lugar, por se tratar de um estudo de História das Idéias, enfocando as concepções de cidade e sociabilidades desenvolvidas e implantadas objetivando aprimorar a produção industrial capitalista, optamos por limitar o objeto da presente pesquisa às concepções patronais de sociabilidade para o trabalho. Outras seriam as abordagens possíveis da cidade industrial. Entre elas cabe ressaltar, por exemplo, o estudo da cidade segundo o ponto de vista do trabalhador. A trajetória da implantação Harmonia permite uma variedade de estudos e nossa pesquisa não se propõe, de forma alguma, a esgotar o tema.

O segundo recorte adotado diz respeito às fontes utilizadas para a pesquisa. Existe um volume extremamente grande e rico de material a ser estudado sobre Harmonia. Jornais, boletins, depoimentos e outros documentos estão arquivados em São Paulo, Curitiba e Telêmaco Borba. Nossa opção foi a de restringir o universo de pesquisa à correspondência emitida pela Secretaria Geral no período de implantação da fábrica. Extenso e rico em detalhes, este material nos pareceu o mais adequado para o objetivo do trabalho, qual seja, a recuperação da visão patronal presente nesta moderna sociabilidade fabril.

Quando necessário, lançamos mão de fotografias, desenhos ou depoimentos sobre Harmonia, com o objetivo de complementar ou ilustrar as questões debatidas a partir da correspondência estudada.

Finalmente, o resultado do cruzamento entre a discussão teórica apresentada nos capítulos iniciais, e nosso objeto de pesquisa será apresentado no final

do capítulo IV, a título de conclusão. Partindo do exemplo de Harmonia, buscamos estabelecer a relação entre a modernidade industrial, na forma singular como esta ocorreu no Brasil, o sonho de construção de um novo mundo graças à conquista dos imensos territórios vazios no interior do país, e as tecnologias de disciplinarização utilizadas nestas duas utopias do progresso nacional, que em 1937 se encontraram nos pinheirais do Paraná Central

## Capítulo I

### **Disciplina e cidade industrial**

O advento da indústria traz, a partir do século XVIII, profundas transformações no habitat humano. Implantadas inicialmente junto às fontes de matéria prima e de energia, como quedas d'água ou minas de carvão mineral, as instalações fabris surgem na Inglaterra, disseminando-se em seguida por toda a Europa. A produção em escala artesanal desenvolvida em pequenas oficinas cede lugar a novas técnicas produtivas que exigem a especialização do trabalho, passando a reunir um contingente cada vez maior de trabalhadores em um único espaço.

Um novo tipo de aglomeração urbana forma-se espontaneamente em torno destas fábricas, respondendo à demanda de alojamento para os contingentes de mão-de-obra necessários ao funcionamento das mesmas. Esta emergente classe operária era, em sua maioria, originária das áreas rurais, pois o processo de substituição da estrutura agrária de origem feudal pela produção capitalista no campo passa a liberar grandes contingentes de trabalhadores, cujos números são acentuados pelo crescimento demográfico. Sem alternativas de subsistência, estes camponeses são rapidamente convertidos em operários e obrigados a trabalhar em condições desumanas, submetidos a extensas jornadas de trabalho em ambientes extremamente insalubres. Diversos são os recursos utilizados pelos industriais com o objetivo de impor os rigorosos padrões da vida industrial aos camponeses recém-convertidos em operários. A alta rotatividade da mão-de-obra, e a utilização intensiva de trabalho infantil e feminino com remuneração inferior, eram práticas comuns no início da industrialização.

A concentração das populações operárias aumenta rapidamente com o avanço da industrialização nos séculos XVIII e XIX. Além de apontar para a árdua realidade do trabalho fabril, os relatos deixados por autores da época, como Engels e Dickens chamam a atenção para as precárias condições em que eram alojados os trabalhadores. Nascidas sem planejamento, as primeiras vilas fabris não apresentavam as mínimas condições de higiene e salubridade. A reposição das energias consumidas nas extensas jornadas de trabalho ocorria, portanto, em condições extremamente precárias.

A “vida útil” de um trabalhador na fábrica era curta. Ao desgaste causado pelo trabalho extenuante somava-se a péssima alimentação, o alojamento precário e a disseminação de doenças. Tal realidade não era motivo de preocupação para os patrões, pois a constante renovação do pessoal estava garantida, graças a um extenso exército de reserva constituído pelos contingentes de trabalhadores que afluíam constantemente às fábricas, originários do campo. Delineia-se, portanto, um dramático contraste: apesar do enorme desenvolvimento tecnológico proporcionado pela Revolução Industrial, chegamos ao século XIX com os padrões de vida urbana sendo ainda determinados segundo tecnologias herdadas da Idade Média.

A partir da primeira metade do século XIX, graças ao desenvolvimento do transporte fluvial e ferroviário, a localização das instalações industriais deixa de estar vinculada, obrigatoriamente, à proximidade com as minas e corredeiras. A geração de energia à vapor passa a ser garantida por grandes volumes de carvão mineral, transportados à distância através de ferrovias e canais. Estas transformações desencadeiam um processo de centralização da atividade produtiva, levando a uma rápida transformação no perfil das indústrias: as oficinas isoladas e dispersas nas pequenas cidades cedem lugar a grandes fábricas implantadas em distritos industriais, envolvendo o trabalho de contingentes numerosos de operários.

Todos os aspectos da vida na cidade moderna passam, cada vez mais, a ser determinados em função da fábrica. Desta forma, grandes cidades como Londres, Manchester e Lyon, assistem ao desenvolvimento, em sua periferia, de um cinturão industrial onde as péssimas condições de vida das populações trabalhadoras eram agravadas pela escala, sem precedentes, que atingiam estas aglomerações. O impacto de tais transformações atinge profundamente as cidades de maior população, transformando-as, rapidamente, em ambientes insalubres, com níveis de degradação social e urbana nunca antes presenciados. Lewis Mumford<sup>1</sup>, é um dos muitos autores que chama a atenção para o estado em que se encontrava a cidade industrial no início do século dezenove, descrevendo detalhadamente a péssima qualidade de vida existente, sendo que até os melhores bairros, onde residiam os expoentes da jovem burguesia industrial, eram congestionados e imundos.

Mumford atribui a responsabilidade sobre este dramático panorama à aplicação dos princípios utilitaristas do *laissez-faire* ao tecido urbano. Com a livre iniciativa alçada ao status de verdadeira divindade, qualquer tentativa de planejamento deste caótico crescimento nas cidades era vista pela classe ascendente como uma restrição à sagrada liberdade de empreendimento. Para os adeptos mais exaltados do liberalismo, o planejamento era visto então como um instrumento desnecessário, pois no seu entendimento as leis do mercado se constituíam no melhor mecanismo para se atingir o equilíbrio social.

Engels descreve, por exemplo, na *Situação da Classe Operária na Inglaterra*, os detalhes de um cotidiano assustador, onde cortiços, promiscuidade, esgoto a céu aberto e lixo amontoado nas ruas são aspectos comuns a quase todos os bairros.

---

<sup>1</sup> MUMFORD, Lewis. A cidade na história- suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Na Inglaterra, a dramática situação gerada pelo déficit habitacional faz com que a falta de alojamento seja alçada a questão emergencial para a administração das cidades. Não apenas nos bairros operários, mas também nas regiões onde habitavam as classes médias, o déficit de moradias leva a um adensamento extremo da população. Famílias inteiras amontoam-se em apartamentos de uma peça, sem as mínimas condições de higiene, ventilação e iluminação. Outras cidades, como Paris, sofrem um rápido processo de inchamento dentro dos limites de suas antigas muralhas, comprimindo a crescente população em espaços cada vez mais exíguos.

É neste período que surgem, implantadas junto aos emergentes complexos industriais e mineradores, as primeiras estruturas urbanas construídas especialmente para atender a falta de alojamento para as famílias operárias. Compostas de pavilhões multifamiliares ou de pequenas casas, alinhadas e coladas umas às outras, estas vilas estão longe de representar a superação para os problemas de insalubridade e aglomeração das cidades tradicionais. Pelo contrário, a reprodução de muitos dos problemas de um subúrbio operário faz com que as novas vilas se transformem, rapidamente, em foco de agitação política e embate entre patrões e trabalhadores.

Simultaneamente, outra face do monstro urbano atemoriza as grandes cidades: os bairros antigos, ocupados por cortiços, verdadeiros caldeirões de ebulição social, que passam a representar uma ameaça à estabilidade da ordem burguesa recém consolidada. O antigo tecido urbano não comporta mais o adensamento resultante do acelerado crescimento populacional. Amontoam-se construções em densidades que impedem a circulação de ar e luz. A paisagem destas regiões é opressiva, composta por becos, corredores e interstícios - onde prolifera a doença, o crime e todo o tipo de atividades fora do controle da lei.

Tal como a Revolução Industrial na Inglaterra, a Revolução Política na França representou uma grande alteração na ordem instituída sobre a vida nas cidades.

Uma das mais importantes alterações foi, sem dúvida, a entrada em cena das grandes multidões, temido personagem incorporado à vida urbana a partir do período revolucionário.

Anthony Vidler, ao analisar as modificações ocorridas na vida das ruas das grandes cidades, chama a atenção para o impacto que o surgimento deste novo personagem causa no cenário urbano do século XVIII. Submerso no anonimato das multidões, o simples operário se liberta do jugo das instituições que disciplinam o mundo do trabalho, adquirindo subitamente um potencial contestador, revolucionário. Arquitetos engajados no processo de mudança política passam a planejar espaços para servir como palco para as manifestações revolucionárias, os festivais e desfiles que, segundo Vidler *pouco se afastavam de seu oposito, os atos de linchamento, destruição e massacre.*<sup>2</sup>

Com a retomada da ordem institucional, após o período do terror, a reconstrução da vida urbana do Antigo Regime, mesmo que desejada pelos setores conservadores, já não era mais possível. Jean François Sobry, urbanista conservador e chefe da polícia de Paris sob a Monarquia de Julho, afirmava em seu *Discours sur le Cérémonial*, de 1805:

*Após períodos de desorganização, não há tarefa mais árdua que reorganizar corretamente, porque as idéias que tendem ao reestabelecimento estão irreparavelmente descoladas daquelas que impulsionaram a ruptura.*<sup>3</sup>

A cerimônia pública, centro da mobilização das multidões no período revolucionário, passa a ter o papel inverso no pensamento de Sobry:

---

<sup>2</sup> VIDLER, Anthony. The scenes of street. in: *On Streets*: Cambridge, MIT Press, 1980, p. 42.

<sup>3</sup> SOBRY, Jean-François. *Discours sur le Cérémonial*. in VIDLER, Anthony. The scenes of street. *On Streets*: Cambridge, MIT Press, 1980. pp. 42

*(...) o exemplo da ordem, a alegria da ordem, a supremacia da ordem, a magnificiência da ordem, o espetáculo da ordem (...) o caminho mais curto para se atingir a alma é através dos olhos. O cerimonial é o cimento que junta estes blocos de pedra, cortados de forma tão diferente, que fazem o edifício social; é ao mesmo tempo a totalidade e a força, a graça e a solidez.<sup>4</sup>*

O entendimento de que a cidade havia se transformado em *locus* privilegiado da doença e do caos social já vinha se consolidando entre os governantes desde antes da Revolução. Ganha espaço a convicção de que a constituição de um trabalhador saudável e produtivo - necessidades colocadas pela indústria emergente - se tornava um empreendimento impossível em tal ambiente. É a partir deste impasse que surgem novas correntes no pensamento social que têm como princípio a rejeição às concentrações urbanas como possibilidade de desenvolvimento futuro para a civilização. Pensadores do século das luzes, como Rousseau, Babeuf e Restif de La Bretonne, chamam a atenção para a incompatibilidade entre a degradação existente nas grandes cidades e os ideais reformadores do iluminismo.

Diversos intelectuais deste período passam a identificar os ideais de igualdade com as paisagens rurais, onde a população poderia ser assentada em comunidades dispersas, com baixas densidades, em contato direto com a natureza. A proposta de uma arquitetura rural, em contraposição à cidade, inspirou toda uma geração de urbanistas e arquitetos que, a partir do século XVIII, desenvolve uma nova

---

<sup>4</sup> Em suas propostas, Sobry confere à arquitetura o status de verdadeira "arte da manutenção da ordem pública", revelando uma sólida confiança na capacidade do meio arquitetônico em influir no comportamento do homem. Seu posicionamento adianta em mais de um século um dos princípios mais caros aos pioneiros do urbanismo moderno: a adoção de novos modelos urbanísticos como o caminho mais seguro para o progresso social. Apresentadas como um "berço do homem novo", as cidades modernistas foram implantadas nos cinco continentes sem obter, no entanto, o resultado prometido. A idéia da regeneração do homem através de um espaço reformado ocupou, por mais de dois séculos, lugar de destaque no imaginário de pensadores revolucionários e conservadores, demonstrando grande flexibilidade na adaptação aos mais diversos projetos políticos e ideológicos.

filosofia da arquitetura cujo ideal de ocupação do território propunha a distribuição de fábricas e núcleos urbanos em locações rurais cuidadosamente escolhidas.

O ambiente que então era considerado como adequado para o desenvolvimento de uma sociedade natural era a própria natureza; os únicos entornos que poderiam reconstituir a alma do indivíduo em harmonia com si próprio e seus companheiros, eram naturais; os únicos caminhos para uma utopia solidamente situada na personalidade eram aqueles de um *promeneur* através da paisagem, refletido na Razão e na Ordem, buscando atingir um estado de percepção transparente entre ambos.<sup>5</sup>

Afirma Rousseau em seu *Contrato Social*:

*Povoar o equilibradamente o território, estender os mesmos direitos a todos, levar a mesma abundância e vida a a cada lugar - é por estes meios que o estado se tornará ao mesmo tempo o o mais forte e o mais bem governado possível. Lembrem-se que as muralhas das cidades são construídas apenas dos escombros de casas rurais.*<sup>6</sup>

Esta contraposição entre a cidade, ambiente degenerado, foco de corrupção do homem, e o campo, sítio ideal para a construção de uma sociedade baseada na razão, nos revela uma visão que se tornará hegemônica entre os reformadores urbanos do século XIX: a importância do meio como formador do caráter dos indivíduos. O ideal iluminista considera os homens como seres iguais, por natureza. As grandes diferenças existentes entre homens bons e maus é explicada, então, como resultado da ação do meio. Como esperar, portanto, que um jovem desenvolva um bom caráter crescendo em cortiços de bairros violentos e insalubres?

A receptividade destes ideais anti-urbanos não pode ser atribuída apenas a simpatias de caráter ideológico. Sua utilidade aos projetos industriais capitalistas logo

---

<sup>5</sup> VIDLER, Anthony. *op. cit.* p. 46.

<sup>6</sup> ROUSSEAU, J. J. *The social contract*. Harmondsworth: Penguin Books, 1968, p.38.

foi percebida pelos empresários, que não tardaram em absorver tais propostas e adaptá-las a seus interesses econômicos.

A obra do arquiteto Claude Nicolas Ledoux é pioneira na implantação da proposta de um ambiente regenerador em contraposição à cidade tradicional. No conjunto urbano que idealizou à pedido de Luis XV para a Salina Real de Chaux, em Arc-en-Senans, Ledoux cria uma disposição espacial em perfeita harmonia com os ideais iluministas. O meio idealizado para o trabalho encontra em Chaux a sua melhor expressão: o contato com a natureza é garantido pelas amplas áreas verdes de uso comum e pelos largos espaços públicos, permitindo a criação de uma paisagem bucólica, em contraposição às ruas sombrias que conformavam a paisagem das cidades naquela época. Ao mesmo tempo, a disposição dos edifícios, destacando-se a usina e a casa do diretor ao centro, inaugura uma nova visão de organização espacial para o controle dos corpos voltada à produção industrial, cujo principal expoente virá a ser o Inglês Jeremy Bentham.

Em seu *Panóptico - proposta para a construção de prisões*, Bentham propõe uma disposição espacial capaz de levar a cabo a promessa do iluminismo, proporcionando a estabilidade social e a felicidade humana através da utilização de recursos arquitetônicos e - principalmente - da utilização do olhar:

*Introduzir uma reforma completa nas prisões, assegurar-se da boa conduta atual e da correção dos prisioneiros, manter a saúde, a ordem, a limpeza, a indústria nessas habitações até o presente infectadas de corrupção moral e física, fortalecer a segurança pública diminuindo a despesa, ao invés de aumentá-la e, tudo isso por uma simples idéia de arquitetura..*<sup>7</sup> (Grifo nosso).

---

<sup>7</sup> BENTHAM, Jeremy. *Panóptico* - memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 5(14): 199- 229, mar./ago. 1987.

A partir da proposta do Panóptico, basta que um problema seja identificado como socialmente incômodo e localizado no interior de um grupo, ou classificado de acordo com uma classe, para que um edifício possa ser construído como solução institucional para o problema.

Com o projeto de Bentham inaugura-se a era do confinamento. Desenvolvem-se então uma série de equipamentos e instituições a partir do princípio da visibilidade: o hospital, o hospício, o quartel, o asilo de pobres.

Ao abordar as idéias reformadoras que configuram as concepções urbanísticas do iluminismo, nosso caminho aproxima-se uma vez mais do universo conformado pelo pensamento utópico. A ruptura com a realidade urbana existente, em favor de um novo ideal de cidade a ser edificado em áreas rurais afastadas, nos remete à idéia de refundação da estrutura social, presente nas propostas das utopias clássicas como nas contemporâneas.

Para tanto, é necessário que observemos a sensível distinção que se estabelece no interior do pensamento utópico entre o que se costuma denominar de *utopia clássica* e a proposta contida nas *utopias modernas*.

A primeira desenvolve-se em torno da idéia do não lugar - *ou-topos* - origem do próprio termo *utopia*, apresentando como característica fundamental exatamente a impossibilidade de sua realização. Este é o sentido que encontramos na obra dos autores de utopias literárias anteriores ao iluminismo, como Thomas Morus - criador do próprio termo *utopia* - Tommaso Campanella ou Francis Bacon. Ernst Bloch<sup>8</sup> descreve esta concepção inicial de utopia como o tempo do *ainda não*, uma sociedade ideal, discursiva, mas não realizável.

---

<sup>8</sup> BLOCH, Ernst. *citar fonte*

Já a utopia contemporânea pode ser considerada como o resultado do encontro entre o pensamento utópico e a idéia de progresso. Influenciados pelo iluminismo e pelo advento da indústria, os autores como Charles Fourier, Robert Owen e William Morris ultrapassam os limites do discurso, desenhando propostas cujo objetivo concreto passa a ser a implementação de novas experiências sociais. É exatamente desta fusão entre utopia e progresso que surgem as afinidades e sobreposições entre objetivos e práticas das utopias libertárias e os modelos de organização social e urbana desenvolvidos pelo emergente capital industrial.

Para além destas diferenças, um pressuposto comum aproxima as duas fases da utopia: a necessidade de ruptura com o passado, como condição para a construção de uma nova história segundo o desejo do autor, seja ele “clássico” ou “moderno”.

Ao abordar o projeto de sociedade que Giovanni Rossi, imigrante anarquista italiano, almejava implantar na Colônia Cecília, sul do Paraná, Helena Mueller descreve a busca da utopia como um duplo movimento de ruptura:

*(...) um, com a história, que é o ato de emigrar (mesmo as tentativas de vivência utópica que não implicam em “abandono” geográfico pressupõem a busca de outro local ou topos), e outro que se expressa na construção de uma nova história.<sup>9</sup>*

Este é um aspecto de grande importância para a compreensão da lógica do pensamento utópico: a possibilidade - ou o desejo - de construção de uma *nova história*, ideologicamente oposta e geograficamente afastada da realidade existente. Tendo em vista a dificuldade em se modificar a dura realidade das sociedades já consolidadas, a alternativa escolhida pelos utópicos se voltava para a construção de uma nova realidade, longe das cidades comprometidas pela degeneração social e pelo caos

---

<sup>9</sup> MUELLER, Helena Isabel. Mundo velho sem porteira. in: *Ágora*. (2); Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994.

urbano. Nos autores clássicos encontramos descrições de sociedades ideais construídas em ilhas ou mesmo planetas distantes; já os modernos optam por implantar suas experiências em territórios vazios e desabitados, reforçando a idéia de um novo começo, a partir do zero, aspecto que era garantido pela ruptura geográfica com as cidades existentes.<sup>10</sup> Graças a este distanciamento voluntário, a noção de *viagem*, característica das distantes utopias literárias, ocupa um papel central também nas propostas modernas.<sup>11</sup>

O desejo de ruptura com o passado, intrínseco no pensamento utópico, irá se consolidar como um dos princípios filosóficos do Movimento Moderno, responsável por uma grande subversão dos horizontes da arquitetura e do urbanismo no início do século XX.

A partir do século XVIII, a maioria das propostas de utopias sociais prescrevem novas concepções de organização espacial. Com o advento do urbanismo moderno, esta vinculação entre reforma social e espaço inovador acaba por sofrer uma inversão: ao invés de projetar o espaço urbano como resultante de uma determinada proposta social, o arquiteto modernista passa a alimentar a idéia de que uma nova proposta urbanística seria capaz de impulsionar a reforma social. Para Bronislaw Baczko a cidade da utopia deixa de estar orientada para uma *urbanística do sonho*,

---

<sup>10</sup> Como veremos mais adiante, os urbanistas que, a partir do século XVIII desenham novas cidades elegem locais isolados no campo para a sua implantação. Este é o caso, por exemplo, de Robert Owen, Charles Fourier, James Buckingham, Tony Garnier e Ebenezer Howard.

<sup>11</sup> Ao se referir a Brasília, por exemplo, o antropólogo James Holston descreve a viagem rumo à capital, através do Planalto Central, como *uma jornada de separação (...) entre a civilização e a fronteira; entre o subdesenvolvimento e o incoerentemente moderno.*

(HOLSTON, James. A cidade modernista. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.11.)

voltando-se para *o sonho de uma urbanística*.<sup>12</sup> Holston também chama a atenção para esta inversão no desenvolvimento pela qual *a forma e a organização urbanas são consideradas como instrumentos de mudança social*, segundo a premissa de que *o plano para uma nova cidade pode criar uma ordem segundo a sua imagem*.<sup>13</sup>

Nascido no contexto de uma visão histórica linear que o situava no ápice do processo de desenvolvimento do conhecimento humano, o Movimento Moderno passa a interpretar qualquer vinculação cultural com o passado como uma barreira perturbando o caminho do progresso. A racionalidade exigida pelos modelos urbanísticos dos CIAM - Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna<sup>14</sup> - era incompatível com as reminiscências do passado, exigindo que as cidades se abrissem como espaço livre para a atuação do novo planejamento. É da fusão entre a estética renovadora do modernismo e a modernização, entendida como ideologia de desenvolvimento, que surgirão os grandes projetos de desenvolvimento deste século.

Em contraposição à fragmentação e ao caos urbano gerado pelo individualismo dominante no período da industrialização, a cidade passa a ser vista sob a ótica de uma racionalidade científica que apoia sobre o progresso tecnológico todas as esperanças de resolução para os problemas do *habitat* humano. Segundo esta ótica, a máquina é elevada a modelo para o funcionamento da cidade, e metáforas como a *casa máquina de morar* ou a *cidade-máquina* passam a ser referências comuns no discurso

---

<sup>12</sup> BACZKO, Bronislaw. *L'utopia*. Immaginazione sociale e rappresentazione utopiche nell'età dell'illuminismo. Torino: Einaudi, 1979. p.323.

<sup>13</sup> HOLSTON, James. op. cit. p.12.

<sup>14</sup> Os CIAM reuniram a partir de 1928 arquitetos modernos em congressos periódicos para analisar questões urbanas relevantes, como propostas para readequação de cidades existentes ou projetos de novas urbanizações. O resultados destes debates foi sintetizado em 1933 por Le Corbusier na carta de Atenas aprovada no IV CIAM. Estas resoluções se consolidaram como eixos orientadores do urbanismo moderno por mais de três décadas.

dos urbanistas. A Carta de Atenas<sup>15</sup>, manifesto-síntese dos postulados defendidos pelos CIAM, resume as chaves do urbanismo moderno em quatro funções: *habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular*. O conhecimento técnico é elevado ao grau de divindade e o arquiteto ao posto de artífice da nova cidade:

*Para realizar essa grande tarefa é indispensável utilizar os recursos da técnica moderna. Esta, pelo concurso de seus especialistas, respaldará a arte de construir com todas as garantias da ciência e a enriquecerá com as invenções e os recursos da época.*<sup>16</sup>

O pensamento socialista do século XIX desenvolve, no interior de sua compreensão urbana, uma forte contradição entre a crítica à cidade industrial e a confiança no progresso da humanidade apoiado exatamente no avanço da ciência e da industrialização. Esta contradição pode nos ajudar a compreender a conformação de um duplo e curioso movimento: a fé no progresso industrial leva muitas das utopias socialistas a incorporar as rígidas concepções de organização e controle social desenvolvidos no interior da fábrica; por outro lado, a presença destas concepções de disciplina e organização do trabalho pode explicar a facilidade com que as propostas urbanísticas das utopias socialistas foram apropriadas e adaptadas por empresários capitalistas.

Tomemos o exemplo da *Comunidade Harmônica* proposta pelo industrial inglês Robert Owen, em 1832. Sua disposição estruturava-se a partir da construção de um grande edifício de planta quadrada, com amplos jardins ao centro, cuja concepção nos remete ao mosteiro, modelo de harmonia social para o trabalho que Owen buscou na Idade Média. Em sua proposta, as ruas doentes e perigosas das grandes cidades cederiam lugar a claustros, circulações cobertas que percorriam todo o perímetro do

---

<sup>15</sup> CORBUSIER, Le. A Carta de Atenas. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1994, p. 20.

<sup>16</sup> CORBUSIER, Le. *op.cit.*, p. 25.

conjunto. Local privilegiado para a construção de um novo ideal de trabalhador - saudável, educado e culto - a cidade de Owen reservava seus principais espaços para escolas, salas de leitura, teatros, enfermarias e todo o tipo de equipamento necessário para a constituição de uma comunidade socialmente desenvolvida e equilibrada.

O modelo de mosteiro representa uma evolução crítica em relação ao esquema Panóptico proposto por Bentham, que chegou a ser sócio de Owen no empreendimento da cidade industrial de New Lanark. No centro, o inspetor cede lugar ao espaço destinado à educação e recreação. A vigilância e a punição ostensivas são substituídas pela co-responsabilidade, base do pensamento socialista inglês do século XIX. Em seus próprios escritos, Owen faz referência à proposta inspirada no mosteiro como a *invenção da cidade-máquina*, concretização urbana dos ideais do iluminismo. A referência à máquina como modelo de funcionamento para a cidade passa ser incorporada ao discurso dos urbanistas a partir da revolução industrial, consolidando-se como elemento central no pensamento sobre as cidades durante mais de um século. Não é difícil identificar, como já comentamos, a influência do paradigma da produção industrial sobre as propostas urbanísticas dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna e da *Carta de Atenas*.

A confiança na capacidade de regeneração do meio sobre os homens se consolida a cada dia. O Parlamentar Inglês James Silk Buckingham apresenta, em 1849, o plano para uma cidade modelo por ele chamada *Victoria*. Baseado nas conclusões das *Comissões Parlamentares Sobre a Moradia na Inglaterra*, das quais foi membro, Buckingham defende a utilização do plano urbanístico e arquitetônico como instrumento para se obter uma sociedade modelar, garantindo saúde, bem-estar e moralidade às populações que superlotavam os bairros operários das cidades industrializadas. “*Ordem, simetria, espaço e salubridade*” eram os princípios que

norteavam sua proposta urbana, que permitiria “o maior suprimento de ar e luz, o mais perfeito sistema de drenagem, para o conforto e a conveniência de todas as classes”<sup>17</sup>

Na proposta de *Victória* não há lugar para o crime e para a imoralidade. Os espaços localizados nos cantos são ocupados pelas atividades comunitárias e produtivas e os lugares escuros são cuidadosamente eliminados. A circulação de pessoas é incentivada, graças aos bem iluminados caminhos para pedestres e às largas avenidas, de maneira que todos os pontos da cidade estivessem submetidos à constante supervisão pública. O modelo de Bentham finalmente era aplicado em escala urbana.

*Reafirma-se constantemente que a humanidade não irá se desenvolver através de meros arranjos mecânicos, e que a reforma do homem deve ser iniciada por seu próprio interior. Mas não há razão para que as duas ações não possam ser colocadas simultaneamente em movimento. Uma pessoa que está bem alimentada, bem vestida, satisfeita porque espontaneamente ocupada, vivendo em uma casa limpa, em uma cidade aberta e bem ventilada, com muitos objetos de beleza arquitetônica, será pelo menos mais suscetível aos sentimentos de ordem moral, religiosa ou de conduta, do que se encontrasse submersa nas miseráveis aglomerações das grandes cidades.*<sup>18</sup>

Apesar de não conseguir se consolidar como alternativa real às grandes metrópoles, as propostas desurbanizantes de Owen, Fourier, Buckingham e toda a geração de urbanistas influenciados pelos socialismos utópicos do século XIX deixaram uma importante herança teórica. A idéia da construção de novos assentamentos humanos dispersos nos campos vazios ressurgirá como base conceitual de muitas das propostas do urbanismo moderno do século seguinte.

---

<sup>17</sup> BUCKINGHAM, James Silk. National evils and practical remedies, with the plan of a model town. in: VIDLER, Anthony, op. cit, p. 67

<sup>18</sup> Buckingham, James Silk, in: VIDLER, Anthony, op. cit. p.67.

À medida em que adquire força enquanto corrente hegemônica na arquitetura e no urbanismo do século XX, o Movimento Moderno retoma em seu discurso os principais elementos da crítica à cidade industrial, formulados no século anterior. Em contrapartida, os arquitetos modernistas sonhavam com a substituição das velhas estruturas urbanas por novas cidades, totalmente planejadas, à serem implantadas em territórios desocupados, longe das antigas cidades.

Este retorno ao ideal desurbanista, patrocinado pelos modernos, traz novamente consigo o antigo desejo de construir uma nova sociedade a partir da fundação de estruturas urbanas modernas e saneadas, capazes de garantir a harmonia social através de um novo ordenamento do espaço construído.

### **Cidade-Jardim: ordem e natureza.**

Não pretendemos, neste trabalho, esgotar a análise do vasto universo de correntes do pensamento urbanístico que encontraram nos utópicos do século XIX sua fonte de inspiração. Dentre estas vertentes uma merce, porém, nossa especial atenção: As Cidades-jardim, ou *Garden-cities*.

Iniciado a partir do lançamento do livro *Garden-cities of to-morrow*<sup>19</sup> o movimento das Cidades-jardim tem no inglês Ebenezer Howard seu principal idealizador. Apaixonado e idealista, Howard chama a atenção em seu livro para a inviabilidade das grandes cidades, principalmente Londres, defendendo a necessidade de uma ação incisiva para reverter o fluxo migratório campo-cidade. A única alternativa viável para desafogar os grandes centros seria, segundo ele, atrair a população metropolitana para novas cidades a serem construídas no campo.

---

<sup>19</sup> HOWARD, Ebenezer. Cidades-jardins de amanhã. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1996.

Se as pessoas abandonam o campo, argumenta o autor, é porque os atrativos das cidades são maiores: oportunidades de emprego, facilidade de locomoção, disponibilidade de serviços, acesso a tecnologias. A solução estaria portanto localizada na geração destes mesmos atrativos no campo, com a vantagem adicional da qualidade ambiental oferecida pelas áreas rurais. Esta é a *idéia-força* contida na proposta das cidades-jardim : unir as possibilidades de progresso presentes nas grandes cidades à qualidade de vida do campo, graças à implementação de uma rede de cidades espacialmente distribuídas pela área rural da Inglaterra. Didático e detalhista, Howard sintetiza em um diagrama as vantagens comparativas da cidade, do campo e da cidade-campo, representados como ímãs que exercem seu campo magnético sobre as pessoas.

Cada aspecto da organização deste novo ideal de cidade foi cuidadosamente planejado. Retomando conceitos da cidade industrial de James Silk Buckingham, Howard sugere um espaço urbano com aspecto bucólico e desenho inovador, obtido graças à utilização de baixas densidades, generosas áreas verdes, habitações unifamiliares e à presença de todos os equipamentos necessários para a vida confortável de uma comunidade socialmente equilibrada. A sustentação econômica da população se viabiliza graças à instalação de fábricas em zonas cuidadosamente determinadas para o uso industrial, garantindo a oferta de emprego a todos os habitantes. Ultrapassados os limites da malha urbana, o território da cidade estende-se por um cinturão verde composto de parques e áreas agrícolas, oferecendo uma alternativa ao trabalho industrial e garantindo, simultaneamente, o abastecimento da população.

Ao contrário de projetos sociais anteriores, que vinculavam toda a população a uma só fonte de trabalho, Howard apela aos empreendedores, sociedades e associações produtivas no sentido de trazer à cidade-jardim a mais ampla variedade de atividades produtivas, garantindo a liberdade de escolha quanto ao tipo de trabalho.

No texto de *Garden-cities* Howard se reporta à proposta de colonização de novos continentes elaborada por Edward G. Wakefield em 1849. Segundo esse autor, o grande equívoco nas colonizações inglesas de territórios selvagens estava na origem da população para lá enviada, composta em sua maioria por mercenários e degradados miseráveis. Para Wakefield, uma nova sociedade só teria sucesso se fundada por uma população equilibrada, composta por representantes de todos os segmentos sociais produtivos existentes na metrópole. Desta forma, o novo estado estaria, desde a sua origem, maduro para o desenvolvimento.

A utopia da nova sociedade construída em terras longínquas volta, portanto, a aparecer em nosso trajeto. Ao propor o descongestionamento dos bairros operários e cortiços da grande Londres, um verdadeiro tumor a ser removido do tecido urbano, Howard toma também o cuidado de fundamentar sua utopia sobre um equilíbrio multiclassista, obtido graças à composição harmônica entre habitações para operários industriais, empregados de nível médio e empresários.

A fórmula social e econômica engendrada para que tal iniciativa obtivesse sucesso tinha como principal componente a auto-organização cooperativa, baseada em fundos de previdência, associações locais e sindicatos de trabalhadores; a viabilização de todo o projeto deveria acontecer sem a intervenção do Estado: o terreno para a construção da cidade seria adquirido com financiamentos privados e o pagamento parcelado aos habitantes em pequenas prestações, uma vez que o preço da terra em áreas rurais era infinitamente menor do que nas cidades; a organização e a gestão urbana seriam definidas em nível municipal, e a cidade gerida de forma comunitária. Para tanto, a proposta das *Garden-cities* contemplava uma vasta composição entre atividades privadas, comunitárias e mistas, não só para a construção da infraestrutura e das moradias, mas também para a manutenção dos equipamentos sociais como escolas, clubes recreativos e postos de saúde. Segundo Howard, o alcance da intervenção municipal seria definido pela disposição dos ocupantes em pagar as taxas

de manutenção da cidade e pela competência da municipalidade em executar tarefas comunitárias.<sup>20</sup>

Crítico do coletivismo impessoal comunista e do individualismo conservador, Howard visualizava na livre associação comunitária o caminho equilibrado para a realização do homem. Mais adaptáveis às imposições do sistema capitalista que as propostas de Owen e Fourier, as *Garden-cities* encontram rapidamente seguidores em diversos países. Associações e movimentos ligados à idéias de Howard são organizadas na França, Alemanha, Rússia, Itália e EUA já nos primeiros anos do século XX.

Duas cidades foram implantadas na Inglaterra pelo próprio Howard, segundo o modelo das *Garden-cities*. Em 1902 é fundada a “The Garden City Pioneer Company Ltd.” que inicia já no ano seguinte a construção de Letchwork, a 50 km de Londres, sob o projeto dos arquitetos Raymond Unwin e Barry Parker. Após a I Guerra, sem conseguir convencer o governo das vantagens da implantação de uma abrangente política de cidades-jardim, Howard inicia a construção da segunda cidade, Welwin, a 15 km de Letchwork. Mesmo exigindo um tempo maior que o previsto para atingir a população projetada, estas duas cidades acabaram por se constituir em importante referência urbanística para a época, comprovando a possibilidade da implantação de projetos desta escala sem a intervenção estatal.

Na França, Tony Garnier publica, em 1904, a proposta de uma *Cité industrielle*, cuja estrutura urbana apresenta alguns elementos comuns à *Garden-city* de Howard. Vinculada à uma grande indústria metalúrgica, a cidade idealizada por Garnier constitui-se em um verdadeiro manifesto de fé no progresso industrial como caminho para a superação dos problemas sociais e urbanos que ameaçavam a cidade do século XIX.

---

<sup>20</sup> HOWARD, Ebenezer. op. cit. p.149.

Outras propostas similares são implantadas na Alemanha e nos Estados Unidos. No entanto, a dificuldade em convencer os grandes industriais a construir suas fábricas junto às novas cidades acaba impondo uma substancial descaracterização à proposta original de Howard: de cidades-jardim as novas urbanizações acabam por transformar-se em *subúrbios-jardim* ou *cidades-satélite*, economicamente dependentes dos centros industriais onde seus habitantes continuam empregados. Os exemplos de cidades-jardim auto-suficientes acabam por se restringir à algumas *company-towns* construídas em função de indústrias específicas, como foi o caso de Siemenstadt, desenvolvida entre 1929 e 1931 pela Siemens, junto ao grande complexo industrial daquela empresa eletro-eletrônica, nos subúrbios de Berlim ou a cidade construída pela companhia Zeppelin de dirigíveis, próximo à Frankfurt.

Desfigurada em sua concepção original, a proposta da cidade-jardim passa a ser utilizada para atender interesses diversos daqueles idealizados por Howard. Nos Estados Unidos, os subúrbios-jardins foram amplamente utilizados como modelo para a construção de novos bairros de classe média nas grandes cidades, proporcionando grandes lucros imobiliários a seus empreendedores. Na Inglaterra, o governo Trabalhista, eleito após o fim da II Guerra Mundial, aplicou o mesmo modelo na implantação de grandes cidades-satélites construídas na periferia de Londres para abrigar as famílias dos ex-combatentes ou de desabrigados pelos bombardeios. A utopia da implantação de um novo modelo de sociedade, a partir da construção de urbanizações planejadas em substituição às aglomerações metropolitanas, proposta por Howard, acaba, em menos de meio século, transformada em fórmula útil para especulação imobiliária na periferia das metrópoles.

## Capítulo II

### **A Reforma do monstro urbano**

Voltemos às grandes cidades: o século XIX começa sem que se concretize a implantação de nenhuma proposta de solução para o caos urbano, apesar do consenso quanto à gravidade dos problemas acumulados. Ruas estreitas, falta de saneamento e ventilação, doença, pobreza, criminalidade e agitação política. As ruas de Londres, Manchester, Glasgow e Liverpool representavam um retrato exemplar da miséria causada pelo capitalismo industrial.

Na Inglaterra, a existência da miséria é vista fundamentalmente sob a ótica dos prejuízos que trazia para o desempenho da produção industrial. Já na França, o temor dos governantes concentra-se na ameaça que as populações miseráveis representam para a ordem republicana recém-instituída. Nas sombrias e estreitas ruas da velha Paris confundem-se trabalhadores e marginais, mães de família e prostitutas. O governo, incapaz de intervir sobre esta massa indiferenciada, acaba por deixar uma população inteira suscetível aos chamados do crime e da doença. Os labirintos do traçado urbano medieval conformam o ambiente ideal para a explosão de revoltas. O temor da revolta social acaba por se materializar nas barricadas de 1830 e 1848, traçando as linhas que espacilizaram a divisão de classes no tecido urbano.

Em contraposição à utopia de esquerda que concentra suas propostas na construção de novas cidades modelares, reforça-se a corrente que propõe a reforma como instrumento para o saneamento das grandes cidades, especialmente em Paris. Somente após a ascensão do Segundo Império é que Georges Haussman dará início a implementação destas idéias.

Utilizando o conhecimento técnico produzido na *École Polytechnique* e o artístico produzido na *École de Beaux-Arts*, o prefeito de Paris impõe ao traçado da velha capital a sua leitura dos ideais de desenvolvimento do iluminismo. O novo *boulevard*, avenida larga e arborizada que se transformou em símbolo do urbanismo oitocentista, rasga os bairros da cidade medieval, onde antes mesclavam-se, perigosamente, habitantes de todas as classes. A abertura de grandes perspectivas traz ar e luz para dentro dos *faubourgs*; bairros populares da antiga cidade. As demolições e a especulação sobre as áreas reformadas expulsam os trabalhadores para a periferia de Paris, fora do limite das antigas muralhas, também demolidas por Haussmann. Nestes subúrbios, surgem novas favelas, chegando a abrigar mais de 140.000 pessoas.

As decisões urbanísticas são norteadas então pelo pensamento estratégico-militar: o perigo da revolta é neutralizado pela remoção de obstáculos ao deslocamento de tropas e com as novas avenidas que ligam os bairros aos quartéis; as estações ferroviárias recebem novas avenidas de acesso para facilitar a intervenção tropas chegadas do interior, em caso de revolta. As barricadas perdem sua eficácia nos largos *bolulevares*; as perspectivas lineares facilitam o fogo da artilharia pesada.

No discurso dos reformadores é recorrente o uso da linguagem médica: compara-se a cidade a um corpo doente. Nesta metáfora, as reformas são intervenções cirúrgicas necessárias para extirpar as enfermidades, reestabelecendo a saúde e salvando a vida do doente.

A partir deste período, o *boulevard*, síntese dos desejos técnicos, artísticos, comerciais e sanitários do século XIX aplicado às grandes cidades, materializa o triunfo da razão iluminista sobre as terríveis e ameaçadoras aglomerações humanas representadas pela cidade moderna. Neste sentido, a circulação e o movimento adquirem importância central na estratégia de Haussmann para desfazer as solidariedades horizontais dos bairros operários.

Tais intervenções não se limitam a simples modificações no traçado viário. As novas técnicas da engenharia, principalmente com a utilização do aço e do concreto, permitem a construção de novos edifícios e a implantação de uma ampla infraestrutura de saneamento, eletricidade, e transporte. Os focos de doenças podem finalmente ser saneados graças à circulação da água, do ar e da luz solar. Inicia-se a erradicação dos usos considerados incompatíveis com a vida saudável no interior da malha urbana. Os mortos, por exemplo, são dispostos em cemitérios, cuja localização passa a ser objeto de estudos cuidadosos, ao contrário das cidades medievais onde moradias e cemitérios conviviam lado a lado. As antigas habitações, ambientes insalubres, também são alvo de intervenção dos higienistas e urbanistas, que buscavam, simultaneamente, deslocar os bolsões de pobreza para a periferia das cidades.

Hausmann promove, aproveitando o impulso fornecido pela especulação imobiliária, demolições de grandes blocos de parieiros, substituindo-os por moradias burguesas, mais condizentes com a imagem de modernidade que se pretendia dar às recém-valorizadas regiões centrais da capital francesa.

Os primeiros resultados destas medidas começam a ser notados a partir de 1870. As reformas de Hausmann impõem, gradativamente, uma nova disciplina na capital francesa, neutralizando as possibilidades de oposição popular à ordem conservadora do Segundo Império. Com a derrota da Comuna de Paris, as utopias socialistas voltam seu imaginário novamente para o campo, como local privilegiado para a construção da nova sociedade. Teorias desurbanistas ganham reforço como caminho para um desenvolvimento equilibrado. Engels afirma no *Anti-Duhring*:

*A abolição da divisão entre campo e cidade deixa de ser, a partir de agora, uma idéia utópica, mesmo levando em conta que ela pressupõe a distribuição mais equitativa da indústria de larga escala através do campo. É verdade que as grandes civilizações nos deixaram de herança o hábito de evitar tudo que nos dê trabalho e*

*preocupação. Mas esta herança deve e será superada, por mais extenso que o processo possa ser.*<sup>21</sup>

Triunfante, o modelo Haussmaniano de reforma urbana serve como inspiração para diversas intervenções nas cidades que se modernizavam ao redor do mundo. Viena constrói sua Ringstrasse, avenida que simbolizou o poder da burguesia Austro-Húngara. Barcelona abre as avenidas de seu novo sistema viário, planejadas pelo urbanista Cerda. No Brasil, assistimos à modernização da Capital Federal, cujo marco principal foi a remoção dos cortiços do centro e a abertura da Avenida Central, em 1904.

### **O Brasil e a reforma da cidade**

No Brasil, como em outros países da América do Sul, os conceitos de modernização urbana disseminados a partir da Europa industrializada, encontram uma realidade muito distante dos centros industriais do velho continente. A ausência de um desenvolvimento industrial significativo nos obriga a tratar com uma relativa autonomia da *reforma urbana modernizadora* ocorrida em diversas cidades, e da *modernização industrial* no sistema produtivo.

A cidade do Rio de Janeiro, centro político, comercial e administrativo do Império acumulou, durante o transcurso do século XIX, uma complexa sobreposição de problemas decorrentes do acelerado crescimento urbano. O aumento da população agravou, cada vez mais a dramática carência de infra-estrutura e saneamento, gerando uma situação quase insustentável: falta de regulamentação para expansão urbana, precariedade da estrutura viária, ausência de coleta de esgotos e resíduos sólidos. Estes

---

<sup>21</sup> ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. p.318

fatores concorreram para o estabelecimento de um ambiente profundamente insalubre, desorganizado e incompatível com o papel de capital uma nação que almejava a modernidade. Descrições de viajantes europeus que estiveram no Brasil neste período apresentam o Rio de Janeiro como uma cidade tomada por epidemias, coberta de dejetos e envolta em uma atmosfera de profundo mau-cheiro.

Siney Chalhoub, em seu instigante livro *Cidade Febril*<sup>22</sup>, nos desvenda alguns dos segredos deste universo insalubre em que se transformou a Corte Imperial na segunda metade do século. Além da varíola, que atacava a população desde os tempos coloniais, a cólera causava grandes baixas na população escrava, alternando-se com sucessivas epidemias de febre amarela que dizimava os brancos europeus, pouco adaptados ao clima tropical.

A ameaça representada por este ambiente epidêmico vai muito além dos temores suscitados pela disseminação das doenças entre a população. Chalhoub mostra como a febre amarela, por exemplo, se constituía em sério obstáculo à implementação de uma política imigratória, fundamental para a substituição da mão-de-obra escrava nas lavouras de café por trabalhadores brancos livres trazidos da Europa. Como a febre amarela atacava fundamentalmente os brancos não aclimatados, poupando em geral a população negra, o sucesso da estratégia que procurava impulsionar a constituição de uma nova força de trabalho, combinada com o simultâneo branqueamento da população brasileira, dependia do controle deste tipo de enfermidade.

Assim as primeiras tentativas de intervenção nos problemas urbanos acumulados na capital foram efetuadas ainda no período do Império, com a promulgação, em 1832, do Código Municipal de Posturas da capital. Elaborado por membros da Sociedade Nacional de Medicina, o código estabelecia normas sanitárias e

---

<sup>22</sup> CHALLOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

disciplinares que chegavam a intervir até no comportamento individual dos cidadãos, com o objetivo de defender “o interesse público”.

A identificação das classes pobres com a doença e a criminalidade, encaradas como obstáculos ao avanço do progresso, transformou-se em relação lógica no raciocínio das elites econômicas e políticas da época. Negros libertos, escravos que viviam por conta própria e brancos pobres ou desocupados, são considerados então, como problemas para a saúde e a ordem pública. Já a partir de 1850 os primeiros cortiços e estalagens, onde viviam as “classes perigosas”<sup>23</sup>, chamam a atenção dos administradores, passando então a ser objeto de diversas iniciativas jurídicas e policiais de controle sanitário e disciplinar. A concepção hegemônica de progresso entendia que o caminho de um país para a civilização passava pelo aperfeiçoamento moral e material de seu povo, exigindo obrigatoriamente a resolução dos problemas de higiene pública.<sup>24</sup>

Com o agravamento dos problemas urbanos na capital, D. Pedro II nomeia, em 1874, a *Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro*, definindo suas três principais atribuições: eliminar os cortiços, dotar a cidade de nova fisionomia e sanear a malha urbana. Estes passam a ser os princípios centrais da reforma urbana, eleita como instrumento para a solução da crise urbanística da capital. A implementação de tais medidas abre um intenso debate na administração pública - envolvendo médicos, higienistas, engenheiros e urbanistas - sobre qual a forma e o

---

<sup>23</sup> Em sua obra *Classes laborieuses et classes dangereuses*, de 1978, Louis Chevallier aponta a aproximação, sob o ponto de vista burguês, destes dois conceitos a respeito dos trabalhadores urbanos na Paris do século XIX.

<sup>24</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. op. cit. p. 35.

alcance da intervenção a serem adotados nos cortiços e moradias coletivas das classes pobres<sup>25</sup>.

Nos primeiros anos do século XX as idéias reformadoras ganham maior impulso, sob o comando do engenheiro Pereira Passos, antigo presidente da *Comissão de Melhoramentos*. Admirador de Haussman, Passos defende a necessidade de uma profunda cirurgia no tecido urbano do Rio de Janeiro, de modo a sustar o processo de degradação em que se encontrava a cidade, circunstância que contrastava com a sua condição de capital do país e abrigo de um povo civilizado.<sup>26</sup>

As reformas propostas abrangiam um audacioso conjunto de intervenções modernizadoras, de caráter técnico, estético e sanitário. Para que fosse possível a implementação dos projetos de Passos, o Estado deveria, segundo Pechmann<sup>27</sup>, adotar dois tipos de atitude: em primeiro lugar, o poder público precisaria assumir um papel

---

<sup>25</sup> Chalhoub reporta-se à análise do médico Roger Cooter para estabelecer uma interessante relação entre as duas teorias mais reconhecidas no século XIX sobre a propagação das doenças, o *contágio e a infecção*, e as modificações nas relações sociais e produtivas da época. Segundo ele, o modelo do contágio, que concentrava sua atenção à transmissão da doença, adequava-se mais ao tipo de sociedade baseada em relações senhoriais e na mão-de-obra escrava, onde as relações e trocas pessoais ainda podiam ser delimitadas. Já os teóricos infeccionistas, ao superar a idéia do contágio individual, responsabilizavam a atmosfera pela disseminação das enfermidades, visão que adequava-se mais às mudanças nas relações de trabalho em uma sociedade capitalista mais “avançada”.

<sup>26</sup> Sobre a influência Haussmaniana nestas reformas, Rachel Sisson observa: *É uma constante atribuir-se às reformas de Paris empreendidas por Haussmann sob Napoleão III, a condição de modelo para as reformas efetuadas no Rio. Para tal teriam contribuído a grande influência exercida pela França sobre as elites nacionais e, ainda, o fato de Pereira Passos ter testemunhado essas reformas durante a sua temporada européia de 1857. (...) As reformas do Rio atenderam, entretanto, algumas importantes necessidades locais. Sobre aterros iniciados no século anterior, foram criadas no litoral norte facilidades portuárias essenciais, articuladas a armazéns e ramais ferroviários. Estes acompanhavam o trajeto da simultaneamente aberta avenida Rodrigues Alves, a qual passou ainda a servir de acesso aos subúrbios ao norte da cidade.* (SISSON, Rachel. Rio de Janeiro: 1875-1945. A formação de uma nova ordem urbana. in: *The Journal of Decorative and Propaganda Arts*. Miami, 3(21): 66-75, maio 1995).

mais ativo no fornecimento de serviços públicos, tais como água e esgoto; em segundo, o Estado deveria começar a executar a tarefa de regulamentação da evolução urbana, através da legislação e fiscalização. Observamos assim, a transferência, para o setor público, de competências até então reservadas ao setor privado.

Tal modificação no campo de atuação do poder público, a exemplo de muitos países da Europa, não aconteceu sem conflitos. As resistências foram grandes e surgiram dos mais diversos segmentos sociais. Os detentores do poder econômico protestaram contra a ingerência estatal naquilo que eles consideravam como sua propriedade particular. Os setores populares, por seu lado, resistiram à expulsão dos cortiços do antigo centro colonial e às medidas sanitárias compulsórias, entre as quais constam as famosas vacinações promovidas por Oswaldo Cruz. Numerosos foram os motins populares nas duas primeiras décadas deste século, despertando ainda mais o temor às grandes multidões na burguesia local. É importante observar que, por trás das iniciativas de caráter higienista havia também outros interesses. Sevckenko e Chalhoub apontam as alterações que se processavam na sociedade carioca do final do século, incluindo interesses econômicos, políticos e imobiliários da ascendente burguesia, como impulsionadoras das ofensivas contra os redutos das “classes perigosas”.<sup>28</sup>

Neste sentido, o marco simbólico desta cruzada modernizadora foi a abertura da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco. Ao rasgar o traçado do centro colonial, a obra provocou a demolição de uma grande quantidade de cortiços, cuja população foi expulsa sumariamente, acelerando o surgimento das favelas que começavam a se multiplicar nos morros contíguos ao centro. Ladeada por edifícios de três pisos com fachadas ecléticas ao estilo francês, a Avenida Central nos expõe a

---

<sup>27</sup> PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso. Revista Brasileira de História. São Paulo, 5(8/9): 139-195, set.1984/abr.1985.

forma incompleta como foi assimilada a modernidade pela burguesia brasileira: por trás das fachadas cenográficas permaneciam as vielas estreitas e tortuosas do tecido urbano colonial.

Apesar do grande número de demolições, a reforma urbana não logrou transformar o centro da capital em território exclusivo da burguesia. Numerosas concentrações de cortiços sobreviveram e os espaços públicos no centro continuavam ocupados por populares que exerciam todo o tipo de atividade de rua, do comércio ambulante à mendicância. O contraste entre estes dois mundos em uma mesma avenida nos oferecem um exemplar retrato da modernidade tal como ela se materializou em sua “versão tropical”.

Partindo do exemplo do Rio de Janeiro, a maioria das grandes cidades do país sofreram reformas que envolviam medidas de disciplinarização urbana e saneamento. São Paulo, por exemplo, passa por uma série de reformas, com o alargamento de ruas, abertura de parques e o ajardinamento do vale do Anhangabaú. Estas intervenções de caráter modernizador foram antecedidas por medidas legais que buscavam atingir o problema da moradia operária, considerada como uma grave ameaça à saúde e à segurança pública<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> SEVCENKO, Nicolau. A revolta da Vacina. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>29</sup> A moradia operária passa a ser objeto de preocupações das autoridades paulistas no final do século XIX. Os cortiços que abrigavam os operários na cidade de São Paulo apresentavam péssimas condições de higiene e eram vistos como antros de promiscuidade e focos agitação política. O inspetor Evaristo da Veiga descreve em seu relatório para a Administração Sanitária do Estado:

*São casas imundas o berço do vício e do crime.*

*O socialismo destruidor e pernicioso para o progresso de uma nação encontra nesses antros das grandes cidades uma atmosfera favorável para seu engrandecimento.*

*Os indivíduos que vivem na miséria e abrigados aos pares, em cubículos escuros e respirando gases mefíticos, que exalam de seus próprios corpos não asseados, perdem de uma vez os princípios da moral e airam-se cegos*

Em 1894 é promulgado o Código Sanitário do Estado, que dedica um capítulo especial às “Habitações das Classes Pobres”, onde são elencadas diversas medidas para restringir e erradicar os numerosos cortiços da capital. Dois anos depois, é promulgado o Código de Posturas do Município de São Paulo, trazendo uma série de regulamentações técnicas sobre as condições para as construções de “Cortiços, casas de operários e Cubículos”. Em Santos, as reformas coordenadas pelo sanitarista Saturnino de Britto combinam medidas de saneamento das áreas pantanosas com obras de modernização e embelezamento do velho centro colonial.<sup>30</sup>

As iniciativas de modificação das estruturas urbanas coloniais existentes no Brasil não se constituíram no único caminho adotado pela recém-proclamada República em sua busca pela modernização do país. Outra vertente de atuação no processo de urbanização com fins de consolidar um projeto nacional foi a construção de cidades planejadas, notadamente para exercerem o papel de capitais de província ou de estado. Influenciados pelas correntes urbanísticas européias, que projetavam o espaço urbano enquanto símbolo de poder, os primeiros governos republicanos se beneficiaram da

---

*ao crime e ao roubo de forma a perderem sua liberdade ou a ganharem por essa forma meios de se alimentarem ou dormirem melhor. (...)*

*A população italiana, calculada em 70.000 almas, só na Capital, composta na sua maior parte de indivíduos recém-chegados e de operários paupérrimos é um fato grave perante a higiene do Estado. (...)*

*Nos bairros do Bom Retiro, Bevilá e brás, casas existem com acomodações para 6 ou 8 pessoas e que abrigam, em completa promiscuidade, 30 a 40 indivíduos.*

*No Largo da Memória, na Ladeira do Piques, na Rua da Consolação e em várias ruas desta florescente Capital, são inúmeros os casarões abrigando durante a noite centenas de pessoas sem luz, sem ar e que fazem durante o dia a cozinha em alcovas escuras, por meio de fogareiros volantes envenenando ainda mais esta atmosfera, já deletéria e pernicioso. Relatório apresentado à Administração Sanitária do Estado pelo inspetor Evaristo da Veiga em 1894, in: RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar. São paulo: Paz e Terra, 1985. p. 165.*

<sup>30</sup> Sobre as reformas de Saturnino de Brito em Santos, ver ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. De Viena a Santos; Camillo Sitte e Saturnino de Britto, in: SITTE, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo. Ática, 1992.

disseminação na emergente burguesia brasileira de uma mentalidade vinculada à idéia de progresso e construção de uma nação moderna.

Entre estas iniciativas estão a construção das cidades de Belo Horizonte e Goiânia. Planejadas para cumprir o papel de capitais de províncias, cuja ocupação territorial remonta ao período da colônia, a construção destas duas cidades cumpriu um papel emblemático no salto para a modernização e a ocupação das regiões onde estavam situadas.

Modelo de desenvolvimento para a República Velha, Belo Horizonte foi planejada na década de 1890 para substituir a velha capital colonial da província de Minas, Ouro Preto. Seu projeto envolveu a criação de eixos monumentais hierarquizados topograficamente e, em termos de uso, remetendo ao plano urbanístico de Washington, de 1791, e à remodelação de Paris, de 1853 a 1859.

Os projetos de saneamento, iluminação e recreação da nova capital mineira demonstram uma criteriosa preocupação com a higiene social, e o zoneamento define a segregação urbana em áreas homogêneas, pressuposto fundamental do urbanismo moderno. Aos edifícios públicos, estrategicamente situados nos cruzamentos das principais avenidas, era reservado um importante papel na reafirmação da ordem e do poder. A exemplo do ocorrido nas reformas coordenadas por Pereira Passos na Capital Federal, os moradores do antigo arraial do Belo Horizonte foram expulsos para a periferia, conformando os primeiros núcleos de sub-habitação.

A construção de Goiânia, por sua vez, deve ser entendida no contexto do projeto modernizador do Estado Novo. A criação de uma nova capital em Goiás significa a tentativa de inserção do Estado no processo de modernização e integração nacionais proposto pelo Estado Novo, simbolizando a chegada do progresso nos territórios vazios do interior do país.

Da mesma forma que Belo Horizonte, o plano da cidade é marcado pelas grandes avenidas - eixos de poder - e pela setorização de usos postulada pelo urbanismo moderno. Ao Centro Administrativo foi reservado papel de destaque, com o Palácio do Governo ao final de uma das avenidas. A busca de perspectivas, influenciada pelos grandes eixos das cidades barrocas européias, é utilizada como recurso para realçar os centros de poder, preocupação central na ideologia do Estado Novo. Ao mesmo tempo, estas tendências neoclássicas convivem com o desenho dos bairros residenciais, influenciados pelas Cidades-Jardim de Ebenezer Howard.

### **Habitat operário**

A utopia da cidade saneada para o trabalho começa a se materializar já no século XIX, em diversos dos países onde a industrialização desenvolvia-se. Idealizadas e planejadas pelas próprias empresas, as vilas-modelo multiplicam-se em torno das minas de carvão ou junto à fábricas isoladas pelo interior da Europa. Contrapondo-se à realidade das cidades existentes, estes núcleos urbanos inauguram uma nova ordem espacial e disciplinar.

A oposição às condições insalubres e instáveis encontradas nos grandes centros urbanos da época pode ser notada em cada detalhe destas novas cidades. Um novo conceito passa a ocupar lugar de destaque na estruturação do pensamento urbanístico, influenciando a concepção dos sanitaristas, médicos, engenheiros e arquitetos da época: a noção de *densidade*. Esta nova abordagem localiza na proximidade dos corpos a origem dos problemas sociais e sanitários que assolavam as principais cidades do mundo. Toda a noção de *densidade* baseia-se na compreensão da

necessidade de distanciamento dos indivíduos; o espaço da cidade é interpretado como uma composição de *volumes construídos*, cuja densidade deveria sofrer uma drástica redução através da criação de *volumes vazios* para atender às necessidades de ventilação, circulação e insolação, condições básicas para a salubridade, principalmente das áreas habitacionais.

Combinada à idéia de densidade, uma segunda categoria de análise sustentava a economia urbana então proposta pelos higienistas: *o meio*. Falta de luz, ar, saneamento, promiscuidade, circulação impraticável. Esta degradação era vista fundamentalmente como resultado da falta de contato com o meio natural e sadio.

Durante todo o século XIX o entendimento higienista da cidade estava baseado na teoria dos fluidos, privilegiando a circulação de luz, ar e pessoas. A saúde das cidades exigia, portanto, uma gestão dos fluidos, isto é, uma política sanitária que privilegiasse a circulação de ar, luz, água e, principalmente, uma política urbana de controle da circulação dos fluidos sociais. A diminuição das densidades, através da abertura de espaços livres na malha das cidades permitiria, portanto, o saneamento das moléstias urbanas. Graças à abertura de vias modernas e espaçosas, a vigilância e o controle sobre as populações, agora desaglomeradas, ficariam mais fáceis. O contato, temor principal dos higienistas, precisaria ser substituído pela distância higênica. Consolidada a partir do segundo terço do século XIX, a visão de que o meio se constitui no principal elemento formador da qualidade urbana permanecerá vigente por mais de um século, servindo como base conceitual aos principais pensadores do urbanismo moderno.

Na Carta de Atenas, síntese das propostas dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAM, Le Corbusier enfatiza o verde e o espaço como os componentes fundamentais da cidade moderna.

O núcleo fabril, construído fora das grandes aglomerações urbanas é, por excelência, a concretização do ideal desurbanista. De um lado, representa a negação da cidade, com suas altas densidades nos insalubres bairros operários. Por outro, permite a fixação de um grande contingente operário junto à indústria, garantindo uma ampla reserva de mão de obra.

Lion Murad e Patrick Zylbermann analisam, em *Le petit travailleur infatigable*<sup>31</sup>, como o surgimento destas cidades construídas para o trabalho responde a um duplo movimento: em primeiro lugar fixando o maior número de indivíduos junto à fábrica, garantindo o contingente de mão de obra necessário à produção industrial. Simultaneamente, atuando sobre este contingente operário de forma a constituir uma comunidade de indivíduos sadios e disciplinados, aptos, enfim, para o trabalho industrial. Há, portanto, uma combinação de novos saberes atuando para a concretização deste ideal urbano: a higiene social, que havia desenvolvido a crítica à concentração dos corpos nas grandes cidades, reduzindo as densidades, separando os corpos, abolindo a multidão, e o urbanismo, a propor um espaço reformado para garantir mais facilmente a organização dos corpos. Estas iniciativas definem uma nova economia urbana, resultando na constituição de um aparelho disciplinar, composto por mecanismos que atravessam todos os aspectos da vida naquelas cidades.

Nos apoiamos na obra de Michel Foucault para a chegar à compreensão de como se constituíram estes mecanismos, fundamentalmente a partir do entendimento da idéia de *disciplina*. Em seu livro *Vigiar e Punir*, Foucault demonstra como ocorreu a progressivo estabelecimento de formas de controle sobre o corpo humano, partindo de duas abordagens diferentes: de um lado, o conhecimento anátomo-metafísico, e de outro um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares, somados a

---

<sup>31</sup> MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. *Le petit travailleur infatigable*. Villes-usines, habitat et intimités au XIX siècle. Paris, Recherches. 1976: p.43.

processos empíricos de correção sobre as operações do corpo. Segundo Foucault, a partir do século XVIII o homem passa a ser o centro de novas técnicas disciplinares que atingem a escala do detalhe, trabalhando o corpo individualizado, isolado da massa. A modalidade de implementação deste controle também se renova, graças a uma

*coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de disciplinas.*<sup>32</sup>

Ainda segundo Foucault, a constituição desta nova anatomia política se deve à justaposição progressiva de uma multiplicidade de pequenos processos localizados, não havendo portanto um momento definido e universal de implantação das novas disciplinas.

Roberto Machado considera a disciplina como o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista.<sup>33</sup> O fundamental é notar que a disciplina não pode mais ser reconhecida apenas nas grandes atitudes do poder, mas principalmente nas minúcias, nas nuances, no sentido que se oculta por trás das decisões. Para utilizar as palavras de Foucault, a disciplina pode então ser definida como a *anatomia política do detalhe*.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 126

<sup>33</sup> MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. in FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1993.

<sup>34</sup> Ibid., p.128

A idéia de disciplina, tal como nos é apresentada por Foucault, implica na combinação de pelo menos três componentes fundamentais: em primeiro lugar, a organização espacial, uma ciência da disposição dos corpos em lugares individualizados, segundo uma ordem pré-determinada, de forma a garantir a maior produtividade; logo em seguida está o controle do tempo, buscando sujeitar os indivíduos aos ritmos e procedimentos que interessam à disciplina; por último, encontramos uma vigilância contínua, disseminada por todas as partes do tecido social.

A abordagem da questão da espacialização da disciplina através da concepção de um espaço urbano com este fim, exige a compreensão das concepções que progressivamente se estabeleceram quanto à distribuição dos indivíduos no espaço.

A forma mais simples de definição do espaço disciplinar é o cercamento. Ao enclausurar os indivíduos em um espaço restrito, o governo ou a empresa passam a deter o controle total sobre o ingresso e a circulação de objetos e pessoas. Muitas das empresas que implantaram fábricas e minas no primeiro período da industrialização também construíram núcleos habitacionais seguindo este princípio. A fábrica era, então, uma verdadeira fortaleza, instituição de seqüestro em cujo interior reinava onipresente o poder do patrão. Afasta-se com isso o perigo de roubos, depredações e descumprimento das regras do trabalho.

Mais sutil é o princípio do quadriculamento do espaço da produção: *cada indivíduo em seu lugar, em cada lugar um indivíduo*.<sup>35</sup> Os grandes contingentes de trabalhadores são subdivididos ao máximo, de acordo com funções isoladas. Estes lugares individualizados podem ser organizados em uma determinada ordem ou série, onde cada indivíduo tem sua posição definida em relação aos demais, sendo que a sua ausência será facilmente notada. Desta maneira, as multidões disformes podem ser

---

<sup>35</sup> FOUCAULT, Michel, op. cit., p.131

desmembradas e organizadas em estruturas onde cada um, isolado, tem o seu lugar definido.

O advento do conceito de disciplina implica em uma nova economia dos espaços. Já não se produz uma arquitetura para ser vista, ou para vigiar o seu entorno, mas sim para vigiar o próprio espaço nela compreendido. A *visibilidade geral* passa a ser preocupação central na concepção de espaços concebidos para abrigar as crescentes populações industriais, que precisam ser controladas e, principalmente, adestradas. Os comportamentos individuais devem ser observados no detalhe, em cada gesto, cada atitude. Trata-se, portanto, de dotar o poder da capacidade de empreender, simultaneamente, a observação de inúmeros indivíduos.

Esta preocupação pode ser percebida quando Claude Nicolas Ledoux situa a casa do administrador, representante do rei, no centro da estrutura urbana circular da Salina de Arc-et-Senans<sup>36</sup>.

O poder situado ao centro adquire a capacidade de tudo observar, simultaneamente. Bentham avança mais ainda em sua proposta do *Panóptico*, ao propor um modelo arquitetônico onde os indivíduos sintam constantemente a presença do olhar vigilante, mesmo sem ter a possibilidade de confirmar se o observador está em seu posto. É a utopia da vigilância incorporada ao comportamento dos indivíduos, garantindo o funcionamento automático dos mecanismos de poder. A partir de então não seria mais necessária a presença intensiva e constante da vigilância para sujeitar o operário às normas do trabalho. Bastaria apenas a sugestão da presença do vigilante para que o mecanismo disciplinar funcionasse. Paralelamente, a diferenciação do trabalho industrial e a crescente complexidade das estruturas de produção exigem um

---

<sup>36</sup> Claude-Nicolas Ledoux, arquiteto francês do século XVIII, foi responsável por diversos projetos de obras públicas desenvolvidos sob encomenda de Luis XV. Influenciado pela efervescência de idéias ocorrida em sua época, Ledoux incorpora os princípios da racionalidade iluminista em sua obra.

aumento na especialização da vigilância, tarefa específica para a qual é criada um corpo selecionado de chefes, capatazes e contramestres. Foucault explica a origem do *panoptismo* analisando dois sistemas diferentes de controle sobre a vida da cidade: ao contrário do modelo da lepra, que primava pela exclusão dos indivíduos indesejáveis isolando-os em um asilo, o modelo da peste, adotado a partir do surgimento das “temíveis” multidões, no século XVIII, baseava-se na quadriculação da cidade, atravessando-a pela hierarquia, pela vigilância e pelo olhar, voltado sobre os corpos individualizados. Para o autor, o princípio da visibilidade isolante é a concretização do sonho rousseauiano de uma sociedade transparente, ao mesmo tempo visível e legível em todas as suas partes<sup>37</sup>. Há, no entanto, uma diferença qualitativa: o Panóptico acabou por tornar-se um modelo generalizável, uma verdadeira tecnologia política, enquanto a cidade da peste correspondia a uma situação de exceção. Multivalente, a proposta de Bentham pode ser utilizada como intensificador de qualquer aparelho de poder, sendo incorporado à estrutura produtiva sem que se constitua em um elemento externo, capaz de acrescentar peso sobre o esforço de produção.

O século XVIII assiste, portanto, a uma generalização dos mecanismos de poder, que se ramificam por todo o tecido social. Cria-se um corpo especializado de polícia, vinculado ao Estado e destinado a vigiar o dia-a-dia da população em seus pequenos detalhes. As instituições disciplinares, além de controlar as populações, também têm o objetivo de extrair um aumento na utilidade de cada indivíduo. As novas instituições atendem a dois objetivos centrais: em primeiro lugar a *formação* de um novo trabalhador, utilizando para isso a educação das crianças e dos jovens. Surgem então instituições formadoras do caráter, tal como ginásios, escolas agrícolas e industriais. Paralelamente, multiplicam-se as instituições cujo objetivo está na *reforma*

---

<sup>37</sup> FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. 214

do comportamento daqueles que não se enquadram nos padrões de disciplina recém estabelecidos. Busca-se desta forma corrigir as patologias físicas e mentais, as práticas criminais e os hábitos não produtivos. O poder público passa, então, a realizar grandes investimentos na construção de asilos, hospícios, hospitais, prisões e orfanatos, estabelecendo uma rede de equipamentos de vigilância através do território.

A cidade moderna assiste, assim, a uma inversão de papéis, no que diz respeito às possibilidades de controle da vida individual: ao contrário dos grandes espetáculos do antigo regime, onde uma multidão assiste a atuação de poucos - incluindo aí o monarca - a sociedade disciplinar moderna passa a permitir o controle, por poucos indivíduos, sobre todos os movimentos de toda uma população.

A disciplina, tal como a estamos apresentando, está indiscutivelmente vinculada às necessidades de aumento da produção geradas pela era industrial. Com uma população em acelerado processo de expansão, fazia-se necessária a incorporação, ao menor custo possível, do contingente humano aos processos produtivos. O acúmulo de capital não poderia se realizar, porém, sem o desenvolvimento de tecnologias que permitissem o acúmulo de corpos dóceis. O inverso também poderia ser considerado como verdadeiro: tais tecnologias não teriam se desenvolvido sem a demanda do capital.

O poder deixa de ser, a partir de então, identificado com um indivíduo que o representasse, para transformar-se em uma série de mecanismos cujo funcionamento não vincula-se a uma única pessoa. Mesmo sem apresentar um condutor de fácil visibilidade, esta maquinaria de poder baseada na disciplina e vigilância não foi implantada sem resistências. Muitos anos se passaram até que os patrões conseguissem impor o controle sobre o tempo, os sistemas de trabalho e a vida fora das fábricas: universos que seguiam procedimentos estabelecidos culturalmente, como parte integrante do cotidiano das populações operárias.

Dois momentos podem ser identificados no processo de implantação das novas técnicas disciplinares sobre as temidas massas trabalhadoras: em uma primeira etapa, a preocupação do poder está voltada para a separação dos corpos - aumentando distâncias, evitando contatos, isolando doentes - e dos lugares - estabelecendo novos ambientes saneados e moralizados. Em uma segunda etapa o objetivo passa a ser a idealização dos comportamentos através da ênfase na reconstituição das relações familiares e na promoção do espaço íntimo vinculado à família.

As vilas operárias e núcleos fabris construídos pelas indústrias e companhias mineradoras fora das grandes cidades se constituíram em campo ideal para a formulação e implantação das novas tecnologias disciplinares. Diametralmente opostas às aglomerações das metrópoles, estas cidades-modelo surgem como exemplo de harmonia e paz social. A fixação dos trabalhadores para o processo produtivo não seria mais, a partir de então, perturbada pelas massas perigosas e pela pobreza.

Núcleos de salubridade isolados no campo, estas cidades também acabavam impondo o isolamento de sua própria população em relação ao mundo exterior. Instituição de seqüestro, verdadeiro claustro industrial, o núcleo fabril incorporava todos os saberes higienistas e sanitaristas que, combinados à práticas penitenciárias, pedagógicas e punitivas, permitiam a constituição de uma utopia da cidade disciplinar.

O projeto de disciplinarização das populações que pode ser extraído de tais cidades vai além da simples organização dos corpos com vistas à produção industrial. A mecânica de vigilância estabelecida em sua concepção urbanística e arquitetônica volta progressivamente seu interesse dos corpos para os comportamentos. Para este fim, começa a ser implantado um verdadeiro *arquipélago ótico* conformado por uma complexa rede de mecanismos de observação que permitem ao poder a vigilância constante sobre os comportamentos de toda uma população.

Paralelamente, a concepção espacial destas estruturas urbanas é pensada de forma a obter a redução da intensidade nas relações entre indivíduos. De maneira oposta aos grandes magazines, símbolo da Paris *haussmaniana*, que buscavam o superaquecimento das relações, estabelecendo um estado de massa que induz ao consumo, a proposta do núcleo fabril baseava-se na diminuição das densidades e no afastamento dos corpos levando, conseqüentemente, ao “esfriamento” das relações individuais.

Os novos princípios de saneamento das populações foram fundamentais no estabelecimento desta política dos corpos, inaugurada a partir do exemplo das vilas de companhias mineradoras na França, do final do século XVIII até a I Guerra Mundial. A atuação conjunta do saber higienista combinado a um aparelho de poder disciplinar permite a constituição deste novo espaço habitacional onde o poder não está mais concentrado na fábrica ou na casa do patrão, mas sim disseminado por todos os lugares da vila.

As primeiras vilas mineiras e núcleos fabris não chamam a atenção pela peculiaridade de seu desenho urbano. Sua singularidade está na fina pedagogia desenvolvida para submeter os corpos às necessidades da produção industrial. Murad e Zylberman alertam para a constituição de uma *micro-política da vizinhança*, graças à presença dispersa de um poder discreto, minucioso, insignificante mesmo, controlando até as menores parcelas da existência dos corpos.<sup>38</sup>

A constituição deste ambiente disciplinado e saneado é resultado da sucessiva aplicação de estratégias urbanas específicas. Em primeiro lugar, a separação espacial entre trabalho e moradia. A tradição urbana européia localizava, até então, a produção em ateliers e oficinas onde os proprietários conviviam e coabitavam com os

---

<sup>38</sup> MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. *Le petit travailleur infatigable. Villes-usines, habitat et intimités au XIX siècle*. Paris, Recherches, 1976; p.43.

empregados no próprio ambiente de trabalho. A partir da intervenção higienista, é adotada uma ênfase especial na moralização destes ambientes, separando a habitação da produção. Ao mesmo tempo, surge uma segunda preocupação, voltada para a moralização da família, através da separação entre a moradia dos familiares e seus empregados. Tal impulso moralizador também atua sobre o próprio núcleo familiar incentivando a separação dos espaços no interior das casas, combatendo a imoralidade, isolando os quartos de pais e filhos e separando os filhos por sexo. A especialização dos espaços internos das moradias operárias pode ser considerada, portanto, uma inovação do século XIX. Inicia-se então o combate às moradias operárias onde várias gerações de uma mesma família viviam amotoadas em um só cômodo, que servia ao mesmo tempo de quarto, sala de banho e cozinha.

A resistência do trabalhador de origem camponesa à disciplina do trabalho fabril apresentou um grande desafio a ser enfrentado pelas indústrias. Além da moralização das massas operárias ameaçadoras, também era necessária a fixação do trabalhador ao seu emprego. A estes desafios as empresas responderam com uma dupla iniciativa: a implantação de núcleos fabris e vilas operárias garantia, através do alojamento vinculado ao emprego, a fixação do trabalhador; paralelamente, o alojamento dos operários em casas individuais atendia ao propósito de se investir na constituição da família operária como elemento de estabilização e pacificação da mão-de-obra.

Segundo Zylberman e Murad, a partir do século XIX o espaço passa progressivamente a ser útil ao poder na medida em que é resultante de experiências executadas sobre os indivíduos. É este espaço, organizado a partir da descrição detalhada dos comportamentos, com o objetivo de obter a formação e estabilização das intimidades familiares, que será denominado, após 1830, de *habitat*.

A família ocupa, a partir de então, lugar de destaque na política de combate ao absentéismo, à violência e à agitação política no seio das classes trabalhadoras. A casa individual, habitada de forma burguesa, foi eleita como modelo para a estabilização das famílias recém-alçadas ao centro de atenção das políticas disciplinares. Os higienistas e arquitetos passam a desenvolver toda uma economia de espaços e volumes que permite estabelecer o *espaço útil* necessário e diferenciado para o desenvolvimento de todas as atividades domésticas vinculadas à vida familiar. No interior da casa os espaços se especializam e subdividem. Por trás de tecnologias voltadas à modelagem do corpo, a idéia da construção do homem novo permeia a concepção da maioria destes novos assentamentos.

A construção deste homem novo, desvinculado do passado promíscuo e violento dos cortiços, baseia-se portanto em dois princípios: a constituição de intimidades familiares e o controle sobre a *hereditariedade*. A educação de novas gerações, nascidas neste ambiente saneado, deveria ser combinada a um processo de seleção, que separasse o preguiçoso do bom trabalhador. Graças a constante exclusão dos indivíduos que não se adaptavam aos pressupostos deste novo modelo de vida voltado à indústria, acreditava-se estar construindo uma nova população que, submetida a um meio moralizador, expulsaria progressivamente todos os vícios do passado. Não é difícil compreender porque esta estratégia conferia lugar de destaque ao processo de educação das novas gerações para o trabalho.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Para Murad e Zylberman, a estabilização da cidade industrial só foi possível graças a uma tripla estratégia: 1) a construção de um meio capaz de estabilizar os corpos, os instintos, as atitudes; 2) a educação das populações para a disciplina do trabalho; 3) a seleção dos bons elementos, separando-os dos maus. (MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick, op. cit.,p.101)

A *company-town*, ou núcleo fabril<sup>40</sup> é, por excelência, o lugar para a concretização dos modernos ideais de organização social voltada para a produção. Nestas estruturas, o sonho desurbanista combina-se a uma proposta de sociedade estabelecendo um universo restrito, cujo único objetivo é reunir e disciplinar a mão-de-obra para a indústria.

No Brasil, assim como na Europa e Estados Unidos, o auge da implantação de núcleos fabris ocorreu no período anterior à crise econômica internacional de 1929. Com o avanço da industrialização, diversas companhias instalam suas fábricas fora das grandes cidades, exigindo a construção da infraestrutura urbana necessária para alojar seus operários. Algumas iniciativas ocorreram em regiões distantes do país, como nos casos de *Pedra*, construída pelo empresário Delmiro Gouveia no início do século em pleno sertão de Alagoas, *Fordlândia*, construída por Henry Ford em 1927 no Pará e mesmo *Harmonia*, objeto de nosso estudo. Outras foram implantadas em regiões próximas a áreas já povoadas, como a Vila Maria Zélia, na capital paulista e a Votorantim, em Sorocaba. As companhias ferroviárias também implantaram diversos núcleos urbanos e acampamentos para abrigar seus trabalhadores, principalmente quando as linhas férreas penetravam em áreas distantes e despovoadas do interior.

---

<sup>40</sup> Existe uma grande variação na denominação utilizada para definir as cidades construídas pelas indústrias, genericamente chamadas de "vilas operárias". Optamos por seguir a denominação proposta por Telma de Barros Correia : "Este tratamento generalizante contribui para ocultar as enormes diferenças na forma de gestão do trabalho entre vilas construídas por indústrias em cidades existentes e vilas isoladas no campo, nas quais a fábrica cria uma "cidade" nova e tem condições de gerir a vida do lugar com grande autonomia. Alguns autores nacionais dão conta destas diferenças, designando o último caso de "vilas cidadelas" ou "vilas-casernas". Nas referências internacionais, surgem com várias designações, como "company-town", "industrial village", "cité ouvrière" e "cottage system". Optou-se por chamá-las de "núcleos fabris" e às localizadas dentro de cidade ou em subúrbios de "vilas operárias", sublinhando, entretanto, as semelhanças entre as vilas operárias em subúrbios e os núcleos fabris, enquanto as primeiras conservam o isolamento da cidade e uma certa autonomia em relação às autoridades urbanas. (CORREIA Telma de Barros. Pedra: plano e cotidiano operário no sertão São Paulo: Tese de doutoramento, USP, 1995. p.13.)

O ritmo da construção de núcleos fabris pelas empresas diminuiu com a crise de 1929, sendo substituída, gradativamente, pela implementação das políticas oficiais de habitação. A implantação de diversos projetos de industrialização, mineração ou construção de barragens em regiões desabitadas do imenso território brasileiro continuou a exigir, ao longo dos anos, a construção de novas estruturas urbanas isoladas. Na segunda metade do século XX, projetos mineradores como a Vila Serra do Navio e Carajás, industriais como o Projeto Jari e hidrelétricos como Tucuruí ou mesmo Itaipú deram origem a novos assentamentos planejados onde a vida se organiza em torno de uma única atividade econômica. Em cada novo projeto podemos localizar características comuns às primeiras *company towns*: a preocupação com a ordem e a disciplina, e quase sempre, a ilusão difusa de que o espaço planejado e saneado pode reformar o comportamento do homem.

### Capítulo III

#### **Harmonia: modernidade e disciplina insutrial nos sertões do Brasil meridional**

*Seguindo para o noroeste a partir de Curitiba, capital do Paraná, e cruzando a bela região central do estado, o viajante chega, depois de quatro ou cinco horas, a uma região densamente coberta por florestas. (...) nesta região as matas de pinheiros cobrem centenas de milhas quadradas. No meio delas, aproveitando o potencial hidráulico de um dos diversos rios que serpenteiam em direção ao Rio Paraná, no rumo oeste, ergue-se a fábrica de papel de Monte Alegre.*

*Monte Alegre, com seus guardas, seus portões, ruas arborizadas e casas de pedra estandarizadas cercadas por verdes gramados, nos lembra uma antiquada company-town da Nova Inglaterra ou do Leste do Canadá. É o quartel-general das Indústrias Klabin, as quais fornecem aproximadamente um terço do papel utilizado no Rio e em São Paulo. Este poderoso Grupo de empresas constitui um empreendimento familiar muito típico dos grandes negócios no Brasil.*

John dos Passos, *Brazil on the move*, New York: Doubelay & Co. 1955, p.94.

Harmonia, como já vimos, é a denominação do núcleo fabril construído junto à fábrica de papel e celulose construída pelo grupo industrial papeleiro Klabin no município de Tibagi, às margens do rio de mesmo nome, na região central do Paraná.

A implantação de um projeto industrial de tal escala, no final da década de 1930, em uma região quase desabitada, exigiu a execução de uma ampla infraestrutura destinada a abrigar a população de técnicos e operários necessários à construção e a operação da fábrica.

Estreitamente ligada ao projeto de desenvolvimento impulsionado pelo Estado Novo - seu incentivador e principal financiador - a construção da fábrica do grupo Klabin nos então desabitados pinheirais da Fazenda Monte Alegre foi acompanhada pela implantação de uma sólida infraestrutura de apoio. Além da cidade de Harmonia, as obras incluíram um extenso sistema de rodovias, duas barragens, uma usina hidrelétrica, dois outros núcleos urbanos e diversos acampamentos, envolvendo todos os equipamentos necessários à vida da comunidade de técnicos e operários necessários à operação da fábrica.

Em 1939, quando foi iniciada a implantação da fábrica, o Paraná era um estado quase exclusivamente agrícola. A população de Curitiba, sua principal cidade, não passava de 150 mil habitantes. A economia do Estado sustentava-se, praticamente, sobre as atividades de extração da madeira e erva-mate, além de uma agricultura pouco mecanizada e da pecuária extensiva.

Havia, no entanto, uma soma de fatores que apontavam para uma transformação neste quadro de provincianismo. O Estado lutava para preservar sua integridade territorial, ameaçada pela influência de São Paulo - potência industrial - sobre a região norte. Nas décadas de 1920-30, a colonização desta região por empresas como a Companhia de Terras do Norte do Paraná, a partir de São Paulo, ampliava estes vínculos, causando preocupação entre as lideranças políticas e empresariais do Paraná. Apesar da pouca exuberância da produção, as elites que dominavam a economia local experimentavam, a exemplo do ocorrido nas grandes cidades, um profundo desejo de modernização, que deu origem, por exemplo, ao Movimento

Paranista e impulsionou reformas modernizadoras na cidade de Curitiba. O projeto de implantação de uma moderna fábrica de papel, setor de ponta na tecnologia industrial da época, vinha de encontro a estes anseios, mesmo que liderado por um grupo industrial paulista.

A Fazenda Monte Alegre, onde foi implantada a fábrica de papel, localizava-se no município de Tibagi, a 250 km de Curitiba<sup>41</sup>. A fazenda foi adquirida em 1934 ao Banco do Estado do Paraná, que havia arrematado a área no leilão judicial de liquidação da *Companhia Agrícola e Florestal e Estrada de Ferro Monte Alegre*. O Banco havia sido um dos principais credores desta Companhia, uma iniciativa dos antigos proprietários da Fazenda que captaram, a partir de 1929, investimentos privados no exterior prometendo aplicar os recursos em projetos de extração de madeira e diamantes na área. A aventura durou até 1932, quando o Banco do Estado pediu a falência de Companhia que jamais havia entregado sequer uma grama de minério ou peça de madeira.

Desde o episódio da venda da área para o grupo Klabin é importante ressaltar a intermediação do Interventor Manoel Ribas, personagem cuja participação foi fundamental para a articulação dos interesses que levaram à construção daquela planta industrial. Nomeado interventor do Estado por ato de força de Vargas após a revolução de 30, Ribas conhecia bem a região de Tibagi e utilizou sua amizade com membros da família Klabin para convencer os industriais a expandir os seus negócios construindo uma fábrica que utilizasse o potencial madeireiro representado pelas florestas de araucárias do Paraná. Seu acesso ao Presidente contribuiu para viabilizar o apoio financeiro à iniciativa, ao mesmo tempo em que a implantação da indústria contava com todo o tipo de facilidades por parte do próprio Governo do Estado.

---

<sup>41</sup> Em 1963, com a expansão da indústria, o município foi subdividido dando origem ao Município de Telêmaco Borba, cuja sede se encontra próxima à fábrica.

A família Klabin emigrou da Lituânia no final da década de 1880, pressionada pelo ambiente de anti-semitismo que tomava conta da Europa Oriental. Estabelecidos em São Paulo, iniciaram imediatamente suas atividades no comércio de papéis, livros e materiais de escritório, fundando a empresa Klabin Irmãos e Companhia (KIC).

A rápida evolução dos negócios dos Klabin pode ser compreendida com mais facilidade se nos reportarmos às condições em que se deu o primeiro surto de industrialização em São Paulo, desencadeado a partir das últimas duas décadas do século XIX. Como os fazendeiros do café, detentores de grande parte do capital nacional, estavam instalados fora das cidades, uma considerável parcela das primeiras indústrias foram implantadas por comerciantes importadores, em sua maioria imigrantes. Para Warren Dean, este fato se explica porque *“em geral os burgueses imigrantes chegavam em São Paulo com recursos que os colocavam muito à frente dos demais e praticamente estabeleceram uma estrutura de classe pré-fabricada”*.<sup>42</sup> Além disso apresentavam grande facilidade para estabelecer relações comerciais com a massa de imigrantes estrangeiros e mantinham contatos com o capital em seu país de origem. Desta forma, podemos compreender porque as principais indústrias paulistas estavam sob o controle de famílias estrangeiras como Crespi, Scarpa, Matarazzo e Klabin.

O próximo passo na expansão dos negócios da KIC foi a instalação de uma tipografia, seguido pelo arrendamento, em 1906 da primeira máquina para a produção de papel. Em 1911 aumenta a produção de papel com a entrada em operação da Companhia Fabricadora de Papel, às margens do rio Tietê, também na capital paulista. Além das atividades no setor pepeleiro o grupo adquiriu a Manufatura

---

<sup>42</sup> DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. São Paulo: Difel. p. 59

Nacional de Porcelanas, no Rio de Janeiro que, transformada na Cerâmica Klabin, chegou a ser a maior produtora de azulejos da América Latina na década de 1970.

Como resultado de sua expansão o grupo procurava, no início dos anos 30, alternativas para novos empreendimentos. Manoel Ribas propôs a venda da Fazenda Monte Alegre ao grupo Klabin em 1933. O potencial hidrelétrico e as reservas de matéria prima representadas pelas extensas matas de araucárias, componentes imprescindíveis para a implantação de uma indústria papelreira, chamaram a atenção dos empresários paulistas. No ano seguinte são fundadas as Indústrias Klabin do Paraná - IKP concretizando-se a aquisição dos 143 mil hectares. A área adquirida era praticamente desabitada, sendo que a única infraestrutura existente era a antiga sede da Fazenda, construída no século XIX.

### **Do plano à realidade: a construção de um universo industrial**

Em 1936, o geógrafo Reinhard Maack, técnico remanescente da *Companhia Agrícola e Florestal* elabora os primeiros levantamentos topográficos na Fazenda, confeccionando um *Mapa topográfico para a localização de uma fábrica de papel na Fazenda Monte Alegre*. No ano seguinte o engenheiro Walter Ashauer elabora um *Anteprojeto da localização de uma fábrica de papel e celulose*, com a fábrica, acessos e vila operária. Em 1938 o mesmo Ashauer apresenta a planta intitulada *Lugar nº 3 para fábrica*. Os estudos e prospecções se multiplicam neste período, respondendo à necessidade dos estudos de viabilidade do empreendimento. Em 37 Ashauer elabora uma planta de distribuição dos pinheirais. Também são feitos levantamentos do rio

Tibagi, para localização da usina hidrelétrica, além de sondagens de minas de carvão, pedreiras, nascentes de água e reservas de madeira.

Os relatos dos pioneiros desta época nos remete a um mundo selvagem e inóspito, marcado por uma natureza bela e exuberante, de difícil domesticação. Matas exuberantes, animais selvagens, noites escuras e doenças tropicais formam um quadro de agudo contraste com a modernidade representada pela indústria que lá se pretendia implantar.

Apesar da realização de diversos estudos, a possibilidade da construção de uma fábrica de papel em Monte Alegre só começa a se concretizar quando é definido o apoio do Governo Federal ao empreendimento, em 1939. Nesta mesma época, são concluídos com sucesso os estudos encomendados pela Klabin para verificar a viabilidade do aproveitamento da madeira da *Araucária Angustifolia* na fabricação de celulose para papel de imprensa.

A localização definitiva para a construção da planta industrial é decidida ainda em 1939, escolhendo-se a confluência dos rios Tibagi e ribeirão das Mortandades. A denominação do local escolhido, mortandade, é atribuída à matança de caigangues promovida no final do século XVIII pelo fazendeiro José Felix da Silva, proprietário da Fazenda Fortaleza em Tibagi. Tal nome não condizia com os propósitos modernizadores de construir um complexo fabril e urbano similar aos mais avançados empreendimentos industriais da Europa e Estados Unidos.

A escolha do nome Harmonia é emblemática. A nova denominação nos remete à proposta de cooperação de classes representada pelo corporativismo do Estado Novo e também aos propósitos sociais dos urbanistas utópicos do século XIX. Não apenas a utopia industrial representada pelo *Falanstério* de Charles Fourier, mas também a *New Harmony* de Robert Owen e tantas outras propostas espaciais para a organização de comunidades industriais.

No mesmo ano começa a implantação do primeiro núcleo urbano da Fazenda, na localidade de Lagoa, a 30 km do local escolhido para a fábrica. Em Lagoa é que serão construídas as primeiras moradias para alojar os operários que chegavam para trabalhar nas diversas obras da indústria. Lá também serão estabelecidas as primeiras regras de convívio, delineando o perfil de uma sociedade isolada cujo objetivo fundamental era o trabalho na indústria. Até a implantação das moradias definitivas em Harmonia em 1942-43, Lagoa também vai abrigar o escritório central das Indústrias Klabin na Fazenda.

A implantação da fábrica começa a se concretizar em 1940, em plena Segunda Guerra Mundial. O jovem engenheiro Samuel Klabin viaja aos Estados Unidos acompanhado do engenheiro papreiro Ernest Froelish, para contratar os projetos e encomendar a primeira leva de equipamentos industriais. Expoente mais dinâmico da nova geração da família Klabin, Samuel será personagem central no processo de idealização e implantação da fábrica. Responsável pela coordenação dos projetos elaborados nos Estados Unidos, sua correspondência com os técnicos encarregados da implantação da planta industrial em Monte Alegre nos fornece um rico e detalhado quadro dos desafios técnicos enfrentados na implantação de um empreendimento que pode ser considerado extremamente ousado para a época.

Sendo o principal financiador do projeto, Vargas apresenta interesse direto no andamento da construção da fábrica das IKP. Tendo em vista a dimensão e a importância simbólica que se revestia o empreendimento, é provável que o interesse do presidente ultrapassasse as meras questões de cronograma de entrada em produção. Como iniciativa exemplar de industrialização para o vasto interior do país, inserido na preocupação da “marcha para o oeste” de civilização dos sertões desabitados, também convinha a Vargas que a sociedade a se constituir em torno de um empreendimento tão emblemático também se constituísse em exemplo de organização para as populações

que se aglomeravam em torno dos centros industriais emergentes nas grandes cidades do país.

### **Estado Novo e Industrialização**

*A luta desenvolvida em torno do Estado é tremenda. Homens que pedem apoio ao Estado estão sempre dispostos a lhes negar a cooperação espontânea. E, o Estado, não é mais que uma ação coordenada de todos para um determinado setor. A grande dificuldade consiste nisto: O egoísmo das classes, é o veneno que entorpece a marcha da grande evolução do próprio povo. (...)*

*É por essas fundamentadas razões que devem cada vez mais, o Estado nacional, centralizar as realizações em todos os setores de atividade da Nação.*

*Façamos votos que as fronteiras dos Estados, sejam meros acidentes de topografia. O Brasil deve ser uma única unidade geográfica econômica e política.<sup>43</sup>*

Os motivos que levaram à implantação de um moderno complexo papelero no Paraná só podem ser compreendidos se contextualizados no trajeto da industrialização brasileira. Muitos são os adjetivos que economistas e historiadores utilizam para qualificar a forma pela qual a indústria surgiu e se implantou no Brasil: *atípica, incompleta, extemporânea*. Não estamos aqui nos referindo às primeiras fábricas, surgidas a partir da metade século XIX, cuja produção se resumia a produtos complementares à economia agroexportadora, como tecidos para sacos de café e

---

<sup>43</sup> BEZZERRA DA CUNHA, Svirino. Carta ao Ministro da Viação e Obras Públicas, General Mendonça Lima, em 8 de março de 1944. Fonte: CDMK.

vestimentas para os escravos das fazendas. A moderna industrialização se faz mais presente no final do século XIX, quando os grandes fazendeiros passam a aplicar na indústria parte do considerável capital obtido com a exportação do café. Os anos vinte trazem uma aceleração da produção industrial, consolidando São Paulo na posição de principal centro fabril do país, graças à concentração de um importante parque de indústrias com dimensões e nível tecnológico sem paralelo no hemisfério sul. Ao mesmo tempo, a demanda de mão-de-obra gerada por estas indústrias requer a constituição um numeroso operariado, produzindo uma rápida modificação no perfil da classe trabalhadora brasileira.

Com pouca tradição nas atividades industriais nas áreas urbanas, o país se vê obrigado a importar um grande contingente de mão-de-obra para movimentar as linhas de produção. Desta forma, além dos imigrantes atraídos para substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras de café, o início do século assiste à chegada de novas levadas de trabalhadores estrangeiros que passam a constituir o núcleo principal do operariado industrial.

O liberalismo, corrente com hegemonia no pensamento econômico em todo o mundo capitalista, estabelecia os parâmetros para as relações entre capital e trabalho naquele período. As empresas conferiam pouca importância às condições de vida ou de trabalho enfrentadas por seus empregados; as definições salariais, por sua vez, eram foco de permanente conflito entre patrões e seus empregados. Neste período, os trabalhadores experimentavam um processo de organização crescente, influenciados pelas idéias anarquistas e socialistas trazidas da Europa pelos imigrantes. Como resultado desta polarização, os principais núcleos industriais do país assistem a uma escalada nos confrontos entre patrões e trabalhadores, em um ambiente de polarização ideológica cada vez mais acentuada.

O movimento de 1930 vem romper com esta dinâmica na relação entre patrões e trabalhadores. Respalado inicialmente pelas oligarquias agrárias, descontentes com a política econômica liberal que deixou os setores agroexportadores vulneráveis à crise econômica mundial de 1929, o Governo Provisório, liderado por Getúlio Vargas, intervém decisivamente nos conflitos trabalhistas, tomando para o Estado o papel de mediador nas relações entre operários e industriais. Esta intervenção adota a princípio um rumo desfavorável aos industriais, pois Vargas compartilhava da visão hegemônica entre os fazendeiros, segundo a qual a vocação econômica do Brasil era agroexportadora. Seguindo este raciocínio, a implantação da indústria no país estava sendo conduzida de forma “artificial”. Estas divergências levam, em um primeiro momento, ao confronto entre os industriais e o novo governo. Apenas com o aprofundamento da crise econômica, causado pelo constante desequilíbrio na balança comercial, é que Vargas vai chegar progressivamente ao entendimento de que não havia mais possibilidade de recomposição do modelo comercial livre-cambista que regia a economia mundial até 1913.

Para equilibrar a balança comercial era necessário portanto substituir as importações, pois não se concebia mais sustentar toda a economia de um país sobre a dependência exclusiva da monocultura cafeeira. A partir de 1937, com a implantação do Estado Novo, o governo abandona definitivamente suas últimas posturas econômicas liberais, passando a adotar uma opção crescentemente intervencionista.

Fundamentado em um discurso ideológico nacionalista que, em muitos aspectos se aproximava do fascismo europeu, o Estado Novo confere então um papel central à industrialização na estratégia de auto-conservação nacional. Ao atribuir este papel estratégico à indústria, o Governo aproxima-se da concepção há muito defendida pelos industriais, segundo a qual o progresso econômico através da indústria seria o único caminho para se evitar o perigo da revolução social no país.

A indústria passa então a ocupar o lugar central na estratégia de afirmação nacional, constituindo-se como a principal garantia contra os dois grandes temores do século XX: o colonialismo e o socialismo. Através deste raciocínio, podemos notar a aproximação do discurso oficial para com o projeto econômico e político do empresariado industrial.

Edgar De Decca demonstra como o tema da industrialização passa a ser o elemento catalizador de um novo projeto de desenvolvimento nacional, ultrapassando os limites econômicos-corporativos e alcançando a significação de projeto político.<sup>44</sup> O autor mostra como no discurso dos industriais, em especial Roberto Simonsen - principal liderança do Centro Industrial de São Paulo, CIESP - a gênese de toda a história está dada nos fundamentos da Nação, que tem uma inelutável destinação para o progresso, através da industrialização:

*Se é certo que a base da estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra, não é menos certo que no estágio atual da civilização, a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e atuação política como povo independente no concerto das nações só podem ser tomadas na consideração devida, possuindo este país um Parque Industrial eficiente, na altura do desenvolvimento agrícola.<sup>45</sup>*

Nota-se também nesta passagem a preocupação do dirigente empresarial em evitar a polarização entre *agrarismo* e *industrialismo* que pautou o debate político brasileiro nos anos 20-30.

O colapso do modelo liberal de gestão da economia permitiu a Vargas renovar seu discurso, atribuindo, a partir de então a responsabilidade da crise a um tipo

---

<sup>44</sup> DECCA, Edgar de. 1930: O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 160

<sup>45</sup> SIMONSEN, Roberto. A orientação industrial brasileira in DECCA, Edgar de, op cit., p.168.

de capitalismo baseado no lucro individual, sem mecanismos reguladores<sup>46</sup>. Tal análise é utilizada exaustivamente como justificativa para a implantação de uma nova estratégia de desenvolvimento que pressupõe a centralização do controle da economia na esfera do Governo Federal. O Estado passa a incentivar e financiar diretamente iniciativas de desenvolvimento econômico, mais especificamente na área industrial. Cabe notar um aspecto particular da situação econômica mundial que veio a facilitar sobremaneira tais iniciativas: o avanço tecnológico do pós-guerra retira da indústria de bens de consumo o lugar central que até então lhe cabia na economia da Europa e dos Estados Unidos, abrindo a possibilidade de sua transferência para países menos desenvolvidos.

Apesar da opção pelo intervencionismo seguir uma determinada concepção ideológica e econômica quanto ao desenvolvimento, esta mudança de enfoque é, no entanto, justificada politicamente como resultado de uma “opção social pelas massas trabalhadoras”:

*“A seu turno, a economia, antes soberana e obediente do dogma de livre concorrência e predomínio dos mais aptos, teve de adaptar-se à necessidade primordial de amparar massas sofredoras, em vez de continuar como energia cega, aplicada ao objetivo de criar homens para produzir riquezas em lugar de produzi-las para utilização dos homens”.*<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Em 1940, Getúlio afirma:

*“O setor aberto, no Mundo, à livre concorrência, está cada vez mais reduzido. Precisamos, por consequência, alterar nossa tradicional política de país agrário, esforçando-nos por utilizar todas as fontes de riqueza disponíveis. Já atravessamos a fase crítica da monoprodução. Para se forçar a estrutura econômica do país, cumpre-nos reduzir a estreita dependência em que se acha a renda nacional à exportação de matérias-primas e produtos alimentares”.* Getúlio Vargas in: FONSECA, Pedro César Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.265.

<sup>47</sup> Getúlio Vargas in: FONSECA, Pedro César Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.263.

Paralelamente aos fatores de ordem econômica já descritos, desenvolve-se no país um ambiente ideológico favorável ao intervencionismo do Estado na economia: há um descontentamento generalizado com o resultado da aplicação das políticas liberais; na Europa, o fascismo avança pela trilha aberta a partir da crise recessiva de 1929; nos Estados Unidos, templo da livre-iniciativa, Roosevelt é obrigado a ampliar a atuação econômica do Estado no período da *New Deal*.

A modernização do país pela via industrial reaproxima governo e empresários, a ponto destes últimos não manifestarem discordância para com o golpe de novembro de 1937, ao contrário do ocorrido nas crises de 1930 e 1932. Em torno deste projeto, Vargas constrói, passo-a-passo, uma ampla composição de interesses, cujo objetivo central enfocava a substituição da luta de classes pela cooperação entre patrões e empregados, com vistas ao desenvolvimento nacional patrocinado pelo Estado. A conformação desta aliança exigiu um amplo rearranjo institucional e político, com implicações na organização do mundo do trabalho. Tais alterações envolveram, por um lado, a concessão de direitos sociais aos trabalhadores - como férias e salário mínimo - e por outro, o desmantelamento das organizações sindicais livres - substituídas por estruturas tuteladas pelo Estado.

A engenharia política do Estado Novo não restringia seus mecanismos de sustentação apenas a esta relação intervencionista na organização da economia e do mundo do trabalho. O convencimento de toda a população de que seu engajamento no projeto de desenvolvimento conduzido pelo Estado e liderado pela pessoa de Vargas era o único e legítimo caminho para o encontro da Nação com o progresso, exigia mais do que a promulgação de uma nova legislação social. Desde a revolução de 1930, mas principalmente a partir do golpe de estado de 1937, Vargas investe na constituição de um sólido aparelho de imprensa e comunicação social, destinado a constituir uma *determinada imagem* do governo entre a população. Inspirado na máquina de

propaganda dos regimes fascistas europeus, Vargas cria repartições encarregadas da política de comunicação, coopta intelectuais de renome para desenvolver a base intelectual, lança mão do rádio e da imprensa escrita para obter o desejado consenso social.

A criação, em 1939, do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, diretamente subordinado à Presidência da República, representa o coroamento destas políticas. Suas atribuições não se limitavam à propaganda do regime através da imprensa, mas também à *promoção de manifestações cívicas e culturais e exposições demonstrativas das atividades do Governo*.<sup>48</sup> As ramificações das políticas oficiais penetram com profundidade na produção cultural do país, influenciando - ou cooptando - artistas, compositores, escritores e intelectuais de projeção que passam a colocar seus serviços à *disposição da Nação*. Mas a cooptação era apenas uma das muitas facetas do aparelho de propaganda. Aqueles que não se engajassem na unanimidade oficial enfrentavam a censura, exercida com rigor e competência pelos temidos burocratas do DIP.

O funcionamento deste respeitável aparelho de propaganda oficial exigia uma estrutura de comunicação moderna e ampla, capaz de atingir com eficiência os corações e as mentes de toda a população brasileira. A imprensa herdada da República Velha não atendia a tais necessidades, devido ao seu alcance restrito. Vargas incentiva, então, um processo de modernização e expansão do alcance dos órgãos de imprensa, estatais e privados. O rádio se torna instrumento privilegiado para a comunicação direta do presidente com toda a população, sobrepondo diferenças regionais e contribuindo, segundo Alcir Lenharo, para consolidar a imagem de onipresença de Vargas<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> LENHARO, Alcir. Sacralização da política. São Paulo: Papyrus, 1986, p.39.

<sup>49</sup> LENHARO, Alcir. op. cit, p. 39.

A grande vulnerabilidade da imprensa escrita nacional, totalmente dependente da importação de papel, era considerada, no bojo do pensamento nacionalista fomentado pelo próprio governo, uma ameaça à soberania nacional. As turbulências no comércio internacional e a iminência de conflitos entre as potências européias consolidaram tais temores. Um governo que apoiava sua estratégia política na utilização intensiva da imprensa não podia seguir à mercê dos fornecedores estrangeiros de papel.

É no contexto deste impulso de modernização industrial, sob a tutela do Estado autoritário, que podemos compreender melhor a conjugação de fatores que levou à construção da fábrica de Monte Alegre. Como a capacidade de iniciativa e investimento da indústria nacional ainda era limitada, o Estado toma, a partir de 1937, a iniciativa de propor projetos industriais considerados estratégicos. Assim ocorreu no caso da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, proclamada como “marco definitivo da industrialização nacional.”<sup>50</sup> Após exaustiva busca de parceiros entre grupos empresariais norte americanos e alemães, utilizando a escalada na rivalidade entre estes países como instrumento de barganha, Vargas obtém financiamento do governo dos Estados Unidos e constrói a Usina sob o controle do próprio Estado<sup>51</sup>. Os empresários nacionais, convidados a investir no empreendimento, limitam sua participação a uma cota muito minoritária de ações.

A intervenção do governo na resolução do problema da produção papel, então alçada à condição estratégica, foi similar. Warren Dean aponta que Vargas

---

<sup>50</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.210.

<sup>51</sup> Apesar das tentativas de atrair parceiros inetrnacionais, chegando a negociar com o grupo Krupp da Alemanha, o governo não consegue convencer os empresários americanos da rentabilidade do projeto. Os empresários nacionais, também convidados, se mostram tímidos nas intenções de investir. O Governo Federal acaba assumindo o controle da obra, com uma participação acionária muito pequena de grupos industriais brasileiros.

consultou inicialmente Assis Chateaubriand, proprietário dos poderosos Diários Associados, buscando convencê-lo a assumir a responsabilidade da construção de uma indústria papelreira de porte. Declinando do convite, Chateaubriand indica o grupo Klabin, que além de dominar a tecnologia de produção de papel, havia adquirido uma grande reserva florestal no Paraná.<sup>52</sup>

A indicação de Chateaubriand ou a interferência do Interventor Manoel Ribas nos parece, entretanto, insuficiente para justificar os motivos que levaram Vargas a escolher o grupo Klabin para implantar um projeto tal importância estratégica. Os Klabin, apesar de discretos em sua vida social, tinham uma grande inserção no meio empresarial e político de São Paulo e do Rio de Janeiro. Membros da diretoria do grupo mantinham ativa participação nas entidades que reuniam o empresariado paulista, principalmente o CIESP, posteriormente transformado em FIESP. Horácio Lafer, diretor de Klabin ocupou o cargo de 1º Secretário da Confederação da Indústria do Brasil em 1933, foi diretor da FIESP junto com Roberto Simonsen e Deputado

---

<sup>52</sup> O autor assim descreve o acordo entre Vargas e os empresários papeleiros:

*“No intuito de estancar a sangria de divisas provocada pela importação de papel de jornal e da pasta de papel, Vargas prontificou-se pessoalmente a procurar um empresário que se dispusesse a erguer uma nova fábrica de papel. Assis Chateaubriand, dono da maior cadeia de jornais, foi o primeiro a ser abordado, mas declinou da oportunidade. Em seguida, de acordo com o relato de Chateaubriand, Vargas pediu-lhe a opinião acerca da adequabilidade de vários industriais paulistas. Chateaubriand recomendou a família Klabin. Os Klabins haviam operado uma fábrica de papel já no início da década de 1900, tinham participado da fundação da Companhia Nitroquímica e possuíam extensos pinheirais em Monte Alegre, no Estado do Paraná. O ditador aceitou a indicação e encarregou Chateaubriand de ir a São Paulo e oferecer-lhes um empréstimo e a necessária cobertura cambial, bem como um monopólio, se eles se dispusessem a construir a fábrica. A geração mais velha, conservadora, recusou-se, mas o próprio Vargas convenceu, mais tarde, os membros mais jovens da família a aceitarem. Os Klabins dificilmente poderiam ter recusado; Vargas lhes prometera também um ramal ferroviário e um mercado garantido”.* DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. São Paulo: Difel. p. 229.

Constituinte em 1934 - representando a classe empresarial.<sup>53</sup> Neste período, Lafer estabelece uma sólida relação de confiança com o presidente, amizade que irá lhe valer o cargo de Ministro da Fazenda no governo constitucional de Vargas em 1950 e uma relação privilegiada do grupo Klabin com Getúlio até a morte do presidente em 1954.<sup>54</sup>

Da mesma forma como outras indústrias estratégicas implantadas na época, a concretização do projeto só se viabilizou graças a um decisivo apoio do Governo Federal<sup>55</sup>. Além de garantir a implantação de um ramal ferroviário e da melhoria das rodovias de acesso, Vargas acordou com o grupo Klabin um financiamento em condições extremamente favoráveis para a compra dos equipamentos e a construção da fábrica. O apoio governamental se estendia com a concessão de amplos incentivos fiscais, abrangendo desde isenções tarifárias para importação das máquinas até a isenção de impostos sobre o papel a ser produzido em Monte Alegre.

Na “*História de Monte Alegre*”, publicada pela própria empresa em 1954, a versão oficial confunde os destinos da Nação e o desígnio da empresa, ao relatar o episódio da criação da fábrica:

*Com a sempre crescente importação de celulose, motivada pelo progresso incessante da indústria de papel em nosso país, consideráveis somas de capitais nacionais escoavam-se para o estrangeiro, e impôs-se, finalmente aos senhores*

---

<sup>53</sup> Ver GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e trabalho. Política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 285.

<sup>54</sup> A confiança que Getúlio Vargas depositou na família Klabin entra em contradição com a tese sustentada por diversos autores que atribuíam um forte componente anti-semita na política do Estado Novo. Se bem que é certo que atitudes racistas e anti-semitas foram comuns durante este período, tal postura não pode ser generalizada. Exemplos como o acima citado nos permitem acreditar que a política racial era flexibilizada ou endurecida de acordo com as conveniências políticas e econômicas do momento.

<sup>55</sup> Com as mudanças desenvolvidas em sua visão sobre o papel estratégico da indústria nacional, o governo passa, a partir de 1937, a abrir sólidas linhas de financiamento aos empresários, utilizando recursos provenientes dos institutos de previdência social.

*Klabin a execução de seu ideal, isto é, a criação de uma indústria nacional de celulose, não sómente devido às suas próprias necessidades desta matéria prima, como também para a salvaguarda dos capitais nacionais, que muito maior proveito poderiam trazer ao país, uma vez aplicados no aproveitamento das próprias riquezas florestais nacionais (...) Em 1940, encorajados por sua Excia. o sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República que, ao receber os Diretores da firma Klabin, ofereceu seu apoio moral e material para o importante empreendimento da economia industrial do país, foram iniciados os estudos técnicos da Fábrica de Celulose e Papel..<sup>56</sup>*

## **Rumo ao oeste**

*O espírito expansionista é a necessidade vital para colocar na vanguarda das grandes potências.*

*Um exército gigantesco composto de técnicos em terra formará a ação combinada na formação das forças motoras da nossa expansão.*

*As forças existentes, o Exército Nacional, a marinha de Guerra, articulando-se com as forças policiais das várias Unidades da nação, dando a estas uma única instituição: a guarda nacional; faremos executar os pontos capitais e básicos de nosso expansionismo.*

*Serão estas Instituições Nacionais que terão a vanguarda da expansão gera! da nossa Pátria em face do mundo que marcha para os albores da equidade social.*

Carta de Svirino Bezerra da Cunha, trabalhador da RVPSC na oficina mecânica de Monte Alegre ao Ministro da Viação e Obras Públicas, General Mendonça Lima, em 8 de março de 1944.

---

<sup>56</sup> IKPC. História de Monte Alegre. Monte Alegre, 1954.

A implantação de um moderno complexo industrial no interior do Paraná atendia, simultaneamente, a outro aspecto estratégico do projeto de desenvolvimento impulsionado por Vargas após a revolução de 30: o esforço de ocupação do território nacional, simbolizado pela *Marcha para o Oeste*.

Em busca da consolidação de uma base de apoio popular, o Governo ressalta em seu discurso a importância da afirmação da identidade nacional, sugerindo que no interior estariam os verdadeiros valores brasileiros, não atingidos pelo “artificialismo” do litoral. A geopolítica do discurso oficial passa a sublinhar a necessidade de ocupação do território vazio, exigindo a expansão da fronteira interna. Ao contrário das disputas imperialistas que ameaçavam a paz na Europa, o expansionismo brasileiro aconteceria dentro das fronteiras nacionais. A nação surge novamente no discurso oficial como um corpo uno, indivisível. O alargamento do território nacional aparece como conquista dos trabalhadores, transmitindo a idéia de um compromisso envolvendo toda a sociedade, em um momento em que não havia canais de participação política. Nada mais simbólico do que a idéia da Nação em movimento, presente em todo o discurso oficial da época. Aos trabalhadores cabia a gloriosa tarefa de realizar esta conquista, dada a necessidade de um grande contingente de mão-de-obra para ocupar o interior. Se o progresso industrial era o destino do país, o interior passava, a partir de então, a ser considerado como a reserva de energia para esta tarefa. Em 1938, Getúlio afirma:

*O imperialismo do Brasil consiste em ampliar as suas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente, em que a circulação das riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transporte eficientes, que aniquilarão as forças desintegradoras da nacionalidade (...) Desde que o mercado nacional tenha a sua unidade assegurada, crescendo-se a sua capacidade de absorção, estará solidificada a federação política. A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de*

*irmãos pobres. No momento nacional só a existência de um governo central forte, dotado de recursos suficientes poderá trazer o resultado desejado.*<sup>57</sup>

A conquista do próprio território, ameaçado pelo abandono, é o destino que unifica todos os brasileiros. A industrialização do interior representa, portanto, o triunfo irreversível desta marcha, simbolizado em iniciativas como a da Fábrica de Monte Alegre.

A importância da fábrica da IKPC para o projeto de desenvolvimento do Governo Federal pode ajudar-nos a compreender a entrada em cena, ao final do ano de 1940, daquele que se tornará personagem central no período de implantação do complexo industrial da Fazenda Monte Alegre: o engenheiro Luis Vieira. Homem de confiança do Presidente, Vieira coordenara a implantação de diversas obras de infraestrutura em locais remotos do sertão nordestino. Após um breve reconhecimento das obras na Fazenda Monte Alegre, retorna em 1942 para assumir o cargo de Engenheiro-chefe e coordenar com mão de ferro as obras de implantação da Fábrica e toda a infraestrutura de apoio. Licenciado por um ano do Ministério da Agricultura, Vieira acaba permanecendo no comando de Monte Alegre até o final de 1946, após o término do governo Vargas.

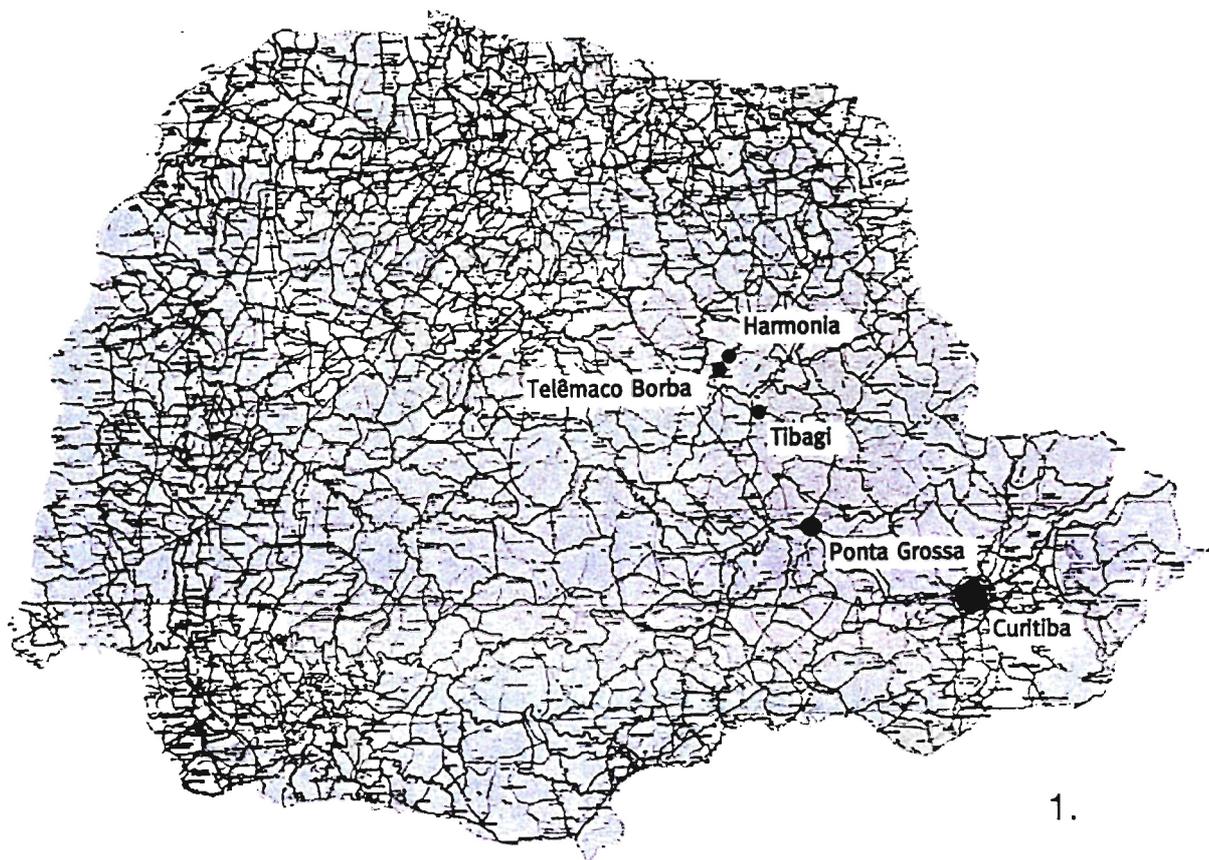
Sua passagem por Harmonia é fundamental para o estabelecimento de como irá se estruturar o cotidiano das pessoas envolvidas naquele projeto industrial. Cada aspecto da organização da vida, desde seus menores detalhes até as grandes definições, dependem da decisão de Vieira. A volumosa correspondência produzida pela Secretaria Geral por ele comandada, informando o escritório do Grupo Klabin em São Paulo sobre cada decisão tomada no canteiro de obras, nos permite reconstituir o processo de construção das normas de uma sociabilidade voltada para o trabalho. À

---

<sup>57</sup> VARGAS, Getúlio. *in*: FONSECA, Pedro César Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 275.

essa correspondência, que chegava a várias cartas por dia, podemos somar as ordens de serviço e circulares internas, estabelecendo um universo normativo que organizava a vida daquela comunidade em seus mínimos detalhes, definindo procedimentos, estabelecendo limites e impondo punições.

O período de permanência de Vieira em Monte Alegre define o núcleo central deste trabalho. Foi exatamente de 1942 a 1946 que se estabeleceram as principais diretrizes urbanísticas e disciplinares que conformaram a cidade de Harmonia como um exemplo de comunidade voltada para a produção industrial.



1.

1. Mapa do estado do Paraná

## **Construir um universo para o trabalho**

O acesso à Fazenda Monte Alegre era precário naqueles primeiros anos. A estrada do Cerne, ligando Curitiba a Londrina ainda não havia sido consolidada, ficando intransitável nos períodos de chuva mais intensa. A principal forma de transporte de carga e passageiros até a Fazenda era por via férrea, de São Paulo a Pirai do Sul, a estação mais próxima, localizada a 100 km de Harmonia. A viagem ferroviária consumia no mínimo dois dias no trajeto São Paulo-Pirai. Para o percurso até Harmonia eram necessárias pelo menos outras dez horas em caminhão.

A única infraestrutura existente na Fazenda, na época de sua aquisição pelo grupo Klabin, era a antiga sede, conhecida como “Fazenda Velha”. Construído no século XVIII, este casarão seguia a tipologia de arquitetura colonial das sedes de fazenda da região dos Campos Gerais do Paraná. Sua localização, distante dos principais cursos d’água, não permitiu a utilização da região da antiga casa como base inicial para a construção da indústria papeleira.

O primeiro núcleo implantado pela empresa, ao iniciar o projeto industrial em Monte Alegre, foi o acampamento localizado em Lagoa. Já em 1940 se encontravam em execução uma série de obras nesta localidade, visando transformar os barracões provisórios do núcleo pioneiro em uma infraestrutura urbana com condições de abrigar a equipe de coordenação das obras. Em sua primeira visita à Fazenda, o engenheiro Luis Vieira lá encontrou, em andamento, as obras do gerador industrial de energia, posto de saúde, escritório central, caixa d’água e os primeiros blocos definitivos de alojamento.

A escolha do sítio para a construção da fábrica acabou, no entanto, recaindo sobre a localidade denominada Mortandade, situada a 25 Km de Lagoa. O principal fator que pesou nesta escolha foi, sem dúvida, a disponibilidade de recursos hídricos, essenciais para o funcionamento de uma indústria papelreira. Instalada na confluência do rio das Mortandades com o Rio Tibagi, a fábrica poderia assim dispor, em uma única localização, de um afluente de água pura para abastecer o processo industrial, proveniente do represamento do rio das Mortandades, e um caudal de maior volume para o desague do efluente da produção, despejado no Tibagi.

A primeira providência dos empreendedores foi trocar os nomes do local e do rio, de *Mortandade* para *Harmonia*. A diferença entre a denominação original, lembrança da conquista violenta do território, e o novo nome, sintetiza os contrastes entre as diversas concepções de desenvolvimento que se sucederam no Brasil. A escolha do nome *Harmonia*, atribuída a Dona Emma Klabin, simboliza a concepção política e social presente no projeto industrial da Klabin do Paraná: a unificação das classes sociais para atingir o progresso nacional através da industrialização. Esta não é a primeira, nem a única vez em que a influência das concepções corporativistas, impulsionadas pelo Estado Novo, poderá ser detectada nas definições deste projeto industrial. O caráter emblemático da denominação lhe confere, no entanto, importância particular, traduzindo em uma só palavra toda uma concepção política e social.

Voltemos à instalação da fábrica. No momento em que se dá o início das obras para a construção da planta industrial, Harmonia não conta com nenhum tipo de construção, seja de apoio às obras, seja para alojamento dos operários envolvidos nas diversas atividades de construção. O escritório da empresa é instalado em Lagoa, coordenando as diversas frentes de trabalho, que envolviam, além da fábrica, a construção da represa para captação de água do rio Harmonia e da usina hidrelétrica do Salto Mauá, no Rio Tibagi, a 40 km da fábrica. Com a demanda gerada pelas obras, é

construída em Lagoa a primeira infraestrutura urbana da Fazenda. Além das casas para técnicos e operários, a empresa ergue oficinas, escritórios e galpões; com o aumento da população, gerado pela chegada constante de operários, também são edificados os primeiros equipamentos sociais, entre eles o posto médico e a primeira escola. Os técnicos que ocupavam posto de chefia - estrangeiros em sua maioria - eram alojados no Hotel Lagoa, em cuja varanda eram promovidas as primeiras reuniões de fim de tarde para troca de impressões sobre o andamento dos trabalhos. Desta forma, Lagoa vai se consolidando enquanto núcleo urbano. As descrições dos técnicos que chegavam à vila nestes anos pioneiros remetem à típica paisagem das cidades do oeste americano, com ruas poeirentas, construções de madeira, cavaleiros e veículos convivendo com um grande movimento de pessoas. Esta experiência urbana pioneira, apesar de implantada sem um planejamento global<sup>58</sup>, fornecerá a base para o estabelecimento das normas de organização do cotidiano na cidade de Harmonia.

Os trabalhos de terraplanagem para a instalação da fábrica são contratados à empreiteira paulista Sayão & Nébias, que ergue junto ao canteiro de obras um escritório e alojamentos coletivos para seus funcionários. Ainda em 1940 a Klabin planeja sua primeira vila operária em Harmonia. As primeiras correspondências fazem menção a um “projeto dos americanos”, que não foi seguido. Imaginamos que esta deveria ser a proposta de vila operária que acompanhou os projetos da fábrica elaborados nos Estados Unidos. A concepção geral do assentamento construído pela Klabin segue a idéia tradicional de núcleo fabril do início do século XIX, quando as moradias dos trabalhadores eram dispostas o mais próximo possível da fábrica, quase que confundindo-se com as construções industriais. A disposição tradicional, seguida

---

<sup>58</sup> Posteriormente à construção de Harmonia, Lagoa passa a receber um maior tratamento urbanístico, permanecendo até hoje como sede do Departamento Florestal, responsável por toda a produção e abastecimento de madeira para a fábrica.

no caso de Monte Alegre, era de enfileirar as casas paralelamente à via de acesso à fábrica.

A disposição desta vila demonstra a fragilidade do planejamento espacial na primeira fase de implantação da indústria. A etapa inicial, projetada ainda em 1941, englobava dois padrões de residências para operários não qualificados, residência para operários especializados, alojamento para 96 operários solteiros, posto médico e depósito de material. A análise do programa de construções mostra que este primeiro núcleo buscava atender unicamente as necessidades geradas pelo processo de montagem da fábrica, não apresentando ainda uma preocupação urbana mais abrangente, objetivando abrigar a futura população operária exigida pelo funcionamento da indústria. Em correspondência de janeiro de 1942, dirigida ao escritório da Klabin em São Paulo, o gerente administrativo alerta que os técnicos haviam constatado um conflito entre o projeto da vila operária e o acampamento da empreiteira de terraplanagem, o que leva a novos ajustes na implantação:

*Pedimos uma resposta definitiva sobre o local escolhido para as habitações e sugerimos ao longo da beira do mato, à oeste da boca do mato ou finalmente ao longo do acampamento de Nebias à oeste do lado do campo, ou seja 300 mts distante da boca do mato.<sup>59</sup>*

Esta dinâmica de respostas improvisadas às necessidades emergenciais de alojamento só é superada com a chegada do engenheiro Luis Vieira para ocupar simultaneamente o cargo de Engenheiro-chefe e de responsável pela Secretaria Geral.

---

<sup>59</sup> Carta de Arthur Carvalho, Gerente Geral de Monte Alegre, ao escritório do Rio de Janeiro em 06/01/1942. Fonte: CDMK.

2. *Desafiando a natureza selvagem: exploradores abrem caminho nas matas de araucária da Fazenda Monte Alegre.*
3. *Após três anos de estudos, os técnicos definem em campo o local para a construção da fábrica.*
4. *Longo trajeto: em 1940, a viagem de Pirai do Sul a Harmonia poderia se transformar em uma longa aventura entre densas matas e campos intermináveis.*



2.



3.



4.

5. A construção de uma ampla rede rodoviária para abastecer a fábrica de matéria-prima, a partir de 1942.

6. A abertura da clareira para a construção da fábrica em janeiro de 1942.

7. As primeiras moradias operárias em construção, na própria clareira da fábrica em 1942.



5.



6.



7.

## **O Engenheiro-chefe**

O engenheiro Luis Vieira ocupava, em 1941, o cargo de Inspetor Geral do Departamento de Obras Contra a Seca do Nordeste - IFOCS. Homem de confiança e amigo pessoal do Presidente da República, Vieira foi destacado para coordenar a implantação da fábrica de papel em Monte Alegre, tendo em vista a importância do projeto das Indústrias Klabin do Paraná para a estratégia de desenvolvimento econômico do Governo Federal.

Apesar da relação de confiança pessoal que o aproximava dos Klabin, o Presidente parecia demonstrar um certo temor em relação à capacidade do grupo empresarial paulista em cumprir o cronograma e concluir as obras no exíguo prazo combinado com o Governo. Não podemos esquecer das dificuldades de importação de equipamentos, devido à Segunda Guerra Mundial, sem falar nos problemas causados pelo isolamento do local escolhido para a fábrica.

É provável que esta seja a principal razão para o envio de Luis Viera ao Paraná. Cedido inicialmente pelo Ministério da Agricultura pelo período de um ano, Vieira acabou permanecendo em Monte Alegre por quatro anos, não apenas coordenando a implantação da fábrica e sua infraestrutura, mas também acompanhando a fase inicial da produção de papel. Esta permanência só se encerra em 1946, um ano após a queda de Vargas, quando o Governo Dutra requisita seu retorno.

Sua presença altera profundamente o andamento dos trabalhos de construção da fábrica. Devido à distância existente entre a diretoria do Grupo Klabin, sediada em São Paulo, e a Fazenda Monte Alegre, faltava uma coordenação comum às diversas obras que se iniciavam. Esta ausência de autoridade pode ser verificada no

conteúdo das correspondências entre o gerente geral das obras e o escritório central de São Paulo no período anterior à chegada de Vieira. Todas as decisões dependiam do aval da diretoria, que encontrava dificuldade em opinar devido à distância que a separava das obras. Em 1940, Wolff Klabin acompanha Vieira em sua primeira visita a Monte Alegre. É a partir das impressões desta viagem que começam a ser elaborados os projetos que o engenheiro aplicará dois anos depois. A decisão sobre sua vinda é demorada, gerando impasses nas obras. Em janeiro de 1942, Arthur Carvalho, gerente geral, escreve à matriz:

*DR. LUIZ VIEIRA- Está sendo aguardada a sua chegada com grande ansiedade. As construções dos edifícios estão na dependência de estudarmos, conjuntamente com o marginado, os detalhes necessários à execução das obras. Tem sido penosa, para os serviços, sua demora. Inúmeras resoluções e algumas modificações aguardam a chegada do Dr. Luiz Vieira. Entretanto, informa-nos o Dr. Boesch, si a demora do Dr. Luiz Vieira se prolongar além de sexta-feira próxima, 29/1, os serviços de construções terão prosseguimento de acordo com os elementos com que contamos.<sup>60</sup>*

A chegada de Vieira à Monte Alegre, na data limite estabelecida pela correspondência acima citada, representa uma grande alteração na forma de planejamento e organização dos trabalhos de implantação da indústria. As atividades dos engenheiros e técnicos especialistas passam a ser coordenadas diretamente pelo engenheiro-chefe, que introduz uma visão estratégica no planejamento das obras. A construção das instalações industriais são englobadas em um projeto único de infraestrutura que extrapola os equipamentos estritamente ligados à produção, incorporando estruturas urbanas, sistemas rodoviários, de forma a constituir o universo de apoio necessário para a instalação daquela comunidade industrial “moderna” nas longínquas florestas de araucárias do sertão paranaense.

---

<sup>60</sup> Carta de Arthur Carvalho ao escritório de São Paulo em 27/01/42. Fonte: CDMK.

Vieira sintetizava pessoalmente as características do *construtor do Brasil Novo* necessárias à viabilização do projeto de modernização e integração nacional, idealizado por Vargas. Sua habilidade e experiência na condução de grandes obras em localizações distantes e condições adversas era resultado da combinação do conhecimento técnico à capacidade empreendedora e disciplinadora, atributos imprescindíveis para o enfrentamento dos desafios representados por este tipo de empreendimento.

O engenheiro-chefe também acumulava as habilidades fundamentais na constituição da imagem de um “homem moderno”. Vieira mandou vir de São Paulo seu carro, logo apelidado de “Águia Branca”, no qual percorria as estradas da fazenda em alta velocidade, causando temor e admiração em uma população acostumada com o ritmo da vida no campo. Fotógrafo aficcionado, montou um laboratório fotográfico em Lagoa, onde revelava as fotografias tiradas diariamente das obras e dos trabalhadores, distribuindo generosamente as cópias dos instantâneos entre os seus comandados.

Combinando as atribuições de patrão, chefe e responsável técnico, Vieira assume pessoalmente o controle sobre todas as atividades na Fazenda Monte Alegre através da Secretaria-Geral, acompanhando desde as questões mais rotineiras<sup>61</sup>, até as grandes definições sobre a implantação dos projetos, passando pela contratação da mão-de-obra e a definição de todas as regras necessárias para estabelecer as condições de vida e trabalho daquela comunidade.

---

<sup>61</sup> A Correspondência da Secretaria Geral está repleta de registros da meticulosidade do engenheiro-chefe. Com o mesmo cuidado que registrava uma decisão sobre construção de um edifício, redigia cartas tratando dos mínimos detalhes do cotidiano, como por exemplo, a falta de latas de goiabada em uma remessa de mantimentos ou até o empréstimo de uma bicicleta:

*Recomendo devolver ao Licurgo dentro de 24 horas, mediante recibo, todo o material da bicicleta que lhe foi entregue por ocasião dos festejos de 7 de setembro. Decorrido este prazo, o caso será entregue à Polícia.* (Carta de Luis Vieira ao operário Plácido Feitosa, em 25/04/1945. Fonte: CDMK).

Depoimentos dos pioneiros confirmam que sua chegada impôs um novo ritmo à vida e ao andamento das obras na Fazenda. Todas as decisões tomadas por Vieira são registradas sistematicamente pela Secretaria Geral em documentos cujas cópias eram distribuídas em todas as seções da empresa. Este volumoso material era composto basicamente por três tipos de documentos: Circulares, definindo normas permanentes para os procedimentos dentro dos limites da Fazenda; Ordens de Serviço, estabelecendo procedimentos ou solicitando providências em resposta às necessidades que o engenheiro-chefe verificava cotidianamente e, finalmente, correspondências enviadas às pessoas e autoridades, dentro e fora da Fazenda, tratando de assuntos do interesse da Companhia. Uma via de todos estes documentos era enviada semanalmente através de um malote, ao escritório da Klabin em São Paulo, para ciência da Diretoria. O universo de regulamentos produzido por Vieira e registrado na correspondência da Secretaria Geral nos permite recuperar, com extrema riqueza de detalhes, a concepção de organização da sociabilidade para o trabalho que foram implantadas em Harmonia.

A impossibilidade da presença física permanente do patrão, que residia em São Paulo, era compensada pela atuação intensiva da figura do engenheiro-chefe. Esta substituição da permanência do proprietário da indústria se tornou um fato comum nos países industrializados, a medida em que os grupos industriais se expandiam. Murad e Zylbermann denominam a prática de substituição do patrão por um profissional de formação técnica como a *era dos engenheiros*.<sup>62</sup> Atuando como um verdadeiro comissário de polícia no interior do núcleo fabril, o engenheiro acaba por obter uma obediência quase que religiosa por parte dos técnicos e, principalmente, dos operários. Para os autores, esta é a principal obra dos engenheiros: a imposição da autoridade da empresa. Duas eram, portanto, as preocupações centrais dos engenheiros na

---

<sup>62</sup> MURAD E ZYLBERMANN, op. cit., p147.

implantação desta nova disciplina do trabalho: externamente, buscavam evitar a ingerência e a fiscalização governamental nos assuntos da fábrica. Nem o controle da própria empresa escapava a estes cuidados. Vieira, por exemplo, reprime severamente um técnico que encaminhou reclamações salariais diretamente a Samuel Klabin:

*A chefia das obras de Monte Alegre tem a seu cargo toda a administração e a ela devem ser subordinadas todas as questões de serviço, inclusive as referentes a salários. (...) Por prevenção, lembro que a chefia não se conforma com entendimentos diretos em se tratando de serviço, reservando-se o direito de usar com o rigor de meios administrativos que forem necessários ao coibir estas atitudes.<sup>63</sup>*

A segunda preocupação, de caráter interno, dizia respeito à serialização e organização do trabalho, de forma a obter maior produtividade graças à disciplinarização da mão-de-obra.

Temido e respeitado por todos, Vieira impõe o ritmo da vida na Fazenda. Seu exemplo pessoal, dedicando quatorze horas diárias para acompanhar pessoalmente todas as frentes de trabalho e, paralelamente, coordenar as atividades de todos os técnicos e administradores, acaba por criar uma aura mitológica sobre a figura do Chefe. Em sua crônica sobre Monte Alegre, Hellê Vellozo Fernandes relata, por exemplo, que no cinema

*O lugar que ocupou pela primeira vez ficou definitivamente seu. Nenhuma pessoa ousava ocupá-lo e a sessão só começava com sua presença<sup>64</sup>*

Parte deste trabalho dirigido à conformação de uma sociabilidade fabril era compartilhado com Dona Bonina, sua esposa. Relatos da época contam que Dona Bonina

---

<sup>63</sup> Carta de Luiz Vieira ao engº Bungelaar em 07/06/44. Fonte: Centro de Documentação e Memória de Klabin, São Paulo.

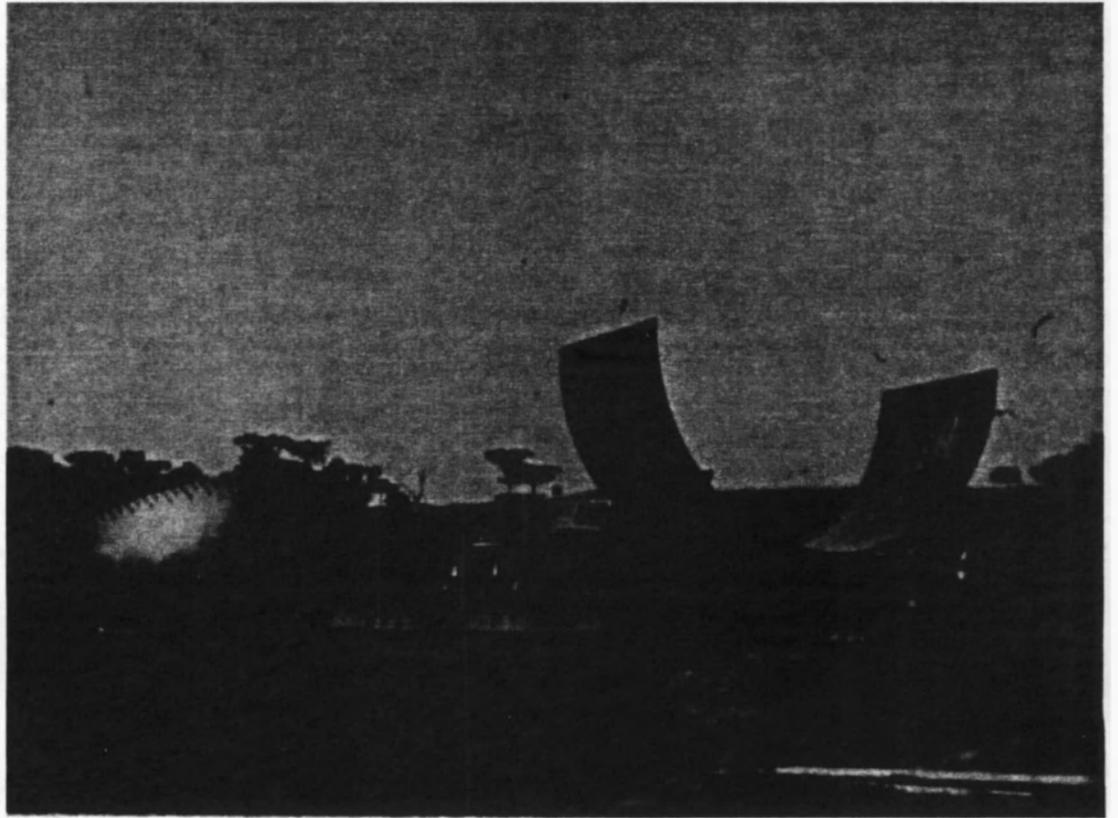
<sup>64</sup> FERNANDES, Hellê Vellozo. Monte Alegre - cidade papel; Indústrias Klabin do Paraná. Curitiba:

Editora Símbolo, 1974. p. 63.

era profundamente dedicada à causa católica, incentivando a religiosidade e a fé entre as famílias dos trabalhadores e cuidando para a manutenção da moral cristã naquela comunidade. Pioneira na implantação do serviço social em Harmonia, a esposa do engenheiro-chefe acompanhava, por exemplo, o nascimento das crianças, levando um pequeno enxoval para cada nova mãe. Sua atuação exemplar foi fundamental para a conformação de um respeitoso convívio social, dentro dos mais estritos preceitos da moral cristã, desde os primeiros anos da construção de Harmonia.

Podemos verificar a reprodução do modelo exemplar de família alicerçado na dupla imagem do *pai-patrão* e da *mãe-católica*, comum ao pensamento positivista do século XIX, onde a família do chefe é destacada como modelo, gerando entre os trabalhadores um sentimento simultâneo de temor e respeito.

Reforçada com o passar dos anos, a imagem idealizada do *Chefe*, ao mesmo tempo rigoroso e dinâmico, onipresente e detalhista, paternalista e implacável, se sobrepõe e dificulta a recuperação do perfil de Vieira. Os relatos sobre sua personagem constituem, sem dúvida, em importante material para o estudo da mitificação da figura do chefe nesta fase da industrialização.



8.



9.



10.

8. O desafio de transportar os grandes equipamentos de fabricação norte-americana, que chegavam no porto de Paranaguá e seguiam pela Estrada do Cerne até Monte Alegre.

9. A fábrica em 1946, com a primeira vila operária.

Posteriormente estas moradias foram transferidas para Harmonia.

10. O engenheiro-chefe: Luis Vieira na semana de sua chegada a Monte Alegre, em fevereiro de 1942.

## **Planejamento e disciplina na cidade industrial**

Entre as primeiras iniciativas do engenheiro-chefe está o planejamento da *Cidade Operária* definitiva, tendo em vista que a vila em construção junto à fábrica não comportaria a população necessária ao seu funcionamento e sua localização logo entraria em conflito com a produção de papel. Em correspondência enviada a Horácio Lafer em abril de 1943, Vieira faz comentários sobre primeiro estudo para a cidade, a ser apresentado em São Paulo pelo engenheiro Caiuby, da equipe que trabalhava em Monte Alegre. Este engenheiro, responsável por grande parte das obras civis da cidade, foi contratado em regime de empreitada para desenvolver os projetos e administrar as obras mais complexas, como os edifícios coletivos e as casas de chafia em alvenaria. As casas para operários, executadas em madeira, foram construídas pelos carpinteiros da empresa, sob supervisão do próprio pessoal da Klabin.

No final do mesmo ano, já com as obras em andamento, Vieira se indis põe com a informalidade e a falta de planejamento na execução das obras da cidade. Em correspondência endereçada a Caiuby exige, de forma enérgica, a apresentação urgente da planta definitiva da cidade, englobando um programa completo de necessidades:

- 4 casas para engenheiros*
- 10 casas para mestres*
- 10 casas para contramestres*
- 70 casas para operários, tipo maior*
- 30 casas de operários tipo menor*
- 2 pensões para solteiros*
- 1 cooperativa*
- 1 padaria*
- 1 hospital*

### *1 posto de saúde*

Apesar da informalidade em que se iniciaram as obras, havia uma visível preocupação em se dotar o empreendimento de toda a infraestrutura necessária para o estabelecimento de uma comunidade urbana “moderna”. O programa inicial de necessidades elaborado pela Klabin em São Paulo foi então detalhado pelo engenheiro-chefe. Já no primeiro plano de obras preparado por Vieira para a construção da cidade estava incluído o arruamento com passeios e meio-fio, rede de distribuição de água e energia elétrica, sistema de coleta de esgotos e até um projeto de arborização, sob cuidados da Seção de Agronomia.<sup>65</sup>

O cuidado verificado na constituição de uma cidade com todos atributos necessários de urbanidade, confere a Harmonia o caráter de cidade moderna, contrastando com a paisagem selvagem e desabitada que a circundava.

A implantação de tal infraestrutura urbana representava, no entanto, um custo adicional que acabou por ultrapassar a cota usual de investimento em alojamento para a mão-de-obra, segundo os padrões empresariais da época. A direção da empresa manifesta sua preocupação com o montante dos gastos na construção da cidade. A este questionamento, Vieira responde, através de correspondência a São Paulo, justificando tais despesas. Mesmo demonstrando preocupação com a economia de recursos, o engenheiro-chefe reafirma a necessidade da construção das moradias:

*Si hoje o número destas residências atinge um vulto considerável, cumpre reconhecer que nada havia na fazenda que pudesse abrigar a grande quantidade de operários que as obras exigem.*<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> VIEIRA, Luis. Projetos, orçamentos e apropriação para a Cidade de Monte Alegre. 27/12/1943. Fonte: CDMK.

<sup>66</sup> Carta de Luis Vieira à matriz de Klabin em São Paulo, 27/12/43. Fonte: Centro de Documentação e memória de Klabin.

O debate acima nos remete a uma das maiores dificuldades encontradas pela indústria ao se implantar no Brasil: a arregimentação da mão-de-obra. Embora dispondo de uma considerável população, que na época ainda se encontrava concentrada nas zonas rurais do nordeste e do sudeste, o contingente trabalhador do país era constituído majoritariamente por mão-de-obra agrícola. A tradição operária ainda estava se construindo, pois a industrialização era muito recente. As indústrias, ao se implantarem em qualquer região, eram obrigadas a recrutar seus trabalhadores de outras atividades, principalmente da agricultura. O treinamento desta mão-de-obra não qualificada demandava tempo e investimento às empresas.

A resistência do trabalhador de origem rural às imposições do regime fabril acabou por gerar uma diversidade de conflitos, cujo resultado mais sensível foi a alta rotatividade da mão-de-obra nas fábricas. As dificuldades geradas pela instabilidade da mão-de-obra levaram as indústrias a estabelecer uma série de estratégias com o objetivo de fixar o trabalhador em seu emprego. Entre estas estratégias, a vinculação da moradia ao emprego foi talvez a mais bem-sucedida.

Seguindo a experiência de países europeus, as empresas passam a edificar vilas operárias e núcleos fabris para alojar sua mão-de-obra, durante o período em que a questão habitacional dos setores populares tornava-se dramática. O controle da empresa sobre o empregado então se duplicava: ao perder o emprego, por abandono ou indisciplina, o operário via a sua família automaticamente colocada na rua, sem um teto onde morar. Maria Auxiliadora Guzzo de Decca e Raquel Rolnik demonstram como esta estratégia obteve sensíveis resultados no controle dos trabalhadores no início do século.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> Em seu texto *Cotidiano de trabalhadores na República - São Paulo 1889*, Maria Auxiliadora De Decca descreve a criação de vilas operárias na Capital e no interior do Estado, a partir do final do século XIX. Muitas das grandes indústrias da capital utilizaram este recurso para reter o operariado qualificado, constituído em sua maioria de imigrantes. Segundo a autora, as casas eram destinadas prioritariamente aos mestres e

Ao abordar a criação das *Company Towns* americanas, Margaret Crawford mostra a inserção dos novos núcleos fabris faziam em uma ampla estratégia patronal:

*Após 1900, ocorre uma impressionante correlação entre greves e outros conflitos trabalhistas e o subsequente surgimento de novas company towns. Buscando contrarrestar as greves, prevenir a sindicalização e melhorar as relações trabalhistas, empregadores esperavam que as "novas" company towns serviriam como tábula rasa na qual eles poderiam renegociar as relações com seus empregados. Estas negociações normalmente incluíam concessões significativas aos interesses dos trabalhadores, como melhores condições de vida, propriedade das casas, parques e equipamentos de recreação.<sup>68</sup>*

---

contramentres, operários especializados cuja fixação e controle exigia iniciativas específicas. A força de trabalho não qualificada era mais abundante, não justificando portanto tais investimentos para a sua fixação. Os casos da Antártica, da Clark e da Silex são os exemplos citados pela autora. A mais famosa vila operária da capital paulista foi a vila *Maria Zélia*, construída por Jorge Street, proprietário de uma grande indústria têxtil. Concebida pelo arquiteto francês Pendarrieux, esta vila constituía uma verdadeira cidadela operária fechada, com escola, igreja, creche, clube, campo esportivo, etc. Street não se furtava a explicitar o sentido de seu projeto social: além da fixação da mão-de-obra, as vilas operárias junto às fabricas garantiam a presença de um contingente de trabalhadores especializados necessários para atender funções essenciais e emergências na fábrica. Por este motivo, as primeiras casas construídas nas imediações da fábrica eram destinadas a mecânicos, foguistas, bombeiros, vigias, etc.

No interior do estado, onde a industrialização também avançou graças à aplicação do capital proveniente da produção cafeeira, as vilas operárias foram mais numerosas. Construídas geralmente fora das cidades existentes, as indústrias do interior paulista foram obrigadas a edificar núcleos urbanos para abrigar e reter o conjunto da mão-de-obra necessária ao funcionamento da indústria. Oferecendo vantagens materiais para fixar o operariado, estes núcleos fabris foram implantados em número considerável até 1930. O exemplo mais conhecido é o da fábrica da Votorantim, próxima a cidade de Sorocaba.

Ainda segundo a autora, a utilização da moradia como forma de pressão para conter as greves e rebeldias era prática comum. A autora cita o exemplo da Vidraria Santa Marina, que durante uma greve em 1909 decidiu fechar a escola e o armazém da vila operária, requisitando também a devolução das casas ocupadas pelos operários.

DE DECCA, Maria Auxiliadora. Cotidiano de trabalhadores na República. São Paulo - 1889/1940. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>68</sup> CRAWFORD, Margaret. Building the workingman's paradise. - The design of american company towns. New York: Verso, 1995. p.07.

As dificuldades enfrentadas na fixação da mão-de-obra tronam-se mais graves no caso de indústrias isoladas, como a Klabin do Paraná. A região onde foi implantada a fábrica era praticamente deserta, composta apenas de extensos campos e pinheirais. O Paraná central e a região dos Campos Gerais seguia uma tradição econômica baseada na pecuária, com baixíssimas densidades populacionais. Mesmo as maiores concentrações urbanas daquela região, como Castro e Piraí do Sul não ultrapassavam os 5 mil habitantes. Esta realidade levou a empresa a buscar os trabalhadores para as obras de construção, e para a posterior operação da indústria, em regiões mais densamente habitadas como o sul do Paraná e, principalmente, outros estados. São Paulo é a origem mais comum entre estes trabalhadores, seguido por Minas Gerais e Rio de Janeiro. A arregimentação deste contingente operário não foi uma tarefa fácil, exigindo esforços constantes para a busca e a fixação dos novos trabalhadores.<sup>69</sup>

É no desafio representado pela falta de mão-de-obra que podemos encontrar uma das explicações para o nível de qualidade urbana encontrada no núcleo fabril de Harmonia. Na mesma carta citada anteriormente, Vieira argumenta com a direção da empresa:

*São bem do conhecimento de VV. SS. as dificuldades que encontrei no início das obras quanto o operariado e devem ser bem lembradas ainda as insistentes*

---

<sup>69</sup> Zylbeman e Murad relatam as dificuldades enfrentadas pelas companhias mineradoras para conseguir fixar os trabalhadores originários dos campos e das montanhas no trabalho das minas de carvão. Sómente em situação de extrema necessidade os camponeses se submetiam à disciplina das minas e, mesmo assim, deixavam seus empregos logo que possível. É a partir desta realidade que se consolida entre as empresas o propósito de incentivar a formação de uma família honesta de trabalhadores mineiros, que, por hereditariedade, possa transmitir às novas gerações o gosto pelo trabalho regrado nas minas. Para atingir este objetivo era necessária à aplicação de medidas de retenção e assimilação da mão-de-obra, através de uma série de mecanismos punitivos, de baixa intensidade, quase imperceptíveis, que desencorajassem o abandono do trabalho. A instabilidade era então combatida com a perda da moradia, da assistência médica, da participação na caixa de pensões e de outros benefícios criados para tornar o emprego fabril mais atraente. (MURAD, Lion e ZYLBEMAN, Patrick. op. cit. )

*recomendações de VV. SS. no sentido de se construirem casas e mais casas para operários.*<sup>70</sup>

A importância da moradia de qualidade como diferencial para atrair e fixar a mão-de-obra fica expressa mais adiante:

*A observação de que as construções de casas estão se tornando pesadas penso que deve ser tomada em sentido absoluto mas não no relativo pois só com as casas dotadas de certo conforto, embora modestas, foi que consegui fixar o operariado necessário so andamento das obras*<sup>71</sup>.

### **Cidade-Jardim ou cidadela patronal?**

*Em redor da fábrica mandei construir casas para moradia dos trabalhadores, com toda a comodidade e conforto da vida social atual. (...) depois um grande parque com coreto para concertos, salão para representações e baile; escola de canto coral e música, um campo de football; uma grande igreja com batistério; um grande armazém com tudo o que o operário possa ter necessidade para sua vida, (...) uma sala de cirurgia-modelo e uma grande farmácia (...) Quis dar ao operário (...) a possibilidade de não precisar sair do âmbito da pequena cidade que fiz construir à margem do rio, nem para a mais elementar necessidade da vida (...) Consegui, assim, proporcionando, também aos operários, a distração gratuita dentro do estabelecimento, evitar que freqüentem bares, botequins e outros lugares de vício, afastando-os especialmente do álcool e do jogo. Jorge Street, sobre a construção da Vila Maria Zélia, junto à fiação de sua propriedade em São Paulo in: RAGO, op. cit. p.178.*

---

<sup>70</sup> MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. op. cit. p147.

<sup>71</sup> MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. op. cit. p147.

Diversos são os exemplos de vilas operárias e núcleos fabris implantados no período inicial da industrialização brasileira. Ao buscar áreas fora das grandes cidades para sua implantação, as fábricas deparam-se com a necessidade de construir a infraestrutura capaz de alojar e fixar a mão-de-obra exigida pelo funcionamento da planta industrial. Harmonia pode ser incluída nesta categoria de núcleos fabris. No entanto, ao analisar - mesmo que superficialmente - a paisagem urbana da cidade, o observador se dá conta das diferenças que a separam da maioria dos núcleos fabris implantados até então no país.

Voltando ao século XVIII, os primeiros agrupamentos de moradia operária cresceram, como analisamos no capítulo I, de forma espontânea junto às fábricas pioneiras na Europa. A intervenção dos patrões na questão do alojamento começa a se fazer sentir apenas a partir da segunda metade do século XIX. Inicialmente estas moradias eram construídas em série, alinhadas paralelamente ao caminho de acesso à fábrica, coladas umas às outras. A promiscuidade e a interferência geradas pela proximidade da vizinhança impulsionou a evolução para a construção de pavilhões agrupando 2, 3, ou 4 residências e situados no centro de um terreno ajardinado. A opção pavilionar foi, durante longo período do século passado, a alternativa mais utilizada pelas indústrias e companhias mineradoras, para solucionar o problema do alojamento de seus trabalhadores.

O aumento da privacidade e da circulação de ar obtido com esta evolução é aprofundado na proposta das cidades-jardim. Segundo esta concepção urbanística, as moradias operárias devem ser implantadas de forma isolada em seu lote, passando a receber o máximo de sol e aeração, fundamentais para a manutenção da saúde. Garante-se, por outro lado, o isolamento dos corpos e o afastamento das pessoas estranhas. Com o aumento das distâncias entre as moradias, além de favorecer a

salubridade do meio urbano, as cidades-jardim permitiam uma maior visibilidade, facilitando o esquadramento social pelo olhar do poder.

Podemos então analisar o exemplo de Harmonia a partir das etapas de evolução da cidade industrial. A primeira vila operária implantada junto à fábrica de Monte Alegre apresenta as características dos núcleos fabris mais antigos, com as casas alinhadas ao lado do acesso da fábrica. Já a cidade definitiva avança mais adiante em sua concepção espacial. Com largas vias e amplos jardins, sua paisagem urbana nos remete ao ideal das cidades-jardim inaugurado por Ebenezer Howard na Inglaterra. Não é apenas o verde da paisagem que diferencia Harmonia dos demais núcleos fabris implantados no Brasil do início do século. Seu traçado urbano é particular. As ruas, rompendo com a lógica do quadriculamento, dominante no traçado das cidades modernas, desenvolvem-se em suaves curvaturas acompanhando as curvas de nível do terreno.

Murad e Zylbermann apontam que a introdução da curva do traçado viário das vilas operárias na Europa responde a um movimento claro no sentido de se estabelecer formas mais elaboradas e sutis de controle sobre o espaço fora da fábrica. Para os autores, as vilas compostas a partir de monótonas séries de casas iguais e alinhadas em um traçado regular de quarteirões inauguraram um espaço serial, automatizador, permanecendo porém o inconveniente das esquinas, becos e interstícios que acabavam por se colocar fora do alcance do olhar patronal. A utilização da rua em

curva permite uma variação da quadriculação, enriquecendo o espaço das cidades e evitando os ângulos mortos, abrigos do ilícito.<sup>72</sup>

Ao observar a planta ou uma vista aérea de Harmonia tem-se uma noção mais clara da qualidade espacial proporcionada pelo desenho urbano adotado. A largura generosa das vias, o espaçamento entre as casas, graças ao também generoso tamanho dos lotes, a ausência de muros altos ou qualquer outro tipo de barreira, permite uma total visibilidade, não apenas nas ruas e espaços públicos, mas inclusive no interior dos quintais cedidos a cada família.<sup>73</sup>

A escolha do local para a implantação do núcleo urbano definitivo demonstra também a preocupação com a disposição espacial da mão-de-obra. Se a primeira vila operária foi implantada imediatamente na entrada da fábrica, dificultando a própria expansão da planta industrial e estabelecendo riscos para a saúde dos moradores, o sítio escolhido para a construção de Harmonia está localizado a aproximadamente 1.500 m da fábrica, em uma cota mais alta do terreno.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. op. cit. p.211.

<sup>73</sup> A concepção de desenho urbano, envolvendo a relação entre áreas edificadas e espaços livres sempre foi uma questão polêmica entre os idealizadores de cidades industriais. Nas propostas inspiradas em Owen, os próprios edifícios estabeleciam os limites físicos da comunidade, graças a construções de planta quadrada, voltadas para uma grande praça central reservada para a vida comunitária. A proposta de Fourier para a construção de um "palácio social", o *Falanstério* também apresenta uma concepção de organização social no espaço similar à apresentada por Owen, definindo a disposição da população em grandes edifícios. Já em Saltaire, idealizada por Titus Salt em 1851, é o traçado da malha viária que define os espaços da cidade. A principal característica de seu desenho urbano está no cruzamento de dois eixos de circulação que demarcam o centro da estrutura urbana, lembrando as concepções do período clássico. Ao longo destes eixos estavam dispostos os principais equipamentos de uso coletivo: igreja, hospital, escola. As residências eram classificadas em pelo menos três categorias diferentes: operários, mestres e executivos; sua localização também representava esta hierarquia através da determinação da proximidade com o centro da malha urbana.

<sup>74</sup> A *Cité Industrielle* proposta por Tony Garnier em 1904 guarda, em sua implantação geográfica, muitas semelhanças com Harmonia. Instalada na confluência de um rio volumoso com uma torrente secundária, a fábrica seria localizada em um patamar inferior, mais próxima ao rio e abastecida por um ramal ferroviário.

A correspondência entre a coordenação da obra e o escritório de São Paulo nos permite verificar a participação direta do engenheiro-chefe em cada etapa da escolha e demarcação do local para a nova cidade. O projeto urbanístico, no entanto, é assinado pelo engenheiro Caiuby. Os primeiros estudos para a cidade se perderam, mas a correspondência que acompanhou a remessa dos desenhos a São Paulo, para análise da matriz, nos permite uma idéia do processo de elaboração dos projetos. Em abril de 1943 Vieira escreve a Horácio Lafer, diretor da empresa, apresentando o segundo estudo de Caiuby:

*Penso que as primeiras linhas estão boas; as linhas definitivas estão sujeitas provavelmente às alterações que se evidenciarão por ocasião da locação.<sup>75</sup>*

Com a velocidade exigida pelo avanço das obras na fábrica, é provável que os procedimentos para a elaboração do projeto tenham privilegiado mais o empirismo do que a polêmica sobre matrizes teóricas do urbanismo. Mais adiante, na mesma correspondência, Vieira nos permite uma melhor compreensão sobre a forma como se deu o processo de discussão do projeto urbanístico:

*Convém ouvir o nosso urbanista chefe - D<sup>a</sup> Mimí. Creio que ela vai achar bem melhor que a disposição anterior.*

A importância conferida por Vieira à opinião de D<sup>a</sup> Mimí Lafer nos reforça a idéia da informalidade com que foi tratado o assunto do projeto de Harmonia. Nos arquivos da Klabin não há qualquer referência a um processo de discussão formal do projeto pela diretoria ou mesmo pelo corpo técnico da empresa. Neste sentido, a passagem acima nos apresenta uma importante questão: qual seria a origem de um desenho urbano tão particular, uma vez que a elaboração do projeto se deu dentro da própria empresa, durante as obras da indústria? Existem poucas referências sobre a

---

Garnier implantava cidade operária em um terraço, mais acima da fábrica (JULIAN, René. Tony Garnier - constructeur et utopiste. Paris, Philippe Sers, 1989, p. 32.

trajetória profissional do engenheiro Abelardo Caiuby, além dos registros de sua permanência em Harmonia como engenheiro residente para a construção da cidade.

As vinculações internacionais do projeto industrial eram, no entanto, bastante diversas, abrindo a possibilidade de que as experiências de núcleos fabris construídos no exterior sob o modelo de cidade-jardim fossem tomadas como exemplo para a concepção do projeto de Harmonia. Devido à sua origem centro-européia e à carência de profissionais especializados em tecnologia industrial no Brasil, a família Klabin optou por buscar na Europa os técnicos necessários para a implantação da fábrica<sup>76</sup>.

Com a excessão de Vieira, praticamente toda a equipe de engenheiros envolvidos na construção e operação da fábrica era constituída de europeus. O caso exemplar é o do engenheiro Karl Zappert, que coordenou desde o início a montagem da planta industrial em Monte Alegre. Austríaco de origem judaica, Zappert refugiou-se do nazismo na Inglaterra, antes de ser contratado pela Klabin em 1940. Em suas viagens pela Europa no entre-guerras, tanto Zappert como outros engenheiros envolvidos no projeto da fábrica, e mesmo os membros família Klabin, tinham conhecimento das cidades-jardim da Inglaterra, França, Bélgica e, principalmente, das cidades construídas por Martin Wagner na Alemanha. Entre elas, *Siemesntadt*, projetada e construída por Wagner em 1929-31 acabou por se transformar em exemplo

---

<sup>75</sup> Carta de Luis Vieira à Horácio Lafer em 17/4/43. Fonte: Centro de Documentação e memória de Klabin.

<sup>76</sup> Segundo Warren Dean, os industriais brasileiros não exigiram do governo que proporcionasse cursos adicionais de ofícios técnicos, nem criaram instituições particulares com estes propósitos, porque achavam mais barato contratar operários e engenheiros especializados na Europa e nos Estados Unidos. O autor mostra também que os próprios filhos dos empresários, que esperavam eles assumirem o controle dos seus negócios, eram mandados ao estrangeiro para estudar. No caso das Indústrias Klabin a contratação de técnicos especializados no exterior foi uma política deliberada da empresa. A Segunda Guerra Mundial facilitou a tarefa, devido ao grande número de técnicos que fugiam do conflito ou da perseguição nazista. Os Klabin também mandaram os membros da nova geração estudar no exterior. É o caso de Samuel e Horácio Klabin, formados nos Estados Unidos. DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. São Paulo: Difel. p. 190.

da modernidade empresarial alemã dos anos 30, sendo visitada e copiada por grupos industriais de todo o mundo.<sup>77</sup>

Além da influência européia, outra pode ser a fonte para a concepção urbana de Harmonia. Todos os equipamentos da linha de produção da fábrica foram projetados e produzidos nos Estados Unidos. A contratação e o acompanhamento da execução destes equipamentos industriais foram colocados sob a responsabilidade de Samuel Klabin, da geração mais jovem da família Klabin, e formado em engenharia também nos Estados Unidos. O período de permanência de Samuel nos EUA e o desenvolvimento dos projetos de produção para a fábrica coincidem com o auge das *Company Towns* na América do Norte.<sup>78</sup>

Os núcleos fabris até então construídos no Brasil seguiam modelos mais convencionais em seu desenho urbano, adotando em geral o traçado viário quadriculado com as casas dispostas em um único alinhamento predial, mesmo que apresentando variações no tamanho do interstício entre as construções. Existe, no entanto, pelo menos um exemplo de núcleo fabril que utilizou o modelo da cidade-jardim antes de Harmonia: a cidade construída por Henry Ford para seu complexo de produção de borracha no Pará, conhecida como *Fordlândia*.<sup>79</sup>

---

<sup>77</sup> HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995. p.139.

<sup>78</sup> Segundo Margaret Crawford, no início do século XX, núcleos fabris suburbanos se proliferavam com grande rapidez nas vizinhanças das grandes cidades manufatureiras dos Estados Unidos e, durante a I Guerra Mundial, o Governo Federal construiu seus próprios subúrbios industriais próximos a estaleiros e fábricas de munição. Em 1930, o *Bureau of Labour Statistics* estimou que mais de dois milhões de pessoas viviam em *company towns*. (CRAWFORD, Margaret. op. cit. p.2.)

<sup>79</sup> A estrutura urbana construída para dar apoio ao grande projeto borracheiro de Ford no Pará foi implantada a partir de 1927, consolidando-se em pouco tempo como a terceira maior cidade da Amazônia. Junto ao complexo industrial para a produção de borracha, a cidade contava com instalações de água, luz, telefone, escolas, cinema, hospital, porto e áreas de lazer. Segundo Yara Vicentini, o núcleo habitacional dividia-se em duas áreas estanques: a "*Vila Operária*", com planta ortogonal, era composta de casas para as famílias de trabalhadores e galpões para os solteiros. A "*Vila Americana*", mais afastada, desenvolvia seu arruamento a

Por volta de 1930, idéias do urbanismo moderno europeu já encontravam eco nos meios técnicos brasileiros. O Plano Diretor desenvolvido pelo urbanista francês Alfred Agache<sup>80</sup> para o Rio de Janeiro em 1930, propunha duas cidades-jardim, uma localizada na Ilha do Governador e outra em Paquetá. Diversos bairros são construídos na Capital Federal, sob a inspiração das propostas de Howard, como a Cidade Jardim de Laranjeiras.

Em São Paulo, onde o capital inglês faz grandes investimentos imobiliários, comprando 1.200 hectares de terras a sudeste do centro, a morfologia das *Garden-Cities* é adotada no Jardim América, em 1919, seguindo projeto de Unwin e Parker, os mesmos arquitetos de Letchwork.

Margareth Rago relata como a proposta das cidades-jardim eram apontadas pelos participantes do I Congresso de Habitação, como uma das possibilidades para a resolução do problema da habitação operária, criados pela industrialização acelerada.<sup>81</sup>

---

partir de uma praça central radial e abrigava os técnicos e dirigentes, em sua maioria estrangeiros. O projeto acaba por se tornar inviável devido à proliferação de pragas nos seringais, sendo encerrado definitivamente pela companhia em 1945. (VICENTINI, Yara. 1930: a utopia urbana de Ford na Amazônia. Espaço & Debates, São Paulo, 34: 84-92, 1991)

<sup>80</sup> Agache, que também elaborou a primeira proposta de Plano Diretor para Curitiba, coordenou em 1916 um concurso de projetos urbanísticos para a reconstrução das cidades destruídas pela ofensiva alemã de 1915 no norte da França. O resultado do concurso, publicado por Agache em forma de livro, é um verdadeiro manifesto de divulgação das propostas das *garden-cities*. AGACHE, Alfred. Aglomérations Rurales - comment les amanager. Paris: Librairie de la Construcción Moderne, 1916.

<sup>81</sup> O I Congresso de Habitação, realizado em maio de 1931 sob os auspícios do Instituto de Engenharia e da Prefeitura de São Paulo, reuniu engenheiros, arquitetos, higienistas e sociólogos de todo o Brasil com o objetivo de buscar soluções para os problemas do urbanismo, entre eles, a questão da habitação das classes trabalhadoras. Segundo Margareth Rago, os participantes já demonstravam interesse e conhecimento das propostas urbanísticas progressistas dos CIAM bem como das soluções preconizadas pelas correntes culturalistas do urbanismo europeu, entre elas as *garden-cities*. Nos anais do congresso podemos encontrar, por exemplo, o texto "*Casas Populares - Cidades Jardim*" de Marcelo Taylor de Mendonça, que preconiza a utilização do modelo de Howard para os bairros e cidades operárias. Segundo o autor, os trabalhadores

Neste período, o Norte do Paraná experimentava um processo original de ocupação territorial, conduzido pela *Companhia de Terras do Norte do Paraná*, empresa de capital britânico que atuava a partir do estado de São Paulo. O plano de colonização segue uma concepção particular de estruturação espacial do território, com a implantação de cidades planejadas, que apresentam diversas similaridades com o desenho urbano de Harmonia.<sup>82</sup>

Há uma grande dificuldade para se chegar à reconstituição dos debates que antecederam à elaboração do projeto de Harmonia. Todos os técnicos e membros da família Klabin que participaram desta fase pioneira não estão mais vivos e a documentação anterior ao início da obras é escassa. Nos parece provável, no entanto, que a concepção urbanística implantada represente uma síntese - talvez não deliberada -

---

brasileiros não têm formação cultural suficiente para morar em habitações coletivas, muito mais adequadas aos trabalhadores europeus, acostumados a “uma certa educação higiênica, harmonia entre os seus moradores, o hábito da limpeza e duma conservação sistemática da casa”. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p.192.

<sup>82</sup> Os trabalhos de Barnabé e Yamaki nos mostram como *Companhia de Terras* adotou parâmetros urbanísticos que podemos considerar como modernos, de origem européia, na colonização do território e na concepção espacial das cidades daquela região. A estratégia de ocupação adotada baseava-se na abertura de vias de comunicação, ferrovias e rodovias, nos espigões principais do terreno; rodovias secundárias eram construídas nas ramificações para espigões menores; os lotes rurais tinham uma modesta dimensão de frente para as rodovias, apresentando em contrapartida uma grande profundidade, estendendo-se até o fundo de vale. Na via principal, a cada 15 quilômetros aproximadamente, a *Companhia* fundou núcleos urbanos. Os locais escolhidos para as cidades apresentavam características similares à área de Harmonia, situando-se em terrenos situados no alto dos espigões. Segundo os autores, o desenho das urbanizações resultava da composição de três matrizes de arruamento: ortogonal, radial e irregular. Em todas as situações é notável a preocupação dos técnicos da *Companhia* em obter a combinação de um traçado urbano curvo e a criação de eixos espaciais e visuais retilíneos cuja função era a de estruturar o espaço urbano. A largura generosa das vias públicas, somada à grande quantidade de áreas verdes, conferiram à paisagem urbana destas cidades uma aparência muito similar à encontrada nas *Garden Cities* construídas nas décadas anteriores em diversos países da Europa.

BARNABÉ, Marcos Fagundes. A construção do pensamento urbanístico moderno para os projeto das cidades novas do Norte do Paraná. in: HOLANDA, Frederico e KOHLSDORF, Maria Elaine. *Anais do 4 SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. Brasília: FAU-UNB, 1991, p. 245-260. e YAMAKI, Humberto.

de todas estas influências representadas no corpo técnico e empresarial do grupo Klabin.

Ao observar-se a preocupação, do governo e dos empresários, com o caráter exemplar da cidade a ser construída em Monte Alegre, a adoção modelo da cidade-jardim pode ser compreendido também como uma opção consciente dos empreendedores pela tipologia de desenho urbano mais moderna disponível na época para a concepção de uma cidade industrial.

11.



12.

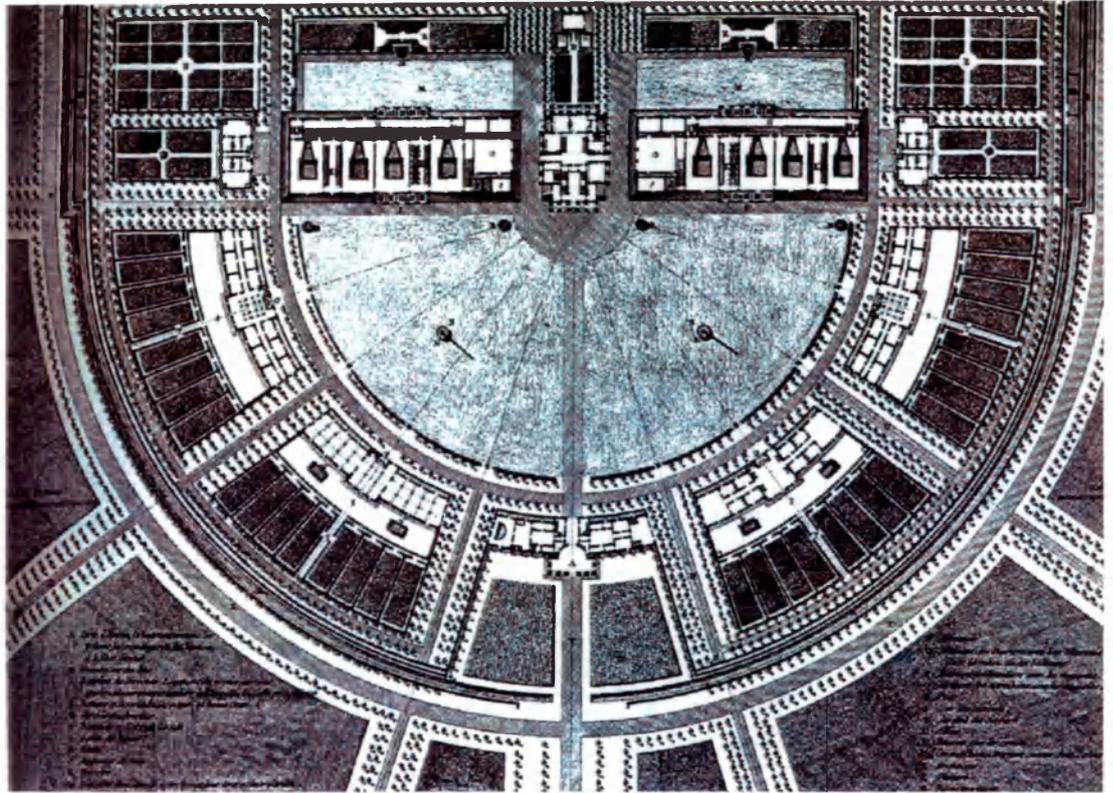
11. Velocidade nos sertões: Vieira e seu legendário "Águia Branca", em frente ao Hotel Lagoa.

12. As obras de Harmonia: à esquerda, em primeiro plano, a Avenida Brasil, com os hotéis e a Cooperativa. À direita, o traçado curvo das ruas Alfa, Beta e Gama, com as moradias operárias.

13. Claude Nicolas Ledoux: projeto para a salina real de Chaux, 1773.

14. Planta da cidade-jardim de Welwyn.

15. Alfred Agache, projeto de casa para a reconstrução de cidades no interior da França, 1916.



13.



14.



15.

## **Espaço e poder, um diálogo complexo.**

Ao romper com a vinculação física direta entre espaço de moradia e espaço para a produção, a configuração definitiva da cidade de Harmonia apresenta uma lógica urbana própria e original, abrindo a possibilidade de leituras mais cuidadosas na busca dos significados destas relações espaciais.

A distribuição espacial das construções no território bem como das atividades humanas abrigadas nestes edifícios deixam transparecer as relações sociais, econômicas e culturais que condicionam cada estrutura urbana. Segundo este raciocínio, a análise das características espaciais de um assentamento humano nos permitiria recuperar as relações econômicas e de poder presentes naquela sociedade. Michel Foucault revolucionou a compreensão desta relação em seu *Vigiar e Punir*, quando propõe a elaboração de uma “história dos espaços” para permitir a compreensão da “história dos poderes”. Foucault é cauteloso, porém, ao abordar esta vinculação entre espaço e relações sociais:

*É verdade que para mim, numa análise muito vaga que fui capaz de fazer, a arquitetura é apenas um elemento de suporte para garantir uma certa alocação de pessoas no espaço, uma canalização de sua circulação, assim como a codificação de suas relações recíprocas. Assim, a arquitetura não é apenas considerada como um elemento no espaço mas é campo das relações sociais, onde evidencia certos efeitos específicos.<sup>83</sup>*

Na medida em que permite ao homem dominar a natureza, estabelecendo uma hierarquia que vai do espaço “aberto” ao “fechado”, a arquitetura se torna uma

---

<sup>83</sup> FOUCAULT, Michel. Entrevista a Paul Rabinow. in: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 23:139-145, 1994.

prática vinculada ao poder. É o poder, através da arquitetura, que vai determinar qual a conformação desta hierarquia.

O arquiteto britânico Thomas Markus confere à arquitetura uma importância distinta que a demonstrada por Foucault em suas pesquisas sobre as relações entre espaço e poder:

*O poder está relacionado, em última instância, aos recursos. Como estes são finitos, a única liberdade está em dividi-los em proporções diferentes. (...) Os resultados desta distribuição são vistos em estruturas hierárquicas, controle, vigilância, processos decisórios e consumo diferenciado. No projeto e uso dos edifícios, o poder pode inclusive ser distribuído, ou concentrado, de forma a criar grandes assimetrias.<sup>84</sup>*

A distribuição dos recursos no espaço, segundo o autor, abre uma nova possibilidade de abordagem para o universo de relações existentes em uma determinada sociedade:

*devido à inevitável ligação entre recursos e poder, e sua distribuição profundamente assimétrica, construir significa criar assimetrias. A crítica moral de uma sociedade e seus edifícios é um dos procedimentos que permite a aferição do grau de igualdade na distribuição de recursos e poder.<sup>85</sup>*

A abordagem do espaço construído, proposta pelo autor, precisa, no entanto, sofrer a mediação de outras categorias de análise, além da ótica puramente econômica, de forma a permitir uma melhor compreensão da distribuição espacial dos recursos. A interpretação marxista clássica, que atribui à infraestrutura econômica a responsabilidade pela configuração espacial das cidades, não valoriza uma série de fenômenos culturais, sociais, políticos e mesmo ideológicos que incidem sobre o

---

<sup>84</sup> MARKUS, Thomas. Buildings and power - freedom and control in the origin of modern building types. London, Routledge, 1993. p.23.

<sup>85</sup> MARKUS, Thomas. op. cit. p.23

urbano. A cidade espelha, por exemplo, a disputa entre o discurso do poder e o discurso, ou contradiscurso, dos que a ele se opõe. O resultado destas oposições reflete sobre a conformação e a apropriação dos espaços. O próprio Thomas Markus relativiza, no mesmo texto, sua afirmação:

*Mas as coisas não são tão simples. Grupos competem pelo poder. Existem contra- e sub-culturas, conflitos e mudanças em sua distribuição.*<sup>86</sup>

Ao estender a compreensão de sociedade mais além de suas relações econômicas, podemos compreender o conjunto das edificações e a estrutura urbana que abriga uma comunidade como a espacialização desta complexa trama de relações que estruturam tal grupo humano. No exemplo de uma comunidade voltada à produção industrial, as relações de trabalho e poder ultrapassam, como veremos adiante, os limites da fábrica, permeando o cotidiano de trabalhadores e patrões em seus espaços de moradia e lazer.

Desta forma, a disposição encontrada no plano urbanístico de uma cidade empresarial, como é o caso de Harmonia, permite uma aproximação à concepção de organização social pretendida pelos construtores da cidade, ou seja, os proprietários da indústria.

### **A lógica espacial da empresa**

O desenho urbano de Harmonia estrutura-se em torno de um eixo central, constituído pela Avenida Brasil. Com grande largura, duas pistas e farta arborização, a Avenida concentra as principais edificações da cidade, como hospital, cooperativa, clube operário, agência bancária, cinema, hotel, posto de gasolina, igreja, escola e as

---

<sup>86</sup> MARKUS, Thomas. op. cit. p.23

casas dos técnicos graduados. Nas quadras imediatamente adjacentes situam-se os demais equipamentos coletivos, como imprensa, pensões de solteiros e padaria.

Esta disposição, além de permitir o fácil acesso aos equipamentos de uso coletivo, confere ao eixo central um caráter de monumentalidade, necessário para a afirmação da moderna urbanidade desejada pela empresa naquele território distante. A desvinculação visual entre a fábrica e a cidade, aliada à ausência física do patrão, que residia em São Paulo, exigiam a materialização da presença da empresa no espaço da cidade. A concentração de edifícios institucionais na Avenida Brasil responde, de certa forma, a esta necessidade.

Quatro edifícios se destacam, por sua escala, na paisagem da cidade. Na Avenida Brasil, chamam a atenção as sedes do Clube Operário e da Cooperativa - o armazém da empresa. No caminho para a fábrica, implantado no ponto mais alto de toda a cidade, o Hotel Ikapê, onde eram alojados os visitantes mais importantes e convidados da empresa, domina a paisagem. Nenhum destes edifícios poderia no entanto ser comparado, em termos de tamanho ou simbolismo, com a própria fábrica. Com seus grandes edifícios em tijolo à vista ao redor da maior chaminé da América Latina, a construção industrial era o grande símbolo arquitetônico para toda a população da cidade.

Ao compararmos a tipologia arquitetônica utilizada em Harmonia com outros exemplos de núcleos fabris implantados do Brasil, podemos verificar o cuidado com que eram projetadas as construções, principalmente aquelas destinadas a usos considerados como mais nobres, isto é, equipamentos de uso coletivo e casas para técnicos graduados.<sup>87</sup> O contraste de escala e técnica construtiva entre estas construções

---

<sup>87</sup> A escala utilizada na concepção dos edifícios que representavam o poder constituído parece ter sido um aspecto bastante usual das estratégias de controle e dominação nas vilas operárias. Deborah Weiner descreve um bairro operário londrino no final do século XIX: *“Entre o esquilido mar de de construções em tijolo e casas operárias, imensos edifícios eram erguidos contrastando dramaticamente em escala e estilo com todo o seu*

de alvenaria e as moradias operárias, construídas em madeira, segundo a técnica tradicional que então era amplamente utilizada na região, contribui para a diferenciação hierárquica e a afirmação do poder da empresa no espaço da cidade. A linguagem arquitetônica utilizada também era diferenciada. Os edifícios diretamente vinculados à empresa e as casas de chefia alternavam releituras da arquitetura rural européia e o *mission style*, colonial da costa oeste americana, em voga no Brasil durante os anos 30-40. Já as moradias operárias reproduziam de forma modesta a tipologia tradicional da arquitetura de madeira do interior do Paraná.

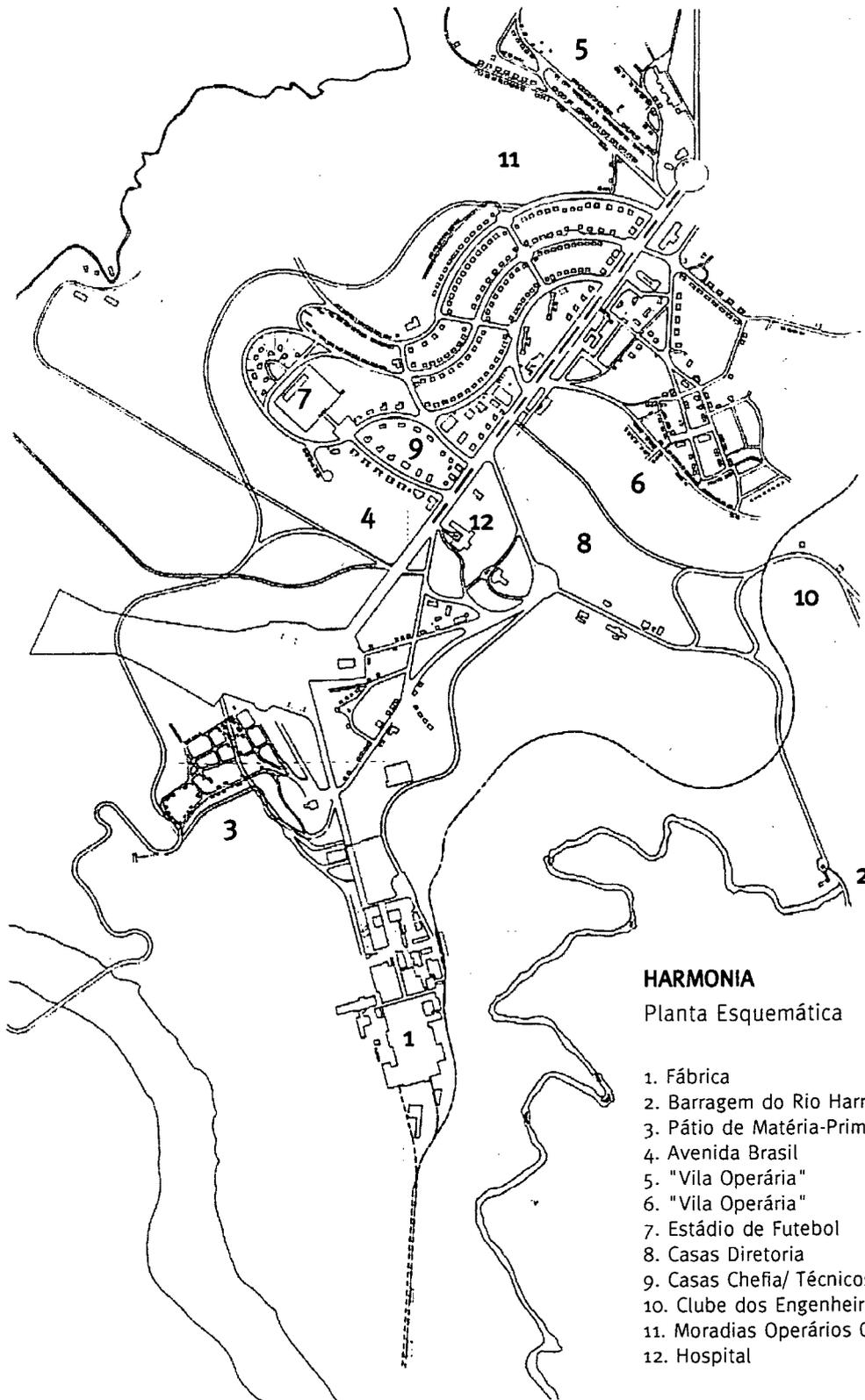
Esta diferenciação também pode ser observada durante o processo de construção da cidade. Ao definir o escopo dos serviços que seriam contratados ao engenheiro Caiuby, Vieira é taxativo quanto à administração das obras envolvendo moradias para operários:

*Trata-se de obras de rotinas, sem grandes preocupações de luxo de acabamento, algumas de madeira para as quais já tenho empreiteiros para alvenaria, tijolo, madeira e terraplanagem. (...) Poderemos economizar a administração diminuindo o número de casas de operários até mesmo eliminando-as do contrato de administração pois são casas comuns de madeira com embasamento de tijolo.<sup>88</sup>*

---

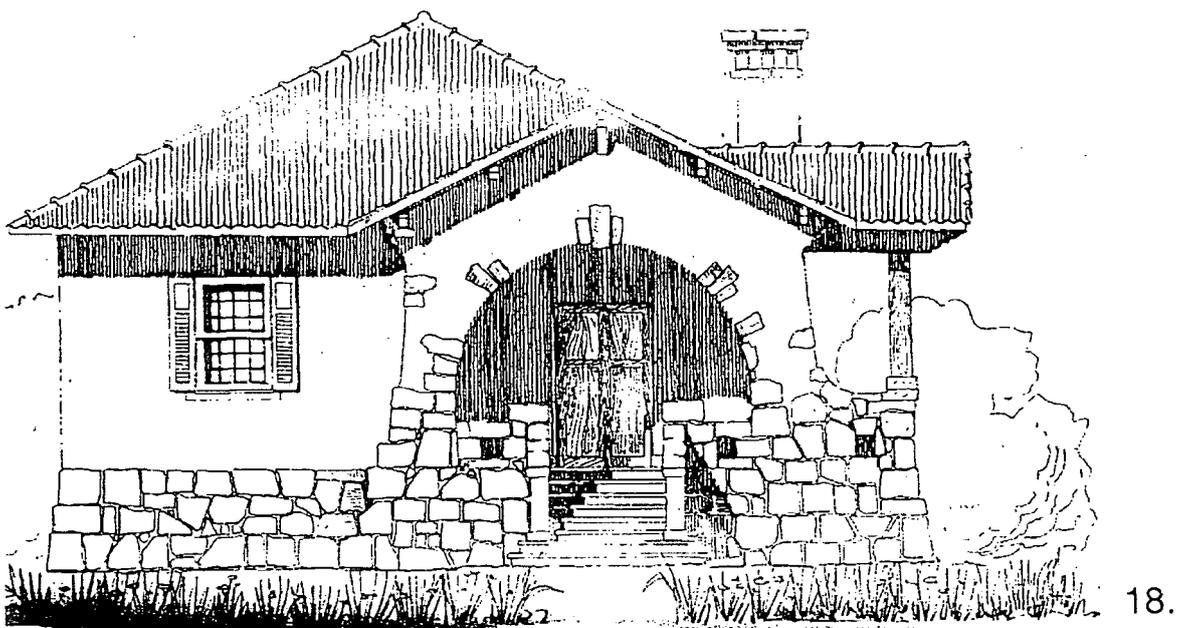
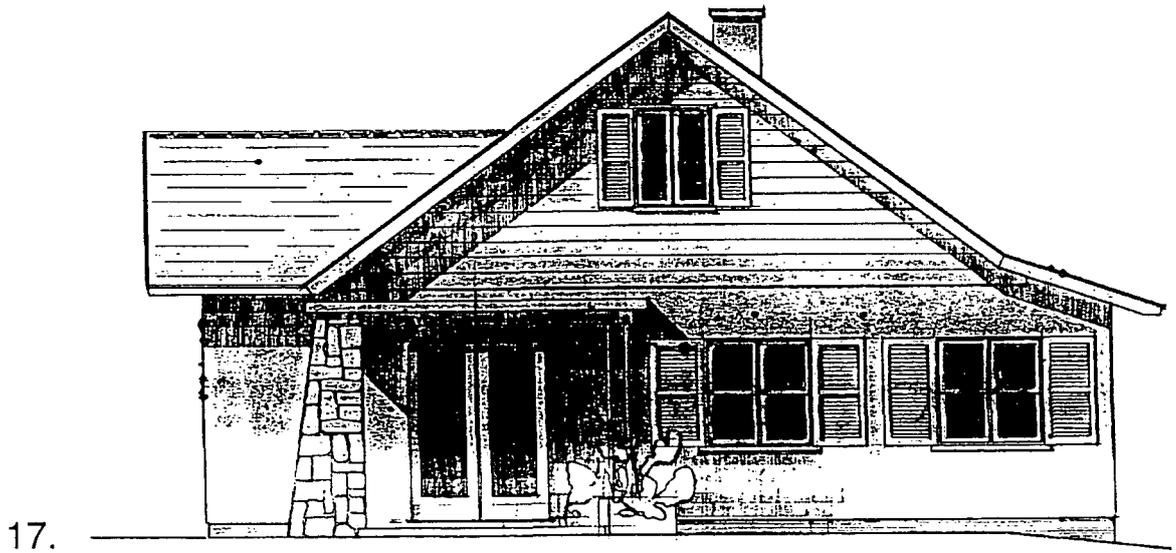
entorno: escolas públicas elementares, bibliotecas públicas, escritórios de urbanização, a galeria de arte e o museu.” (WEINER, Deborah. Architecture and social reform in late-Victorian London. Manchester: Manchester University Press, 1994. p. 01)

<sup>88</sup> Carta de Luis Vieira à matriz de Klabin em São Paulo, 01/06/43. Fonte: Centro de Documentação e Memória de Klabin.



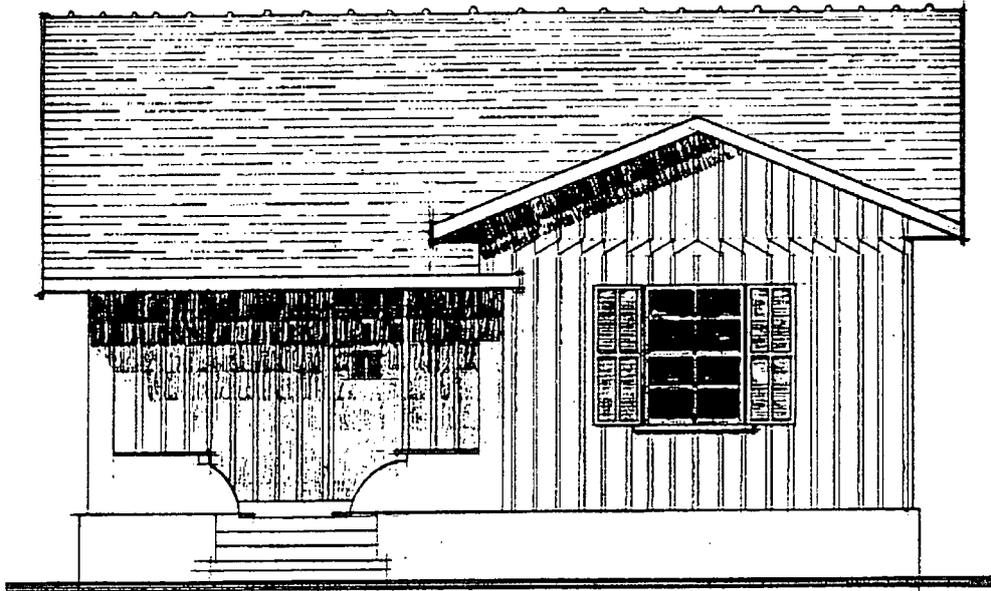
**HARMONIA**  
Planta Esquemática

1. Fábrica
2. Barragem do Rio Harmonia
3. Pátio de Matéria-Prima
4. Avenida Brasil
5. "Vila Operária"
6. "Vila Operária"
7. Estádio de Futebol
8. Casas Diretoria
9. Casas Chefia/ Técnicos Graduados
10. Clube dos Engenheiros/ Chefia
11. Moradias Operários Qualificados
12. Hospital

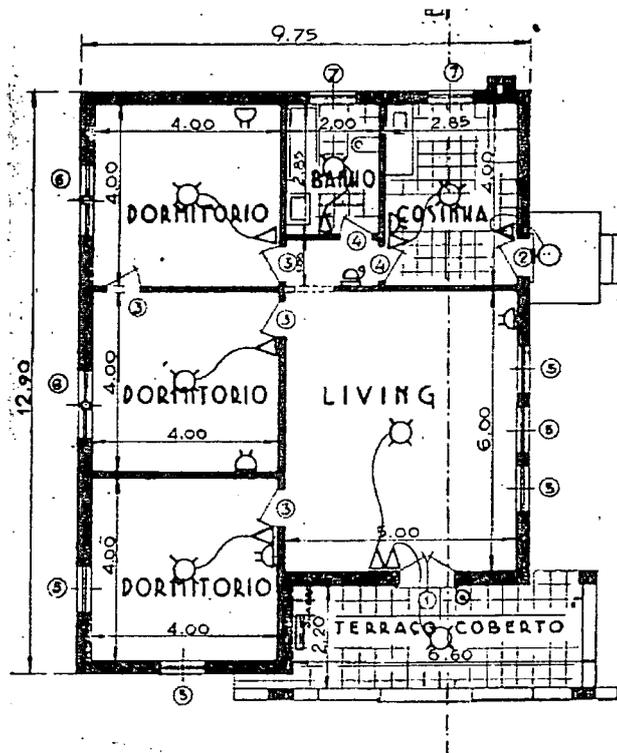


17. Harmonia: projeto para a casa de chefia.

18. Harmonia: projeto para a casa de mestre.



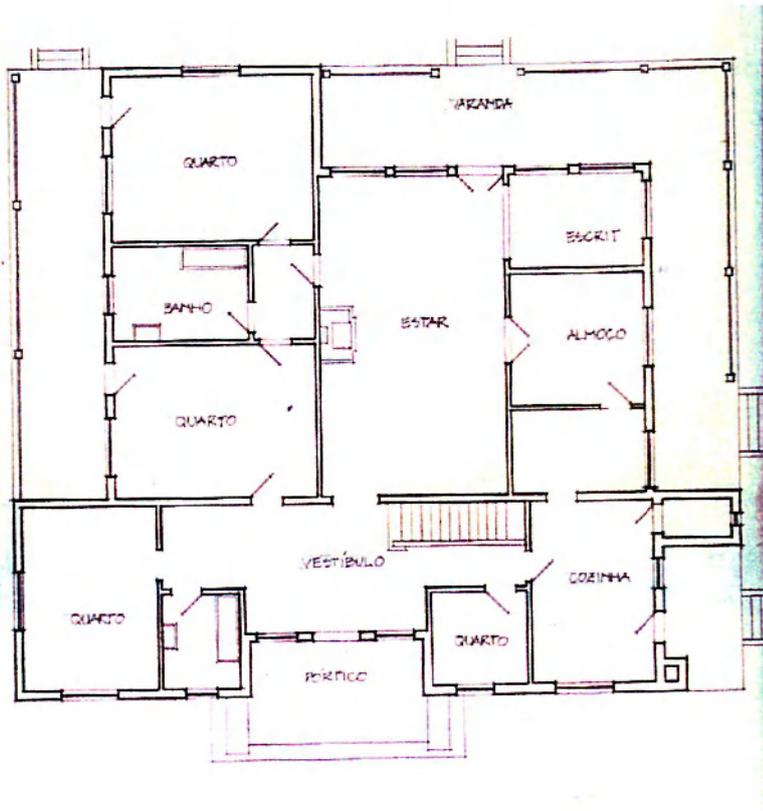
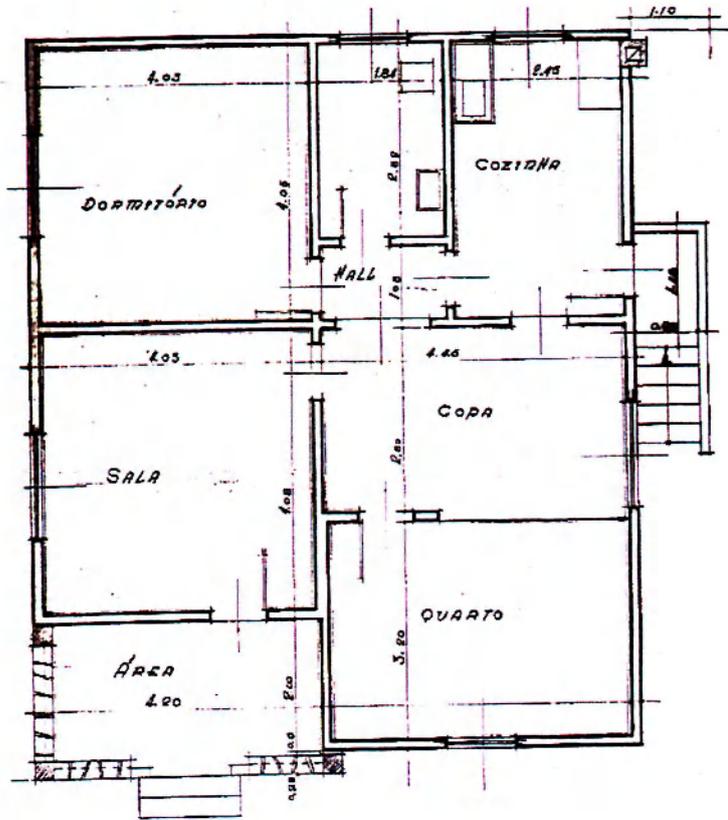
19.



20.

- 19. Harmonia: projeto para casa de operário.
- 20. Harmonia: planta de casa para mestre.

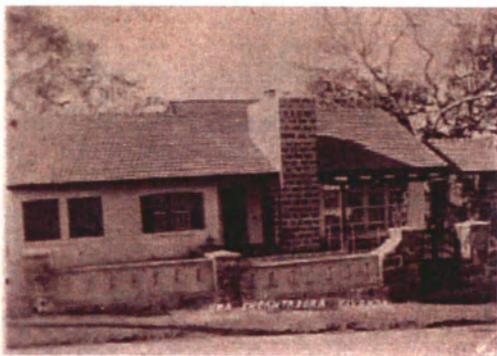
21.



22.

21. Planta de casa para operário.  
22. Planta de casa para chefe.

23.



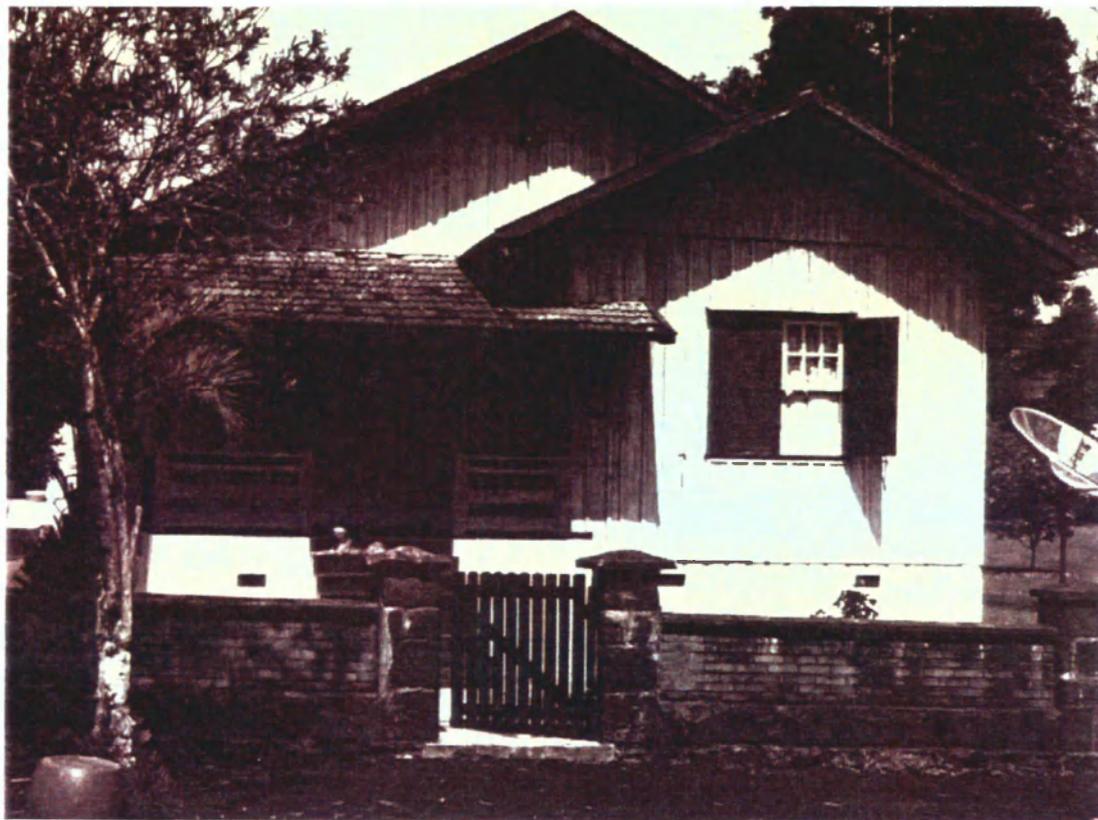
24.

23. Casa para chefia.  
24. Casa para chefia- Rua da Barragem.  
25. Casa para mestre.

25.



26. Casa para operario qualificado.

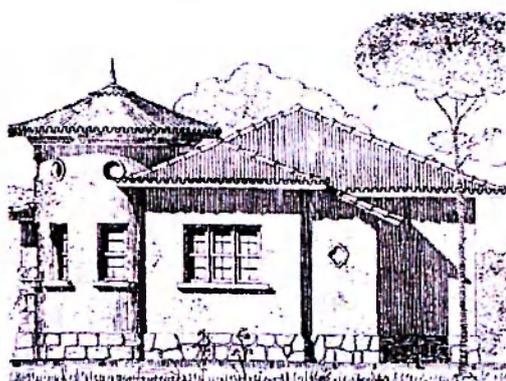


26.

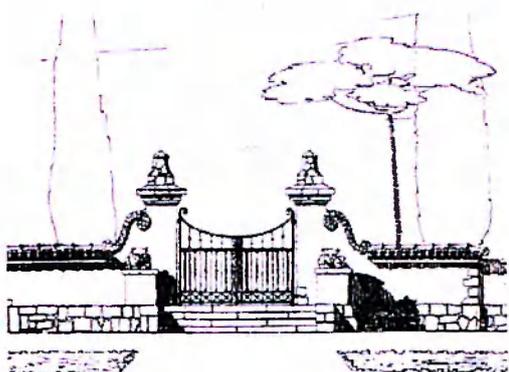
27. Paisagem urbana na cidade-jardim de Letchworth- Inglaterra.  
28. Projeto para o Posto de Saúde de Harmonia.  
29. A preocupação com o espaço saneado chega até o detalhe: projeto para o portão do cemitério de Harmonia.



27.



28.



29.

Mesmo concentrando as maiores edificações, a Avenida apresenta, como todo o resto da cidade, uma paisagem bucólica, com grande espaçamento entre as construções, amplas áreas verdes e farta arborização. Em torno dos edifícios de uso coletivo não existem muros e a separação para com a via é feita apenas por gramados, cuidadosamente mantidos pela empresa. As casas têm muros baixos, permitindo a total visualização dos jardins, também impecáveis.

Além da distribuição dos edifícios mais significativos em torno da Avenida Brasil, a cidade desenvolve suas áreas residenciais para os dois lados deste eixo. Em direção ao norte, o desenho urbano adota forma radial, similar ao encontrado nas cidades-jardim da Europa e Estados Unidos.

Neste setor da cidade consolida-se o bairro operário mais bem estruturado, seja pelo tamanho dos lotes, seja pela qualidade das casas. Suas ruas, com traçado em semi-círculo, eram denominadas por letras do alfabeto grego: *alfa, beta, gama e teta*.. Contavam com meio-fio, calçadas e muretas de pedra e tijolo delimitando os lotes.

As casas destinadas ao alojamento mão-de-obra menos qualificada eram dispostas em duas concentrações, próximas à saída para Lagoa, uma em cada lado da Avenida Brasil. A estas zonas os moradores da época se referiam como *vilas operárias*, uma das quais chegou a ser denominada de *Vila Caiuby*. O tamanho destas moradias era inferior ao apresentado pelas casas das ruas *Alfa*, *Beta* e *Gama*, sendo que estas foram as primeiras concentrações operárias a ser erradicadas com a criação da *Cidade Nova*<sup>89</sup> no final dos anos 50.

---

<sup>89</sup> Com as perspectivas de expansão da fábrica, exigindo um contingente cada vez maior de operários, e o alto custo da manutenção de toda a estrutura de Harmonia, a empresa decide, por volta de 1954, alterar os rumos de sua política de alojamento, descompatibilizando-se de parte desta responsabilidade. Horácio Klabin cria então a urbanização chamada de "Cidade Nova", do outro lado do Rio Tibagi, fora dos limites da Fazenda. Os operários menos qualificados passam a ser incentivados a comprar lotes no empreendimento, como forma de poupança. O contraste entre a qualidade urbana de Harmonia e desestruturação da "Cidade Nova", hoje

As densidades, seja nos núcleos de moradia operária, seja nas regiões onde se encontravam as casa de chefia, eram extremamente baixas. Ultrapassando em muito as necessidades de espaço mínimo necessário para garantir insolação e aeração adequada das moradias, tais distâncias cumpriam também o objetivo de manter um prudente afastamento entre as famílias operárias, evitando a promiscuidade existente nas grandes aglomerações urbanas. O afastamento das construções combinava-se com a pequena altura dos muros e cercas divisórias permitindo uma visibilidade total sobre os jardins, não apenas em sua porção frontal, mas também em todo o entorno das casas. Desta forma, além de ter controle sobre o asseio dos quintais, a empresa poderia tomar conhecimento imediato da existência de qualquer construção, cultivo ou reunião de pessoas que contrariasse suas determinações.

Cidade-jardim, núcleo-fábrica, utopia industrial, Harmonia se consolida nas distantes florestas de araucária no interior do Paraná. Em 1944, a infraestrutura construída já tomava contornos de uma verdadeira cidade, superando definitivamente o caráter provisório dos acampamentos da fase pioneira.<sup>90</sup> Implantada a primeira etapa da estrutura urbana definitiva, chegam os primeiros moradores: chefes, técnicos e

---

Telêmaco Borba, é o melhor indicador da força da empresa na conformação do núcleo fabril original. Em depoimento de 1980 o arquiteto Max Staudacher, autor do projeto da *Cidade Nova*, descreve este contraste:

*(...) tudo que não era permitido socialmente para cá do rio - Harmonia - para o lado de lá era livre, um verdadeiro Faroeste, a situação só foi se legalizando quando pessoas importantes de Tibagi foram transferidas para lá, e a instituição do município veio por fim, definitivamente, à desordem social. (STAUDACHER, Max. Entrevista in: CUNHA, Anacélia Carneiro. O homem papel. Curitiba: UFPR, Dissertação de Mestrado, 1982, p. 48.)*

<sup>90</sup> Em fevereiro de 1944 Vieira emite uma ordem de serviço indicando ao Eng<sup>o</sup> Caiuby um programa de prioridades para a conclusão das obras em andamento na cidade: 4 casas para mestres, 100 casas para operários em madeira, 2 pensões para solteiros, prédio para a cooperativa, padaria, posto de saúde, rede de abastecimento de água, rede de esgoto e terraplanagem da avenida principal. Para que a cidade pudesse receber seus moradores era imperativo que tal cronograma fosse respeitado à risca. Vieira não deixa espaço para dúvidas: "Esclareço que nenhuma outra obra podera ser iniciada sem autorização da Chefia" (Ordem de serviço de Vieira a Caiuby em 10/02/44. Fonte: CDMK)

operários, solteiros ou acompanhados de suas famílias. Com a proximidade do início da operação da fábrica, começam a chegar os contingentes de trabalhadores industriais, habitantes da nova cidade, juntando-se aos operários de construção, concentrados nos acampamentos. A vida urbana começa nascer, constituindo-se gradualmente uma nova sociabilidade.

Mesmo com a data de início da produção ainda indefinida, devido aos atrasos nas remessas de equipamentos devido ao conflito mundial, a fábrica já determina a conformação da vida na cidade emergente. A fase final da construção envolve a montagem do maquinário e dos equipamentos industriais de grande porte, operação acompanhada por técnicos e operários especializados, de origem e hábitos diferentes dos peões que trabalhavam nas obras de construção civil. Esta modificação gradativa no perfil da população coincide com a consolidação da estrutura urbana definitiva em Harmonia. O vínculo dos novos operários também é diferente. Se na etapa de construção uma parcela considerável dos trabalhadores tinham vínculos transitórios com os empreiteiros das obras, à medida em que se aproxima a entrada em operação da fábrica os operários da produção de papel passam a ser contratados diretamente pela Klabin.

Muitas são as diferenças existentes entre a vida em um núcleo fabril e em um bairro operário localizado em uma cidade tradicional. Dentre estas diferenças, uma chama a atenção pelas conseqüências que traz para a organização social: a vinculação de praticamente toda a população a uma única atividade econômica, centralizada em torno da indústria. Vinculados direta ou diretamente à fábrica, todos os habitantes do núcleo dependem da Companhia. Esta realidade os torna muito mais suscetíveis às iniciativas e mecanismos de controle e disciplinarização adotados pela empresa.

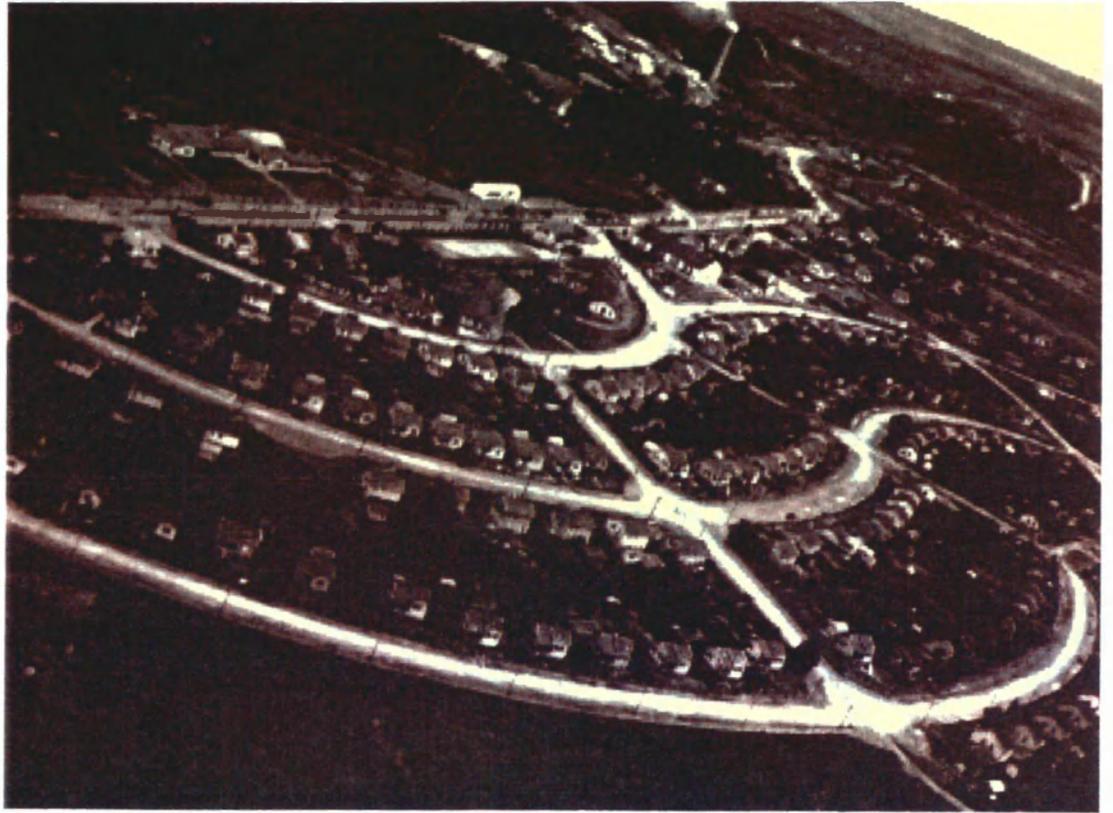
O recenseamento realizado pela empresa em 1945 apresenta um bom exemplo do alcance desta exclusividade. Na estrutura urbana definitiva de Harmonia

residiam 320 operários, entre empregados da Companhia ou contratados por empreiteiros. Por outro lado, haviam apenas 16 pessoas que trabalhavam “por conta própria” exercendo ofícios como o de sapateiro, comerciante ou barbeiro. Estes prestadores de serviços, apesar de autônomos, dependiam totalmente da empresa, não apenas no que dizia respeito à obtenção de autorização para exercer suas profissões no interior da Fazenda, como todo a sua clientela era constituída de trabalhadores da indústria. Não havia, portanto, qualquer atividade econômica de escala que afetasse o domínio absoluto da fábrica.

Ao mesmo tempo em que se conforma a população definitiva da cidade e se estabelecem relações mais permanentes de emprego, podemos notar o aparecimento de uma maior preocupação com o estabelecimento de regras para organizar o dia-a-dia daquela comunidade fabril. Muitas das normas definidas no período de implantação da fábrica são revistas ou reafirmadas; novas determinações são emitidas, conformando-se assim um universo de medidas disciplinares com o objetivo de garantir o funcionamento *harmônico* do núcleo fabril, sempre sob o ponto de vista da produção industrial.

Todo o projeto de conformação de uma moderna estrutura urbana para a produção só atingiria a sua meta, se combinada com a conformação de um trabalhador disciplinado, capaz de atuar como artífice da desejada industrialização nacional. É exatamente na busca deste novo trabalhador que o projeto industrial de Monte Alegre enfrenta um dos seus principais desafios.

30.



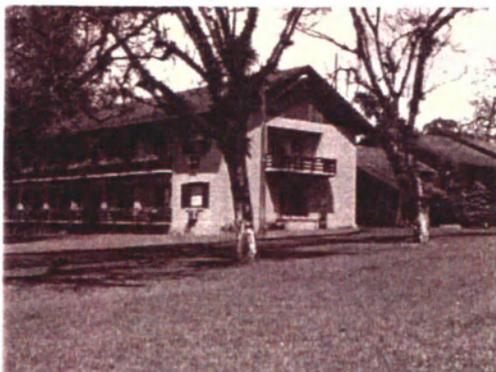
31.

30. A cidade se consolida: vista aérea de 1947.

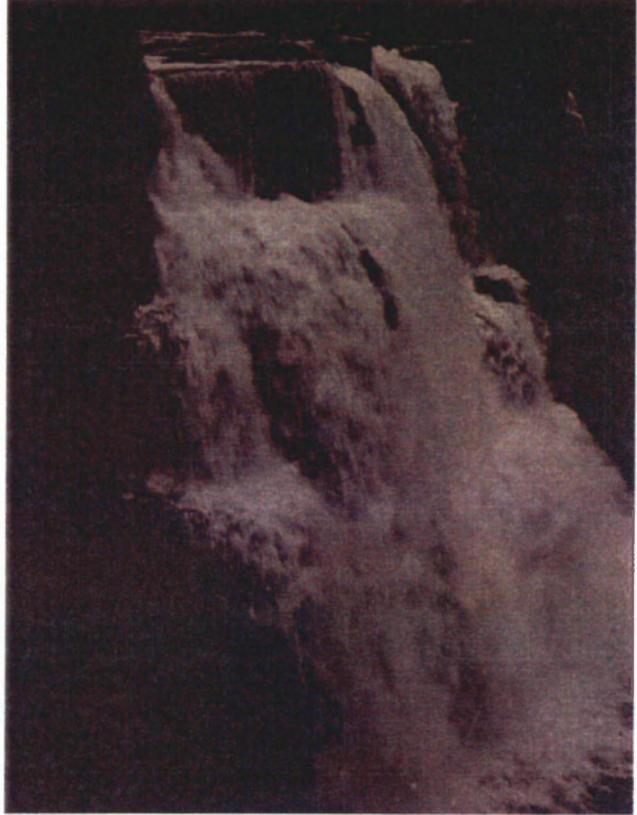
31. Obras do Hotel Lagôa, primeiro alojamento para técnicos graduados.

32. Hotel IKAPÊ, edifício de destaque na paisagem de Harmonia.

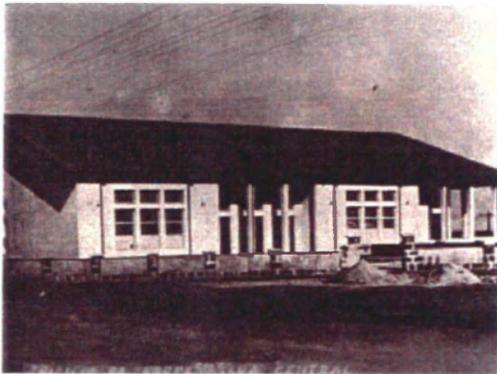
32.



33. Salto Mauá, no Rio Tibagi,  
local escolhido para a construção  
de usina hidroelétrica.  
34. Sede da Cooperativa, o  
armazém da empresa.  
35. Escola Manoel Ribas.



33.



34.



35.

## **Estado Novo, novo trabalhador.**

*Uniformizar e arregimentar as multidões brasileiras, é um imperativo do Estado Nacional, dando ao mesmo tempo normas democráticas, militaristas e princípios sindicalistas dentro do imenso anfiteatro das leis sociais.<sup>91</sup>*

A medida em que o Estado Novo consolida o consenso em torno de seu projeto de desenvolvimento nacional, centrado na compreensão de que a industrialização representava o caminho correto para o progresso social e econômico do país, uma outra dimensão do intervencionismo estatal vai ganhando importância: o reordenamento das relações de trabalho. Todo o discurso sobre a modernização do país estrutura-se sobre a idéia da *Nação* como uma coletividade indivisível, cujo destino é o progresso - a ser alcançado através da industrialização. Tal objetivo, como vimos anteriormente, só poderia ser atingido através de um substancial avanço da ingerência do Estado em todos os níveis da sociedade, garantindo a supressão dos conflitos sociais.

Esta modificação no papel do Estado subentendia um reordenamento das relações políticas e econômicas do país, envolvendo uma profunda reestruturação das relações de trabalho, cujos pressupostos centrais eram a *contenção das demandas sociais* e a *racionalização do trabalho*.

A verdadeira ofensiva para o reordenamento político e econômico desencadeada por Vargas sustentava-se na concepção ideológica que aponta o trabalho

---

<sup>91</sup> Trecho de carta de Svirino Bezerra da Cunha, trabalhador Rede de Viação Paraná-Santa Catarina na da Oficina Mecânica Monte Alegre, ao Ministro da Viação e Obras Públicas, General Mendonça Lima, em 8 de março de 1944.

como a fonte de toda a riqueza humana. Segundo esta compreensão, o valor social de cada indivíduo é aferido pela sua capacidade de trabalho, única via legítima para a ascensão social. Como conseqüência, a elevação do Brasil ao *staus* de país moderno não poderia ocorrer sem a criação de um *trabalhador brasileiro*, célula constitutiva deste organismo chamado *Nação*. Tal imagem é crescentemente utilizada para justificar a adoção de uma organização social do tipo corporativo. O discurso corporativista adotava como modelo social uma interpretação particular do funcionamento do corpo humano: os trabalhadores ocupavam o lugar das células, a indústria e a agricultura os membros e o governo a cabeça, que conduzia o *corpo da Nação*. Os regimes autoritários que se estabeleceram na Europa durante anos 30, particularmente o fascismo italiano, utilizam exaustivamente a metáfora do corpo para justificar a submissão das partes em relação aos objetivos de um todo, o Estado-Nação.

Sem esconder a sua afinidade para com as concepções do fascismo europeu, esta nova ordem corporativa buscava consolidar a substituição da luta de classes, já superada, pela colaboração entre empregadores e empregados. Este novo papel conferido à classe operária exigiu uma consistente política voltada à organização dos trabalhadores, política esta que combinava, simultaneamente, iniciativas intervencionistas e cooptadoras frente às organizações sociais.

A principal ferramenta utilizada para a cooptação das massas trabalhadoras foi a adoção de políticas de caráter social, fundamentalmente através da promulgação de leis que conferiam direitos sociais aos trabalhadores. Logo ao chegar ao poder, em 1930, Vargas cria o Ministério do Trabalho; diversos direitos trabalhistas passam a ser regulamentados através de leis que garantiam férias remuneradas, jornada de trabalho de 44 horas, restrições ao trabalho infantil e, posteriormente, o salário mínimo.

A estratégia adotada pelo Governo para atender os trabalhadores apresentava, no entanto, uma outra face. A cada direito concedido correspondia uma

iniciativa disciplinadora, envolvendo a proibição dos sindicatos livres, a repressão às organizações sindicais a sua substituição por uma estrutura oficial de representação dos trabalhadores tutelada pelo Estado. Consolida-se então uma nova ordem social - imprescindível para o sucesso do modelo de industrialização adotado por Vargas - onde os trabalhadores, organizados por uma nova legislação e neutralizados pela estrutura sindical oficial, passam a conformar a base de sustentação ao Estado corporativo.

A intervenção do Estado na organização das relações trabalhistas apresenta, portanto, um duplo registro. Mesmo garantindo novos direitos aos trabalhadores, toda a atuação estatal busca, ao mesmo tempo, atender às aspirações dos empresários, sob o pretexto de apoiar o avanço da industrialização. Os industriais, por sua vez, reconheciam a necessidade da atuação social do Estado para a modernização do país. Sua posição era crítica, no entanto, ao que chamavam de “excessos da nova legislação”, exigindo a flexibilização do controle sobre a aplicação das regras. Não havia consenso sobre certos aspectos da legislação que, segundo as lideranças empresariais, representariam limitações à autoridade patronal na fábrica e ameaças ao poder das entidades de classe dos empresários, constituindo “um perigo ao desenvolvimento econômico da própria nação”<sup>92</sup>

Existe ainda um outro aspecto do reordenamento econômico e social que adquiriu substancial importância para os empresários. Ao considerar a necessidade de valorização do trabalhador, o reordenamento da produção exigia a “humanização do trabalho”, superando a “submissão do homem à máquina” que, segundo os ideólogos do Estado Novo, era a principal debilidade do taylorismo. As lideranças ascendentes do novo empresariado industrial, entre eles Roberto Simonsen e Jorge Street,

---

<sup>92</sup> CASTRO GOMES, Angela Maria. Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 229.

responsabilizavam o materialismo avassalador da mecanização como o principal responsável pelo acirramento da luta de classes na Europa. Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, o discurso oficial da época defendia que “uma política científica de organização do trabalho deveria encontrar o equilíbrio entre os esforços de mecanização da produção (essenciais à industrialização dos países) e a proteção dos valores humanos e cristãos do trabalhador”.<sup>93</sup>

Partindo de uma concepção mais ampla da idéia de trabalho, o Estado Novo considera como questão social todos os problemas que dizem respeito ao bem-estar do trabalhador, incluindo aí as condições de vida fora das fábricas. Para Vargas, o trabalho não é simplesmente um meio de se “ganhar a vida”, mas sobretudo um meio de “servir à pátria”<sup>94</sup> Para assegurar esta missão, articulam-se iniciativas envolvendo governo e entidades empresariais no sentido de desenvolver e aplicar a organização científica do trabalho, buscando o aumento da capacidade produtiva do trabalhador brasileiro.

A proposta da construção de um Brasil moderno, graças à industrialização, exigia o desenvolvimento de um novo ideal de trabalhador, saudável e disciplinado. As características deste *homem novo* deveriam se opor, no entanto, ao estereótipo de trabalhador “preguiçoso, “indisciplinado” e “subversivo” que dificultava o progresso da indústria nas aglomerações urbanas como São Paulo e Rio de Janeiro. O aumento da produtividade da mão-de-obra motivou, portanto, um conjunto de intervenções do Estado objetivando a garantia das condições mínimas de manutenção da saúde e reposição das energias dos trabalhadores.

---

<sup>93</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; CASTRO GOMES, Ângela. Estado Novo, ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

<sup>94</sup> Idem, p. 156.

No campo da saúde, incorporam-se os principais conceitos da medicina social, introduzidos na Europa a partir do exemplo da Alemanha sob o governo de Bismarck, no final do século XIX. A aplicação de conhecimentos e de práticas no campo da higiene, psicologia, medicina, sociologia e pedagogia também atendia à necessidade de proteger o trabalhador em sua máxima capacidade produtiva. As necessidades básicas da família trabalhadora passam então a ser objeto de políticas especiais no campo da educação, habitação e saneamento. Órgãos governamentais são criados especialmente para tratar destes temas, ampliando-se também a estrutura da administração Federal com a criação dos ministérios do Trabalho, da Indústria e Comércio e da Educação e Saúde.

A formação do *novo homem* pressupunha também uma especial atenção para com a educação da criança, enxergada como o futuro trabalhador. Novos postulados são definidos para a educação em todo o país, tendo como eixo central a introdução do ensino profissionalizante nas escolas normais e a criação de cursos voltados especialmente ao treinamento da mão-de-obra, muitos deles apoiados na estrutura corporativa de organização dos sindicatos patronais e de trabalhadores.

Por trás de todas estas iniciativas podemos visualizar a necessidade de se garantir a docilidade deste novo modelo de trabalhador, engajando-o no projeto do Estado-Novo. Uma vez afastadas as ameaças de radicalismo e desestabilização social representadas pelos sindicatos anarquistas e comunistas, era necessário construir uma relação saudável entre empregadores e empregados, formando um só organismo, sob a tutela do Estado Nacional. Superada a luta de classes, a nação se apresenta como corpo coeso e disciplinado, dirigido pelo Estado onipresente. Este, por sua vez, era corporificado na venerada figura do Presidente da República. Como já discutimos, o sucesso desta engenharia política do consenso dependia de um vigoroso esforço de

propaganda, capaz de construir no imaginário da população a idéia do líder da Nação como o protetor dos pobres e dos trabalhadores.

A busca da racionalização do trabalho ultrapassa os interesses políticos do Governo, ganhando importância estratégica no projeto de expansão econômica dos empresários industriais. Roberto Simonsen, por exemplo, sustentava que a luta de classes, resultante da opressão do homem perante a máquina, só poderia ser superada através da aplicação de métodos científicos de organização da produção. Não é difícil entrever, no entanto, que por trás do discurso de humanização do trabalho, havia uma forte preocupação com o aumento da produtividade da mão-de-obra, exigência colocada na ordem do dia pela concorrência dos produtos industrializados estrangeiros<sup>95</sup>.

A preocupação do empresariado industrial, principalmente de suas lideranças, com a modernização da produção e o aumento da produtividade através da aplicação de métodos científicos de organização do trabalho reflete-se na criação de cursos e institutos de pedagogia, psicomotricidade e psicologia do trabalho. A tarefa destas novas instituições consistia exatamente no desenvolvimento de métodos “científicos” objetivando o incremento na capacidade produtiva do trabalhador brasileiro. Entre tais iniciativas a mais conhecida foi a fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT - criado por empresários paulistas em 1931.

Neste período, as novas concepções sobre a organização do trabalho começam a atribuir um novo enfoque ao corpo do trabalhador, entendido em sua dimensão física e psicológica. A prática de educação física é introduzida massivamente

---

<sup>95</sup> Na apologia à industrialização, podemos identificar mais uma vez a proximidade de concepções entre capitalistas e anticapitalistas. Não é difícil localizar no discurso de anarquistas e socialistas das mais diversas correntes a defesa do avanço tecnológico como um passo para a libertação do homem, graças à superação do trabalho mecânico, considerado desumano e embrutecedor.

em todas as escolas, segundo o entendimento que o equilíbrio do corpo e da mente é a condição primeira para a inserção do indivíduo na produção. Alcir Lenharo<sup>96</sup> aponta três conceitos básicos presentes nas teses sobre educação física que circulavam na época: a moralização do corpo pelo exercício físico; o aprimoramento eugênico incorporado à raça; a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho.

A implantação da prática de educação física nas escolas torna-se obrigatória durante os anos 30, adotando-se para sua realização, o modelo militar de disciplina. Aqui podemos identificar novamente as similaridades com as concepções dos regimes fascistas da Europa, em uma aproximação que Lenharo conceitua como a “caminhada para uma proposta de docilização coletiva dos corpos e para uma organização compreensiva da sociedade interiormente identificada com a organização militar.”<sup>97</sup>

Não é difícil compreender que estas iniciativas de militarização do corpo, ao propor a transformação do operário em soldado do trabalho, atendiam ao objetivo de aumento da produtividade da mão-de-obra, condição considerada como necessária para o avanço da industrialização. Dissemina-se então, através das instituições governamentais e da poderosa máquina de propaganda oficial, o discurso da valorização do corpo saudável produzido pelas práticas esportivas. Nas escolas e nas fábricas as cerimônias cívicas tornam-se parte do cotidiano, adotando um caráter cada vez mais militarizado. Rituais envolvendo paradas cívicas, desfiles e culto aos símbolos nacionais - incluindo aí a pessoa do Presidente da República - passam a ocupar lugar de destaque no calendário das festividades nacionais.

A deflagração da Segunda Guerra Mundial vem facilitar o emprego da metáfora que identifica o trabalhador como um *soldado da indústria*. Vargas sublinha

---

<sup>96</sup> LENHARO, Alcir. Sacralização da política. São Paulo, Papyrus: 1986. p.77.

em seu discurso a responsabilidade comum de patrões e empregados, verdadeiros *soldados na construção da Nação*. A reafirmação da função regeneradora do trabalho sobre o homem e a sociedade encontra, a partir de então, desdobramentos em todas as esferas do mundo do trabalho, coroando a vitória da nova ordem industrial sobre o caótico mundo de vícios e insubordinação em que viviam anteriormente os trabalhadores brasileiros. O tempo, os movimentos e os gestos do operário são observados com o objetivo de evitar desperdícios e aumentar a produtividade.

São estes os objetos principais das propostas de racionalização do trabalho que, progressivamente, se impalantam no país. As críticas ao *taylorismo*, como já vimos, propõem a superação do maquinismo por uma relação de trabalho mais ética. O Estado-Nação - objetivo final de todo o esforço individual - desempenha o papel de intermediário entre empregados e empregadores, bloqueando a possibilidade da luta de classes. Permanece, no entanto, a preocupação taylorista com a organização científica da produção. O funcionamento das fábricas é minuciosamente acompanhado, diagnosticando-se os desperdícios de tempo e as atitudes de cada trabalhador, com o objetivo de introduzir medidas saneadoras e moralizadoras, capazes de transformá-los em indivíduos saudáveis, dóceis e ambiciosos - portanto mais produtivos.<sup>98</sup>

A este novo tipo de trabalhador, adequado à uma visão positiva da figura do trabalho, corresponde também um novo tipo de patrão. Já não se trata mais daquele chefe identificado como um “capataz” arbitrário e violento, mas sim um empresário moderno e civilizado, preocupado com as condições de vida de seus empregados. Esta

---

<sup>97</sup> LENHARO, Alcir. op. cit. p. 80.

<sup>98</sup> Marilena Chauí chama atenção para o fato de que a racionalização não foi resultado direto da legislação trabalhista, mas sim uma resposta do capital que, encontrando uma classe operária rigidamente organizada pela intervenção das leis sociais, pode aplicar com resultados altamente compensadores os métodos de intensificação do trabalho nas fábricas. (CHAUÍ, Marilena in: DECCA, Edgar de. 1930: silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.23.)

relação “cordial e educada” entre um trabalhador disciplinado e um patrão “moderno e compreensivo” representava a superação da luta de classes no interior das fábricas.

Entre estas novas estratégias de produção estão incluídas as preocupações com a vida fora das fábricas, incluindo a moradia, o lazer, a alimentação, a saúde e a educação das famílias operárias. A reposição das energias é vista como parte do processo de trabalho, exigindo portanto um ambiente saneado para sua realização. A criação do Serviço de Recreação Operária busca responder a tal preocupação com a melhoria da produtividade do trabalhador brasileiro, oferecendo atividades de recreação e esporte para adultos e crianças.

A família operária passa então a ser objeto de especial atenção, sendo alçada à condição de garantia da docilidade do trabalhador no período em que este se encontra fora da fábrica. A qualidade do ambiente externo ao trabalho, principalmente a moradia operária saneada, é condição fundamental para a realização do descanso necessário. A preocupação em se estabelecer uma continuidade entre a fábrica e o meio exterior responde à necessidade de se garantir um ambiente de serenidade e incentivo ao trabalho em qualquer local frequentado pelos operários, seja nos clubes, sindicatos ou no caminho do trabalho para casa.

A concentração de equipamentos urbanos, como escolas, hospitais e equipamentos comerciais, junto às vilas operárias também responde à preocupação com o controle da mão-de-obra através do confinamento, buscando evitar a dispersão e o contato do trabalhador com a perigosa realidade exterior. A implementação destas iniciativas disciplinadoras deixa de ser responsabilidade exclusiva dos patrões, passando, a partir da década de 20, para o âmbito do Estado, sob os cuidados de um corpo burocrático constituído por técnicos especialistas, tais como médicos, engenheiros sociólogos, advogados e arquitetos.

A outra face das iniciativas que buscavam a regeneração do ambiente extra-fábrica foi a adoção de políticas restritivas ao trabalho feminino. A nova família operária, alçada a esteio desta sociedade disciplinada para o trabalho, reserva um papel fundamental à mulher - tanto na educação das crianças como na estruturação de um verdadeiro *lar operário* - condição básica para a reposição das energias do trabalhador industrial. Margareth Rago<sup>99</sup> mostra como se estruturou uma ofensiva moralizadora cujo objetivo era restringir o trabalho feminino, reafirmando a importância do retorno da mulher ao lar para o funcionamento da família operária ideal. A mulher passa então a desempenhar o papel de controladora da vida doméstica, supervisionando as atividades de cada membro da família, regulando cuidadosamente o horário do despertar do marido e da educação das crianças. A alimentação da família e o cuidadoso asseio do lar não poderiam deixar de ser elementos fundamentais para o funcionamento desta estrutura social saudável e disciplinada.<sup>100</sup>

---

<sup>99</sup> RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

<sup>100</sup> Este novo modelo normativo, baseado na imagem da mulher burguesa frágil e abnegada, desenvolveu-se a partir do século XIX. Com a progressiva separação do público e do privado nos espaços da cidade moderna, o trabalho da mulher vai sendo confinado ao doméstico e sua vida pública se reduz à mera representação social nos espaços de convívio social emergentes da cidade, como cafés, teatros e boulevares.

## Capítulo IV

### A vida em função da fábrica

Construída durante o período do Estado Novo, Harmonia representava uma grande oportunidade para o Governo Federal implantar um exemplo de seu novo modelo de estruturação do mundo do trabalho, baseado nos princípios corporativos de superação da luta de classes. O caráter emblemático que reveste toda a iniciativa da construção daquele complexo industrial, com o intensivo apoio do Estado, nos permite compreender a importância conferida pela empresa e pelo Governo Federal para a questão da organização da mão-de-obra. Se a fábrica de Monte Alegre representava um símbolo do avanço do Brasil rumo à modernidade através da conquista do território vazio pela industrialização, o trabalhador das IKPC deveria, obrigatoriamente, ser um espelho destes ideais. Não havia lugar para os vícios e conflitos que corrompiam as massas trabalhadoras das grandes cidades. A preguiça, a sujeira, o vício e a subversão política representavam males que jamais poderiam chegar à Monte Alegre.

O modelo de sociedade fabril implantado pelas Indústrias Klabin em Monte Alegre se insere nos marcos destas propostas para a organização do trabalho e a produção de um novo *trabalhador brasileiro*. Tal preocupação está presente em cada aspecto da estruturação da vida e do espaço urbano de Harmonia. Ao chegar à cidade, após um árduo trajeto, o visitante se rendia ao impacto da moderna estrutura urbana e da tranqüilidade social que contrastavam com a natureza selvagem do entorno.

O contraste de Harmonia com o mundo exterior não se limitava apenas à qualidade da estrutura urbana. Sem perceber, o viajante era submetido a um novo regime disciplinar, assim que entrasse nos limites da cidade. A aparente tranqüilidade

social respondia a uma rede de relações e normas disciplinares, imperceptíveis ao visitante desavisado, obtida graças a um cuidadoso e prolongado processo de normatização da vida dentro e fora da fábrica.

A correspondência da Secretaria Geral, ocupada neste período por Luis Vieira, o engenheiro-chefe, nos permite recompor em seus mais apurados detalhes o processo de montagem deste universo normativo.

Para se compreender como foi constituído este universo restrito é preciso, em primeiro lugar, observar o isolamento que se impunha entre os núcleos fabris e as cidades mais próximas. Ao optar pelo campo como local para a implantação de novos complexos industriais, as empresas buscavam, como já discutimos, atender à uma série de conveniências econômicas, que combinavam a proximidade da matéria e das fontes energéticas com o desejo de evasão à alta carga tributária existente nas áreas urbanas.

Retomando as considerações já desenvolvidas sobre a cidade industrial podemos, no entanto, estabelecer a ligação entre a busca de isolamento dos núcleos fabris e um outro desejo patronal: afastar o contingente de mão-de-obra do perigo representado pelas grandes cidades garantindo, simultaneamente, o total controle sobre a vida dos empregados. tal controle sobre a vida dos operários era então obtido graças ao monopólio da violência e da autoridade, que eram exercidas pela empresa sem qualquer constrangimento nos domínios do núcleo fabril. No caso de Monte Alegre, a atuação do Estado nas funções policiais e jurídicas no interior da Fazenda era tutelada pela empresa, como veremos adiante. O direito de ir e vir, a autorização para o ingresso na propriedade, a utilização das rodovias, a entrada de bagagens ou mercadorias, o acesso à cidade, enfim, tudo o que representava a movimentação e circulação de cargas ou pessoas estava sujeito à autorização da empresa.

Além do exemplo representado pelas cidades-mineiras da Europa, Telma de Barros Correia também relaciona a origem destas práticas de confinamento da mão-de-obra com a tradição brasileira de controle nas fazendas de cana-de-açúcar e café, nas quais o fazendeiro obtinha o domínio sobre os trabalhadores, livre do controle dos poderes sediados nas cidades.<sup>101</sup> Tal confinamento favorecia a implementação de práticas de permanente seleção da mão-de-obra, permitindo a sumária expulsão daqueles que não se enquadravam das disposições disciplinares da fazenda. O monopólio do abastecimento das famílias de trabalhadores também era garantido pelo confinamento, tradição que remonta aos tempos da escravidão, quando os senhores detinham a exclusividade no comércio e distribuição de produtos pessoais e víveres aos escravos e trabalhadores livres de suas fazendas.

Em Harmonia, o único acesso existente para a cidade durante os primeiros 15 anos, era a estrada que chegava de Pirai do Sul, passando por Lagoa e desembocando no extremo norte da Avenida Brasil. Ali, além do posto de abastecimento e da oficina de manutenção de veículos, havia uma guarita com a função de controlar, dia e noite, a entrada e saída de veículos e passageiros na cidade. Mais tarde, outra alternativa de acesso foi aberta pela extremidade sul da Avenida, graças à construção da ponte sobre o Rio Tibagi e da estrada de ligação com a Rodovia do Café. Da mesma forma como na entrada norte, aí também foi instalada uma guarita para controlar o acesso de pessoas e veículos. Tal controle permanece até os dias de hoje, neste que se transformou no único acesso da cidade a partir da construção do contorno rodoviário e o conseqüente fechamento da outra extremidade da Avenida Brasil no início da década de 1980.

---

<sup>101</sup> CORREIA Telma de Barros. Pedra: plano e cotidiano operário no sertão. São Paulo: Tese de doutoramento, USP, 1995. p.123.

O isolamento da Fazenda facilitou muito o controle do acesso à Harmonia. Por um longo período só havia uma estrada de acesso e a cidade mais próxima, Ventania, ficava a 60 Km de distância. Todo o transporte era realizado por veículos da própria Companhia, sob um rigoroso controle da chefia. Em circular de outubro de 1945 a Secretaria Geral estabelece as condições para este transporte:

*Nos veículos só pode viajar pessoal pertencente à Secção a que serve o veículo. O tráfego se encarregará da necessária fiscalização. Verificada a presença de estranhos à Secção a que serve o veículo, este será retido até pronunciamento da Chefia.<sup>102</sup>*

A mesma circular define restritas condições para o transporte de pessoal fora das atividades rotineiras de trabalho:

*Os transportes de passageiros que não sejam por necessidade de serviço ficarão sujeitos a aviso prévio diretamente à Chefia ou ao tráfego que se entenderá com a Chefia em cada caso particular.<sup>103</sup>*

Até 1946 não havia qualquer alternativa de transporte coletivo<sup>104</sup>, interno ou externo à Fazenda, situação que colocava toda a população a mercê do transporte fornecido pela Companhia. Esta ausência de transporte obrigava a população a utilizar a carona em veículos da empresa como a principal forma de locomoção para vencer as grandes distâncias que separavam os próprios assentamentos existentes no interior da propriedade. Tal prática começa a se popularizar, fazendo com que a empresa tome medidas para recuperar o controle sobre o transporte. Em março de 1944, Vieira

---

<sup>102</sup> Circular n° 152 de 08/10/1945. Fonte: CDMK.

<sup>103</sup> Circular n° 152 de 08/10/1945. Fonte: CDMK.

<sup>104</sup> Coincidindo com a democratização do país, após a deposição de Vargas em novembro de 1945, a empresa abre a possibilidade de que terceiros realizem o transporte rodoviário de passageiros. Já em 17 de novembro do mesmo ano o funcionário Waldevino Gomes de Carvalho apresenta à empresa um pedido de autorização para operar uma linha de transporte de passageiros e pequenas cargas entre Curitiba e Harmonia. (Carta de Waldevino Gomes de Carvalho à Luis Vieira em 17/11/1945. Fonte: CDMK)

estabelece a cobrança de passagens nos caminhões da empresa nos trechos Harmonia-Lagoa e Mauá-Lagoa. A cobrança é efetuada através de emissão de guias que contém o nome do passageiro, permitindo que a empresa acompanhe os deslocamentos de cada operário dentro da Fazenda.<sup>105</sup> Fecha-se novamente o cerco sobre a livre movimentação das pessoas.

Se Harmonia não era envolvida por altas cercas, dispositivo comum nos núcleos fabris do mesmo período, a imensidão de campos e florestas desabitados que separavam a Fazenda dos núcleos urbanos constituíam barreira suficiente para desestimular o acesso de pessoas indesejáveis ou a deserção de trabalhadores descontentes.

Neste contexto, o controle dos acessos à Fazenda adquire valor estratégico. Os postos de fiscalização nas entradas da propriedade recebem a incumbência de exercer severa fiscalização sobre a entrada e saída de veículos, cargas e passageiros. Além do Posto de Ventania, na principal entrada da Fazenda, também era possível entrar na propriedade através de balsas, cruzando o Rio Tibagi nas travessias de Harmonia e do Imbauzinho. Supervisionadas pela empresa, estas balsas também se transformaram em posto de controle e fiscalização do ingresso em Monte Alegre.

Com o avanço na estruturação administrativa da Companhia, o controle nestes pontos de acesso vai se tornando mais metódico e rigoroso. A vigilância da Secretaria Geral é cada vez mais estreita, ficando esta com a atribuição exclusiva de emitir autorizações para a entrada na Fazenda de pessoas e veículos estranhos à Companhia.<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> Correpondência da Secretaria Geral nº 214, de 06/03/44

<sup>106</sup> Na circular Nº 90 de 29/09/1944, dirigida aos Residentes e às Chefias de Serviço, regulamentando a “*Entrada de veículos particulares na Fazenda*” Vieira estabelece:

Nem mesmo o Estado ou a Igreja estavam isentos deste rigoroso controle. A entrada de fiscais da Receita Estadual, por exemplo, dependia de autorização expressa da Chefia. O mesmo ocorria com os padres das paróquias vizinhas<sup>107</sup>, reforçando a constatação de que a empresa não abria mão da ampla autonomia que detinha na gestão de seu território.

À medida em que avança o controle sobre o acesso e a circulação, consolida-se um corpo detalhado de regulamentações disciplinares e procedimentos visando garantir a minuciosa verificação dos passageiros e bagagens. Em dezembro de 1945 a Secretaria Geral emite ordem de serviço que define detalhadamente os procedimentos corretos para a fiscalização de veículos e passageiros<sup>108</sup>. Este documento é uma peça esclarecedora sobre o nível de detalhamento a que chegou o controle da empresa e a importância conferida à fiscalização dos acessos na estratégia disciplinar coordenada por Vieira. A entrada de cargas só é permitida em caminhões da Companhia, acompanhada de guia especial fornecida pelas chefias; os veículos particulares só podem entrar com autorização expressa da chefia ou da polícia; as carroças e cargueiros devem ser obrigatoriamente revistados.

Um aspecto em especial chama atenção na leitura deste documento: em seu quarto parágrafo, a ordem de serviço estabelece que

---

*Para seu conhecimento e para dar conhecimento aos seus subordinados comunico que, a partir desta data, as permissões para entrada de veículos particulares na Fazenda dependem de autorização exclusiva da Chefia”*  
(Fonte: CDMK)

<sup>107</sup> Os religiosos que porventura desejassem atravessar a Fazenda ou mesmo desenvolver atividades pastorais no interior da propriedade só o podiam mediante autorização. Mesmo assim, a presença de poderes externos, representada pelo Estado ou pela Igreja não era muito bem vinda. Vieira não oculta esta reserva, por exemplo, na autorização emitida aos redentoristas em 1946:

*O carro dos Snrs. Padres Redentoristas de Tibagi, tem permissão para passagem pela balsa do Imbauzinho, por uma só vez* (grifo nosso). Autorização de 20/05/1946. Fonte: CDMK

<sup>108</sup> Ordem de serviço n° 1267 de 31/12/1945. Fonte: CDMK.

*os operários dispensados só poderão se retirar da Fazenda mediante apresentação da declaração escrita do chefe do serviço respectivo, de que sua bagagem só contém artigos pertencentes aos próprios.*

Os cuidados com o controle da mão-de-obra ultrapassam assim o quadro ativo de funcionários, chegando ao detalhe de verificar as condições em que ocorria a saída dos demitidos.

A preocupação da empresa se concentrava, também, sobre os estranhos ao seu corpo de empregados. A constituição de um universo fabril imune aos males que infestavam as grandes cidades exigia o total controle sobre as influências externas, capazes de contaminar corpo de trabalhadores disciplinados com o vírus da desordem. Em ordem de serviço dirigida ao posto de fiscalização de Ventania, o Eng<sup>o</sup> Zappert, que substitui interinamente Vieira, reforça a necessidade de rigor no controle sobre o ingresso de desconhecidos:

*Recomendo fiscalização rigorosa de todos os viajantes que entrarem na Fazenda, devendo os mesmos esclarecerem os respectivos nomes e local para onde se destinam.*

*Não há vaga para serviço em Monte Alegre e conseqüentemente não é permitida a entrada de pessoal que procura serviço.*

*Apenas aos empregados da Companhia e às respectivas famílias é permitida a entrada. Em casos de dúvidas, recomendo entendimento telefônico com a Chefia ou Escritório do Pessoal antes de permitir a continuação da viagem.*<sup>109</sup>

A verificação das cargas e bagagens também atendia a relevantes interesses da empresa. Como veremos mais à frente, havia um estrito controle sobre a origem dos víveres e produtos de uso pessoal que ingressavam na Fazenda, pois à Companhia era reservado o monopólio na organização do abastecimento da população com a venda de produtos através dos armazéns da Cooperativa. A instrução aos postos de fiscalização era, portanto, a de impedir a entrada de produtos que já eram comercializados na própria Cooperativa.<sup>110</sup> Os produtos e bens de consumo não disponíveis nos armazéns da empresa só podiam ser trazidos de fora em veículos da própria Companhia, o que também lhe garantia o controle sobre os gastos e hábitos de consumo de todos os moradores da cidade.

O transporte de bebidas alcoólicas, cujo consumo era proibido no interior da Fazenda, estava submetido a um controle ainda mais rigoroso. Em muitos casos a repressão ao contrabando de bebidas fornecia a justificativa para a realização de minuciosas revistas nas cargas particulares. Vieira não deixava dúvidas quanto aos procedimentos que deveriam ser adotados em tais vistorias:

---

<sup>109</sup> Ordem de Serviço do Diretor Técnico, Karl Zappert, ao posto de Ventania em 19/03/1946. Fonte: CDMK

<sup>110</sup> Em correspondência dirigida ao responsável pelo setor de transportes da empresa, Vieira enfatiza:

*Chamo a sua atenção para os transportes de cargas particulares. Os motoristas não podem em absoluto receber cargas particulares para transporte a não ser que lhes sejam entregues oficialmente pelos encarregados do depósito. Qualquer desobediência nesse sentido será castigada.* (Ordem de Serviço nº 03 de 02/01/1944)

Em Ordem de Serviço enviada posteriormente aos postos fiscais, o engenheiro-chefe volta a demonstrar a sua preocupação com o tema das cargas particulares:

*Recomendo outrossim instruir o mesmo encarregado sobre a proibição de entrada na fazenda de artigos existentes na Cooperativa, conforme circular nº 149, de 22/08/45* (Ordem de Serviço nº 889 de 24/08/1945. Fonte: CDMK).

*Recomendo determinar ao encarregado do Posto do Alegre o máximo rigor na repressão do contrabando de bebidas alcoólicas, procedendo vistoria em todos os veículos suspeitos que passarem por aquele Posto, quer particulares, quer os da Companhia, com procedência de Pirai ou de Curitiba.<sup>111</sup>*

Controle, registro, fiscalização e revista, tanto na entrada como na saída. Postos de fiscalização nas porteiras e nas balsas. Nada escapa à vigilância da Companhia, que estabelece progressivamente um verdadeiro cerco a todos os acessos possíveis da Fazenda.

Garantido o controle e a triagem no acesso ao núcleo fabril, a empresa pode então se dedicar a outra tarefa necessária para a constituição de um corpo disciplinado de trabalhadores: o estabelecimento de um criterioso processo de seleção da mão-de-obra.

Como já mencionamos, a região onde está situada a Fazenda Monte Alegre apresentava, no final dos anos 30, densidades populacionais extremamente baixas. Os poucos trabalhadores que viviam nos Campos Gerais não apresentavam qualquer familiaridade com o trabalho fabril, visto que a economia paranaense apoiava-se fundamentalmente na produção agropecuária. Apresenta-se então um grande desafio a ser superado para o funcionamento da fábrica: a constituição do contingente de mão-de-obra necessário à operação do complexo industrial papelero. O recrutamento de trabalhadores em outras regiões do país exige o estabelecimento de regras para a seleção e enquadramento destes contingentes heterogêneos de trabalhadores.

Murad e Zylberman descrevem que na Europa se constitui um verdadeiro “mito da formação do homem novo”, um trabalhador originário das populações miseráveis dos campos e dos pardieiros das grandes cidades, responsável pela povoação dos sertões vazios e desabitados. Perdendo os vínculos geográficos ou culturais, este novo trabalhador é maleável, adaptando-se sem resistências às

---

<sup>111</sup> Ordem de Serviço nº 171 de 24/03/1946. Fonte: CDMK.

imposições da organização do trabalho fabril, como uma criança, cujo caráter ainda está para ser definido.<sup>112</sup>

Na consolidação de Harmonia, este é um aspecto onde a atuação da Secretaria Geral foi fundamental. O estabelecimento de regras para a regulamentação da vida do trabalhador recém-chegado proporcionou à empresa um poderoso instrumento para a implantação de um processo constante de seleção dos trabalhadores. A própria organização e a disciplina de trabalho já cumpria parcela importante deste esforço de seleção. Os funcionários que não obedecessem as determinações da chefia - leia-se Secretaria Geral - estavam sujeitos a um amplo espectro de punições que variavam desde advertências até a demissão, passando por multas e suspensões do trabalho sem vencimentos.

Todas as medidas disciplinares estavam submetidas à aprovação do engenheiro-chefe. Segundo as *Instruções para o serviço de Pessoal*, a Chefia detinha a prerrogativa exclusiva de estabelecer as punições.<sup>113</sup> Posteriormente, com o início de operação da fábrica e o conseqüente aumento da população, o poder de punição também foi delegado a auxiliares da Chefia. Obedecendo à estrutura de mando estabelecida na em Monte Alegre, os Ajudantes de Chefia e Residentes, auxiliares imediatos do engenheiro-chefe nas residências de Harmonia - quando o escritório central ainda estava situado em Lagoa - e Mauá, contavam com autonomia para conceder aumentos salariais e impor penas disciplinares, incluindo até a demissão

---

<sup>112</sup> MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. op. cit. p.103.

<sup>113</sup> Em seu artigo oitavo, sob o título "Penalidades" as *Instruções* definem:

*As penalidades são privativas da Chefia que providenciará, por intermédio da Seção de Pessoal, em face das propostas dos chefes de serviço. (Instruções para o Serviço de Pessoal. Sem data. Fonte CDMK)*

por motivo grave. Todas as decisões tomadas por estes auxiliares deviam, no entanto, ser imediatamente submetidas à ratificação da Chefia.<sup>114</sup>

A extensão dos poderes da Chefia não significava, porém, que o sistema de punições era aplicado de forma arbitrária ou despótica, segundo o humor do engenheiro-chefe. Existiam procedimentos criteriosamente definidos com o objetivo de conferir uma aparência de legalidade jurídica ao sistema de punições, envolvendo a garantia do direito ao interessado de ter ciência da pena e a possibilidade de recurso, por escrito, ao engenheiro-chefe. Estes procedimentos não colocam, porém, em questão o poder da Chefia, que permaneceu por muito tempo com o monopólio exclusivo da prerrogativa de definir punições disciplinares.<sup>115</sup>

---

<sup>114</sup> A Ordem de Serviço que estabelecia as “Atribuições do Ajudante de Chefia e dos Residentes” não deixa dúvidas quanto ao alcance e o poder da autoridade do Engenheiro-chefe em todos os assuntos que dizem respeito à ordem e à disciplina na Fazenda. Entre as principais atribuições daqueles cargos estava

*(...) comunicar as ordens de serviço expedidas pelo Engenheiro-chefe aos interessados através de circulares (...) em caso de ordem verbal da Chefia, as circulares deverão declarar preliminarmente “De ordem do Engenheiro-chefe”.*

Na mesma Ordem de Serviço fica estabelecido que os ajudantes de chefia poderiam “*aplicar penas disciplinares inclusive demissão por motivo grave e por proposta dos chefes de serviço*” bem como “*fiscalizar e orientar os serviços de disciplina dentro da Fazenda, em harmonia com os chefes de serviço*”.

Em caso de punição, no entanto,

*“deve ser dado conhecimento imediato ao Engenheiro-chefe das penas impostas”* (Ordem de Serviço sobre Atribuições do Ajudante da Chefia e dos Residentes, de 28/05/46. Fonte: CDMK).

<sup>115</sup> A Circular nº 114, de 01/03/1945 estabelecia os procedimentos para aplicação de penas disciplinares:

*Sendo critério invariável da Chefia ouvir os interessados em caso de penalidade, recomendo sejam observadas rigorosamente as seguintes determinações:*

- As penalidades devem ser propostas pelos encarregados de serviço, diretamente à Chefia;*
- Não serão aceitas as propostas de transferência a título de penalidade; essa medida será tomada pela Chefia quando julgada oportuna, conveniente ou necessária;*

*As propostas de penalidade devem esclarecer si se trata de primeira falta e historiar os detalhes da ocorrência que deu lugar à proposta;*

A julgar pela correspondência da Secretaria Geral, a aplicação de tais penalidades é freqüente e rigorosa. Muitos são os registros de multas, suspensões e demissões aplicadas e justificadas pessoalmente pelo próprio Vieira. Em alguns casos, as punições se revestem de um caráter claramente pedagógico. O funcionário Carlos Scheel, por exemplo, foi condenado a pagar a reposição de uma taça de propriedade da empresa por ele quebrada. Não concordando com o preço cobrado pela peça, o empregado recorre à Chefia. O caso parece ter um importância banal, quase irrelevante. No entanto, ao ler a justificativa da punição, podemos compreender a intenção pedagógica do engenheiro-chefe ao impor a medida:

*Em referente à reclamação sobre o preço cobrado pela taça quebrada esclareço que, de acordo com as informações obtidas, trata-se de um ato cometido deliberadamente e nesse caso o preço não representará apenas o valor do objeto mas também certa satisfação à Administração de Monte Alegre, sempre pronta a atender as justas reclamações feitas em tempo oportuno e de forma aceitável.<sup>116</sup>*

O caráter educativo das penas disciplinares tem como objetivo, segundo Foucault, a interiorização da disciplina, de forma similar como ocorre no modelo *Panóptico* de Bentham: quando o vigilante se ausenta, o vigiado segue se comportando como se o seu algoz permanecesse no posto de observação. O castigo disciplinar, ainda segundo Foucault, tem como função a redução dos desvios de comportamento, devendo portanto ser constituído de medidas com caráter essencialmente *corretivo*. A punição faz parte, conseqüentemente, de um duplo sistema: *gratificação-sanção*.<sup>117</sup> Esta

---

- As propostas devem ser comunicadas imediatamente aos interessados diretamente pelos encarregados de serviço, devendo servir para isso o próprio memorandum da Chefia, no qual o interessado porá o "ciente";

- Os interessados se justificarão por escrito perante a Chefia dentro de 24 horas, findo este prazo a Chefia considerará como liquida e definitiva a proposta. (Fonte: CDMK)

<sup>116</sup> Carta da Chefia a Carlos Scheel em 20/06/1945. Fonte: CDMK

<sup>117</sup> FOUCAULT, Michel. op. cit. p.160-161

é, segundo o raciocínio do autor, a utopia disciplinar da sociedade industrial: a sujeição antecipando-se à punição.<sup>118</sup>

O engenheiro-chefe reconhece o arrependimento daqueles que, frente à vigilância da empresa, assumem a falta cometida. Nestes casos, Vieira adota uma postura de clemência, reduzindo as penalidades impostas. Um exemplo ilustrativo está na aplicação de multa a um motorista da Companhia que desrespeitou as normas de transporte de mercadorias. Na justificativa disciplinar ao chefe da Seção de Transportes o engenheiro-chefe esclarece:

*O motorista Damas permitiu o transporte de carga particular contendo bebida alcoólica e deve ser multado em Cr\$ 20,00 não sofrendo penalidade maior porque tomou a iniciativa de comunicar o contrabando logo que teve conhecimento do que a carga continha.<sup>119</sup>*

O arrependimento passa a ser uma atitude comum no ambiente disciplinar de Monte Alegre. A autoridade onipresente do engenheiro-chefe impõe um estado de vigilância constante, onde qualquer erro é motivo de censura. Nem os auxiliares mais diretos do Chefe escapam da permanente cobrança. Na maioria das vezes, o arrependimento se antecipa à própria advertência. O engenheiro Caiuby, por exemplo, ao constatar um desfalque feito por funcionário cuja honestidade já havia sido questionada por Vieira, escreve, constrangido, uma carta pessoal ao superior:

*Dou as mãos a palmatória. O senhor tinha carradas de razão quando dizia que o Joel não prestava e que eu iria me arrepender. Já estou arrependido. Despedi-o ontem<sup>120</sup>*

---

<sup>118</sup> "Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. (...)Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho". in: FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1994. P.177.

<sup>119</sup> Correpondência de Vieira a Albino Romeiro, da Seção de Transportes, em 03/01/44. Fonte: CDMK.

<sup>120</sup> Carta de Abelardo Caiuby a Luis Vieira em data desconhecida. Fonte: CDMK.

É o triunfo da disciplina: a interiorização da norma antecipa-se à punição. O temor ao engenheiro-chefe, às regras e penalizações, coloca em movimento uma máquina disciplinar de alcance muito mais amplo que o próprio olhar vigilante da Chefia e de seus auxiliares.

Paralelamente à punição e exclusão dos indivíduos que não se enquadravam nos padrões desejados de comportamento, a empresa exercia outra forma de seleção sobre os trabalhadores, através da realização de exames qualificatórios para admissão de novos empregados. Sob o nome de *Exame intelectual para candidatos a emprego*<sup>121</sup> esta triagem torna-se obrigatória a partir do momento em que se aproxima o início da operação da fábrica, quando a seleção de operários já se realizava na perspectiva de conformar o contingente definitivo de mão-de-obra para a indústria. Os bons trabalhadores são recrutados, treinados e educados; os maus, excluídos, estabelecendo-se desta forma um contínuo processo de seleção com o objetivo de conformar o *bom operário*.

Fecha-se assim o círculo do controle sobre a mão-de-obra. De um lado, o isolamento geográfico e a fiscalização dos acessos; de outro, as normas e punições disciplinares; por fim, o exame e a triagem no momento da contratação. O processo de isolamento, retenção e seleção da mão-de-obra fabril consolida em Harmonia o caminho para a constituição de um *novo trabalhador*.

### **As tecnologias para um ambiente saneado.**

---

<sup>121</sup> Na Circular nº 200, de 11/11/1946 Vieira determina normas para o exame intelectual, estabelecendo que sua realização é de competência exclusiva da Seção de Pessoal, devendo ser realizado sempre nos dias 10 e 25 de cada mês.

Para que o ideal de trabalhador desejado pela indústria se torne uma realidade é necessário que, uma vez selecionado e isolado, o operário receba alojamento em um ambiente sadio, onde não se reproduzam as mazelas das cidades perigosas e insalubres. A constituição de um *habitat operário*, como abordamos no capítulo I, foi a estratégia utilizada pelas empresas na busca de um ambiente saudável e controlado. Especialmente, como descrevemos, Harmonia segue os preceitos das tecnologias urbanas desenvolvidas para as cidades fabris mais avançadas de sua época: afastamento entre as casas, largas avenidas, ruas com traçado em curva, áreas verdes generosas. A preocupação constante com a higiene e o saneamento garante a ventilação e a insolação das casas - graças ao espaçamento - combinadas a um eficiente sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto.

A constituição de um *habitat operário* reformado não se limita, no entanto, à implantação de uma estrutura urbana saneada. Zylberman<sup>122</sup> define o *habitat* como o *espaço estabilizado* que tem por objetivo organizar e educar o operário com vistas ao trabalho fabril. Para tanto, além do suporte físico, as empresas desenvolvem um complexo conjunto de mecanismos normativos e disciplinares com o propósito de disciplinar o conjunto de trabalhadores necessários à produção.

Em Harmonia, a Secretaria Geral cumpre com competência a atribuição de estabelecer as regras balizadoras da vida fora da fábrica. À medida em que a estrutura urbana se torna realidade e a população definitiva vai se estabelecendo nas moradias construídas pela empresa, o engenheiro-chefe determina, através de circulares e ordens de serviço, os detalhes do funcionamento da cidade e as regras de comportamento para a nova comunidade. A rígida organização da produção aplicada no interior da fábrica é estendida para a cidade, de forma a permitir a cada indivíduo o pleno conhecimento de qual o lugar e as responsabilidades que lhe cabiam naquela estrutura.

---

<sup>122</sup> MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. op. cit. p.106.

Coube à habitação um papel importante nesta estratégia estabilizadora. Como já mencionamos, a oferta de moradia era um componente fundamental na estratégia adotada pela empresa para a atração de mão-de-obra, nos primeiros anos de construção da fábrica. A importância da habitação ultrapassava, no entanto, as estratégias de atração, servindo também como importante mecanismo de retenção dos trabalhadores.

A solução adotada para atender a questão habitacional em Harmonia fundamentava-se na construção de três modalidades básicas de moradia. Os funcionários com família completa eram alojados em residências isoladas, de acordo com o grau de especialização ou o posto que o chefe da família ocupava na estrutura da empresa. Uma parcela considerável das moradias isoladas também foram utilizadas, durante os primeiros anos, como alojamento coletivo para operários sem família, constituindo verdadeiras “repúblicas”. A terceira modalidade de alojamento era composta de hotéis, pensões e dormitórios operários, onde a empresa acomodava os trabalhadores solteiros ou aqueles que haviam deixado suas famílias na cidade de origem.<sup>123</sup>

Em toda a correspondência da Secretaria Geral está presente a referência ao problema da falta de moradias na Fazenda. Esta carência de alojamento pode explicar os motivos pelos quais a empresa contraria, nos primeiros anos de implantação, um dos principais cuidados adotados pelas indústrias na conformação de um ambiente operário estável: a restrição à presença de trabalhadores solteiros.

O solteiro é considerado como um elemento instável, representando uma constante ameaça à moralização do espaço fabril por não estar vinculado a um núcleo

---

<sup>123</sup> Segundo a Circular nº 173, de 22/02/1946, que estabelecia o “Regulamento para a Concessão de Moradias”, as casas de Monte Alegre se destinavam a três finalidades: a) *Empregados da Companhia e Colonos* b) *Empreiteiros e Concessionários* c) *Hotéis e Pensões* Fonte: CDMK.

familiar. Sua sexualidade ativa também representa um fator de desestabilização ao esforço que procurava limitar a atividade sexual a um papel exclusivamente reprodutivo no interior dos limites da família operária. A literatura sobre os núcleos fabris do século XIX apresenta uma extensa série de exemplos de empresas que adotam medidas rígidas para garantir o controle, ou mesmo a exclusão dos solteiros do ambiente moralizado.

Murad e Zylberman<sup>124</sup> analisam como se desenvolveu a visão segundo a qual os trabalhadores solteiros representavam uma ameaça ao habitat pacificado, por constituírem um contingente de mão-de-obra nômade, sem vínculos permanentes. A eles eram atribuídos uma série de atributos negativos, como os de indivíduos desordeiros, agitadores e promíscuos. As iniciativas de estabilização do trabalhador solteiro lançam mão, a partir de então, da família como instituição moralizadora e estabilizadora.

Contrariando os exemplos acima, na Harmonia dos primeiros anos os solteiros não só eram admitidos, como representavam um alívio para o problema da moradia. Uma família exigia, para seu conveniente estabelecimento, a construção de uma casa isolada; já os solteiros podiam ser alojados em habitações coletivas. Samuel Klabin nos dá um exemplo desta preocupação, em correspondência a Vieira sobre a contratação de novos eletricitistas em São Paulo:

*(...) Todos estes são casado e tem família, mas seriam dispostos para vir para Monte Alegre, por enquanto sem a família. Pedimos a V. S. de nos comunicar se tem quartos separados numa pensão para alojar os eletricitistas.<sup>125</sup>*

A prioridade conferida à contratação de trabalhadores solteiros é, no entanto, uma postura consciente, adotada em caráter temporário. O próprio Vieira

---

<sup>124</sup> MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. op. cit. p.203.

<sup>125</sup> Carta de Samuel Klabin a Luis Vieira em 21/05/1943. Fonte: CDMK.

esclarece, em correspondência aos diretores de Klabin, as dificuldades que estava enfrentando com este tipo de mão-de-obra:

*(...) Acresce ainda que só o operário casado permaneceu no serviço; o solteiro é inconstante.<sup>126</sup>*

Ao comparamos o padrão das moradias construídas pela Companhia na cidade de Harmonia com as habitações proletárias das grandes cidades brasileiras na mesma época, nos defrontamos com um grande contraste. Tomemos como exemplo a descrição de um cortiço da capital Federal, feita por Everardo Backheuser, autor de um trabalho clássico sobre as habitações populares no Rio de Janeiro, em 1905:

*Pequenas casinhas de porta e janela, alinhadas, contornando o pátio, são habitações separadas, tendo a sua sala da frente ornada de registros de santos e anúncios de cores gigantes, sala onde se recebem visitas, onde se come, onde se engoma, onde se costura, onde se maldiz dos vizinhos, tendo também a sua alcova quente e entaipada, separada da sala por um tabique de madeira, tendo mais um outro quartinho escuro e quente onde o fogão ajuda a consumir o oxigênio envenenando o ambiente. Dorme-se em todos os aposentos.<sup>127</sup>*

Mais além dos aspectos sanitários e urbanísticos, amplamente discutidos nos capítulos anteriores, pode-se notar, através dos contrastes entre as duas realidades, um processo de diferenciação dos espaços no interior da moradia operária.

O modelo das casas-padrão construídas em madeira para as famílias operárias de Harmonia era composto de seis aposentos: sala, dois quartos, copa, cozinha e banheiro. Na porção frontal havia uma pequena varanda. Em caso de ascensão do funcionário, a Companhia poderia construir, posteriormente, uma edícula na parte posterior do terreno, contendo lavanderia e quarto de empregada.

---

<sup>126</sup> Correspondência de Luis Vieira à Diretoria, em 27/12/43. Fonte: CDMK.

<sup>127</sup> BACKHEUSER, Everardo. Habitações populares. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. in: CHALLHOUB, Sidney. Cidade Febril. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 38.

A análise da planta destas casas pode ser melhor compreendida se analisarmos o processo de especialização dos espaços internos por que passou a moradia operária nos séculos XIX e XX. À medida que a família é alçada à condição central na estratégia de estabelecimento de um habitat operário estável, começam a ser definidos os espaços necessários para a constituição deste *lar operário*. Se até o século XIX uma família de artesãos ou operários trabalhava, comia e dormia em um único ambiente, os arquitetos reformadores começam a impor, a partir de então, uma especialização dos espaços, criando ambientes específicos para o convívio, o descanso, a higiene e a alimentação. O trabalho, com o advento da fábrica, já havia sido desvinculado da moradia. A casa permanece, no entanto, como o espaço para o trabalho doméstico da mulher, que tem sua vida vinculada ao lar, a serviço dos homens e dos filhos. Para o melhor desenvolvimento das atividades domésticas, são reservados ambientes apropriados: a cozinha e a lavanderia.

Esta diferenciação, além de organizar os espaços para o trabalho doméstico, atende ao propósito de estabelecer uma *intimidade operária*, ao exemplo do que havia ocorrido com o interior da moradia burguesa. Sempre que possível, o quarto dos pais é separado do quarto dos filhos. São criados ambientes de ligação e circulação, de forma que o acesso a um quarto não ocorra através de outro. Cria-se então o espaço individual, atendendo a um triplo desejo de intimidade *familiar, conjugal e pessoal*.<sup>128</sup> Simultaneamente a esta separação, ocorre um crescimento da aversão ao contato dos corpos, à promiscuidade, ao amontoamento.

O surgimento do banheiro privativo, espaço especializado da higiene, separado das demais atividades da casa, atende também à busca da individualização,

---

<sup>128</sup> PERROT, Michelle. Maneiras de morar. in: História da vida privada. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. Vol. 4, p.320.

através da criação de um ambiente onde os cuidados de limpeza ocorram sem nenhum testemunho.<sup>129</sup>

Voltemos a Harmonia. À medida em que sobe o nível do funcionário na hierarquia da fábrica, aumenta a qualidade construtiva e o tamanho dos espaços da moradia a ele conferida. A casa-tipo para os mestres, por exemplo, era construída em alvenaria, contando também com um terceiro dormitório. Continuam os cuidados na organização dos ambientes, verificados na casa para operário: os dormitórios têm acesso independente, o banheiro abre para um pequeno hall e a cozinha tem uma porta permitindo a saída direta para o quintal. Devido à declividade dos terrenos, a maioria das casas, incluindo as do modelo para operário, contavam com um espaçoso porão dentro do embasamento, que era construído em alvenaria de pedra. A utilização destes espaços extras era organizada pela própria companhia. Em relatório de vistoria às obras da cidade, Vieira ordena medidas de economia ao engenheiro Caiuby, envolvendo o acabamento dos porões :

*Avenida - Nº 10 - Há extrema urgência na utilização dessa casa. Não se fechará o porão. (...) Não se fará assoalho de tacos no porão cujo piso ficará em cimento desempenado. Queira informar o prazo de conclusão.<sup>130</sup>*

Constitui-se desta forma, o espaço necessário ao estabelecimento da uma *intimidade operária*, baseada no modelo da família estável. As atividades do convívio familiar são então recolhidas para o interior das casas, protegidas pelas paredes, organizadas pelo espaço diferenciado. A rua deixa de ser o espaço do convívio, restringindo-se cada vez mais à sua função de circulação.

---

<sup>129</sup> A higiene popular era uma constante preocupação da burguesia industrial do século XIX, que desenvolve teorias fisiológicas para justificar a necessidade da limpeza do corpo. A criação de banheiros privativos de cada moradia é, no entanto, uma evolução nas concepções sanitárias dos empresários, que até o final do século não se dispunham a arcar com o custo destas instalações.

Com o aumento da população, à medida em que se aproximava a conclusão das obras da fábrica, a administração do problema da moradia vai tornando-se uma atividade cada vez mais complexa, levando Vieira a criar o cargo de *Fiscal Residente de Moradia*, cuja atribuição era *superintender a distribuição de residências, fiscalizar sua utilização e conservação, zelando nessas atribuições pelos interesses da Companhia.*<sup>131</sup>

Esta fiscalização era exercida com minúcia. Ao receber uma casa para habitar com sua família, o operário era obrigado a firmar um termo de responsabilidade comprometendo-se a reembolsar as despesas que porventura a Companhia realizasse com reparos no momento da devolução. O *Regulamento para a concessão de moradias* estabelecia também a execução de vistorias periódicas pelo Serviço de Administração de Moradias em todas as casas *afim de providenciar as modificações e instalações que se fizerem necessárias e corrigir as alterações porventura feitas pelo morador sem autorização, organizando neste caso as contas ou orçamentos de despesas para a necessária cobrança.*<sup>132</sup>

As casas, construídas segundo modelos pré-estabelecidos, eram submetidas posteriormente a diversas modificações internas com o propósito de adaptá-las às necessidades concretas de cada família operária. Mesmo levando em conta que tais modificações só poderiam ser executadas com a autorização expressa do Serviço de Moradias, elas representavam uma adaptação do espaço padronizado da empresa para as características particulares dos moradores. Talvez por este motivo é que só eram autorizadas modificações no arranjo do espaço interior, sem alterar o perímetro externo da casa. A possibilidade de que tais adaptações se tornassem uma

---

<sup>130</sup> “Estado geral das obras da cidade em 12 do corrente”. Relatório de Luis Vieira dirigido ao Engenheiro Caiuby em 19/06/1944. Fonte: CDMK.

<sup>131</sup> Circular nº 188 de 23/04/1946. Fonte: CDMK.

prática comum, fugindo portanto ao controle da empresa, causava preocupação à Chefia. O *Regulamento* tratava com rigor desta questão:

*Além do pagamento das despesas resultantes das correções (...) o morador ficará sujeito as medidas disciplinares e legais que o caso exigir, cabendo a "Administração de Moradias fazer a necessária proposta à Chefia."<sup>133</sup>*

No início, a própria Companhia realizava tais adaptações, arcando com as despesas de material e mão-de-obra. Há que se levar em conta que durante muitos anos a empresa deteve o monopólio do fornecimento de material de construção na Fazenda, não autorizando a abertura de nenhum estabelecimento de comércio deste ramo dentro da propriedade. O custo da compra de material em Ventania ou Pirai do Sul era proibitivo para o nível de renda dos operários com o agravante de que o transporte até Harmonia estava sujeito ao rigoroso controle de cargas na entrada da Fazenda, o que tornava praticamente impossível a realização de reformas nas casas sem o conhecimento da empresa. Com o aumento de solicitações para que a companhia realizasse adaptações nas casas, Vieira estabelece que as despesas com mão-de-obra para as reformas passam a ser encargo dos próprios moradores, ficando o fornecimento de materiais ainda sob reponsabilidade da Companhia.

Sendo a única alternativa legal para viabilizar a adaptação das moradias, multiplicam-se os pedidos de autorização à Adminsitração de Moradias para a realização de reformas. Os termos destas correspondências ilustram o grau de respeito e temor dos trabalhadores para com as instâncias de chefia, graças ao alcance do poder que estas exerciam sobre as condições de vida da população. Vejamos, por exemplo, a correspondência do mecânico encarregado da Oficina de Veículos de Emergência ao Administrador de Moradias. Após uma série de saudações e formalidades, o operário

---

<sup>132</sup> Circular nº 173, de 22/02/1946. Fonte: CDMK.

<sup>133</sup> Circular nº 173, de 22/02/1946. Fonte: CDMK.

solicita a instalação de *agua quente e forninho* na casa em que reside. Justifica o seu pedido pelas exigências de sua função:

*Como mecânico encarregado da oficina de emergência de Harmonia , sujeito a atender até tardias horas da noite reparos em veículos da Cia.*

Como que não confiando apenas nos argumentos funcionais, acrescenta em seguida razões familiares:

*Minha Senhora recém operada em estado de convalescença e com duas creanças.*

O primeiro argumento parece ter revelado maior eficácia perante uma Chefia, interessada em incentivar a hierarquia da produção. Em seu despacho ao Administrador Geral, o Administrador de Moradias observa:

*Trata-se de empregado de certa categoria e por este motivo sou favorável ao que pede.<sup>134</sup>*

Além de ilustrar o controle da autoridade empresarial sobre os detalhes da moradia, o episódio acima nos permite uma amostragem das condições espartanas de habitação nos primeiros anos de Harmonia. Mesmo tomando em conta o rigor do inverno na região, a maioria das moradias operárias não contavam com nenhum sistema de aquecimento de água para o banheiro.

As casas construídas pela Companhia eram cedidas aos trabalhadores por prazos fixos, determinados em contrato, mediante o pagamento de uma taxa de aluguel, compatível com os vencimentos pagos pela empresa.<sup>135</sup> O valor do aluguel era

---

<sup>134</sup> Correspondência de Alexandre Collares Marques Filho, encarregado da oficina mecânica de veículos de emergência em Harmonia, para José Luis Vieira, Administrador de Moradias, em 20/08/1947. Fonte: CDMK.

<sup>135</sup> O preço do aluguel era compatível com os rendimentos de um operário, não chegando a comprometer 10% da renda familiar. Em 1946, por exemplo, os aluguéis variavam de Cr\$ 100,00 para uma casa de alvenaria na Avenida Brasil até CR\$ 40,00 para uma casa de madeira situada nas ruas periféricas. No mesmo período o salário de um engenheiro era de CR\$ 5.000,00 e um operário especializado recebia em torno de Cr\$ 700,00 por mês.

estabelecido pela Administração de Moradias segundo as dimensões e características construtivas de cada casa.

De forma semelhante como ocorria na maioria dos núcleos fabris e vilas operárias cujas casas eram de propriedade da empresa, em Harmonia a demissão do emprego na Companhia trazia como consequência a perda imediata do direito à moradia. Este era um instrumento de dissuasão e controle extremamente eficaz, utilizado com frequência pelas empresas que construíam moradias operárias junto às suas fábricas. Devido ao isolamento da Fazenda, o operário demitido das Indústrias Klabin não encontrava qualquer alternativa de emprego ou mesmo alojamento que lhe permitisse permanecer na região. Neste aspecto, a postura da Secretaria Geral era inflexível, não deixando margem à dúvidas. São muitos os exemplares de cartas encontrados na documentação pesquisada para ilustrar o procedimento sumário de despejo que se seguia à dispensa do funcionário. Em geral a comunicação era lacônica, resumindo-se a duas linhas:

*Por estar a Companhia necessitando da casa onde reside, recomendo desocupá-la dentro de três dias.*<sup>136</sup>

O déficit de moradias representava um elemento de constante pressão sobre a administração da fábrica. À medida em que as necessidades de pessoal aumentavam, a demanda de novas residências crescia.<sup>137</sup> Se a utilização de soluções provisórias de alojamento em galpões coletivos ou pensões de solteiros não poderia prosseguir indefinidamente, o custo da construção das novas casas representava um encargo orçamentário que nem sempre era aceito pela diretoria do Grupo. A administração desta demanda habitacional começa se tornar assunto complexo, exigindo a freqüente intervenção da Chefia. Em circular complementando o

---

<sup>136</sup> Correspondência de Luis Vieira a Lourival dos Anjos em 05/06/1945. Fonte: CDMK.

Regulamento de Moradias, Vieira proíbe, terminantemente, a realização de acordos informais envolvendo a permuta de moradias entre os próprios empregados. As instruções da Chefia sobre a transferência ou permuta de casas também não podiam ser questionadas pelos empregados, sob a pena de demissão.<sup>138</sup> Orientada por estas instruções, a Administração de Moradias realiza um periódico e detalhado trabalho de vistoria e cadastro das casas, verificando o número, grau de parentesco e vínculo funcional dos moradores, bem como o estado de conservação de cada unidade. Constitui-se a partir de então um verdadeiro universo documental composto de informações e dados sobre a utilização das moradias, permitindo o rigoroso controle da empresa sobre a forma como vive cada família na cidade. Entre as atribuições definidas por Vieira para a Administração de Moradias de Harmonia constava:

*Compete ao administrador geral percorrer mensalmente as moradias de Harmonia anotando o estado de conservação de cada uma, advertindo os moradores pelo mau uso, aconselhando-os no sentido da manutenção higiênica e cuidadosa.*<sup>139</sup>

As alterações externas à moradia, como já vimos, não eram permitidas. Havia uma constante preocupação com a manutenção da aparência uniforme e

---

<sup>137</sup> Segundo os censos realizados a pedido do engenheiro-chefe, a população de Harmonia, incluindo a cidade e o acampamento de montagem da fábrica, saltou de 2.224 habitantes em 1943 para 4.104 em 1946.

<sup>138</sup> Em circular complementar ao *Regulamento de Moradias*, o engenheiro-chefe estabelece regras para a transferência de moradias:

*1º Só se atenderão as transferências ou permutas de moradias quando forem propostas pelos chefes de serviço, à Administração de Moradias, dependendo porem da aprovação da Chefia.*

*2º Determinada a transferência ou permuta de residência, os ocupantes não poderão se recusar a cumprir a providência, sob pena de suspensão e de demissão em caso de reincidência.*

*3º As moradias vagas serão concedidas mediante propostas escritas dos chefes de serviço à Administração de Moradias cabendo a esta comunicar aos setores interessados as vagas que ocorrerem e estudar o assunto de maneira a atender a conveniência de serviço da melhor forma possível. (Circular nº 205, de 26/11/1946. Fonte: CDMK)*

<sup>139</sup> Regulamento da Administração de Moradias, sem data. Fonte: CDMK.

ordenada da cidade, espelhando a organização do ambiente para a produção aplicada no interior da fábrica. Estes princípios de ordenação da paisagem eram considerados incompatíveis com a execução de anexos ou “puxados” nas casas. Tal preocupação com a ordenação dos espaços urbanos também reflete-se na importância conferida ao asseio da parte externa de cada casa, principalmente no que diz respeito aos jardins. Não podemos, no entanto, atribuir este cuidado especial para com os jardins exclusivamente a uma questão de aparência, somente pelo motivo de se tratar da parcela mais visível das moradias.

Da mesma forma como ocorria nas cidades-jardim da Europa e dos Estados Unidos, em Harmonia a generosa disposição das áreas verdes é um elemento fundamental da própria concepção urbanística da cidade, reforçada pela implantação rural que garante a abundância de vegetação também no entorno imediato da estrutura urbana. Baseando-se na concepção de que o meio é conformador do caráter do homem, estas cidades procuravam garantir a qualidade ambiental graças a uma grande amplitude nos espaços livres e o intenso contato com a natureza. Nas áreas verdes estão contabilizados, é claro, os jardins de cada casa. Sua importância para a empresa ultrapassa as simples questões ambientais e sanitárias, constituindo-se, graças ao incentivo à jardinagem, em componente importante da estratégia de disciplinarização da vida fora da fábrica.

Nas cidades-operárias da Europa a prática da jardinagem recebeu o incentivo dos próprios industriais, como parte das iniciativas de estabilização do *habitat* operário. Além de permitir uma complementação da renda familiar, graças à produção caseira de alimentos em hortas e pomares, o cultivo dos jardins passa a ser considerado pelos patrões como um antídoto para males como a bebida, o jogo e a prostituição. Ao ocupar o seu tempo livre cultivando uma horta, o operário coloca-se fora do alcance

dos bares e cabarés que floreciam no caminho do operário entre a fábrica e o alojamento.

Para Murad e Zylberman o jardim

*participa daqueles mecanismos cujo objetivo é introduzir no interior da cidade um certa transversalidade disciplinar, tornando permeáveis um ao outro os espaço do trabalho e do não-trabalho.*<sup>140</sup>

Em Harmonia, a origem rural de grande parte dos trabalhadores facilitou a disseminação da prática do cultivo de hortas e pomares. Os terrenos das casas eram espaçosos e praticamente todas as famílias produziam algum tipo de hortaliça ou frutas. Através de fotografias tomadas neste período é possível constatar a presença dos cultivos, visíveis graças aos baixos muros e ao afastamento existente entre as casas, que permitiam o total controle dos transeuntes sobre o uso da porção posterior dos lotes. A ausência de alternativas de lazer, combinada ao constante incentivo à vida familiar garantiam a permanência do operário em casa, disponibilizando o tempo necessário à prática da jardinagem.

A produção de alimentos não é, porém, a única finalidade que a Companhia atribui aos jardins residenciais. Há, como vimos anteriormente, uma permanente preocupação com a qualidade da paisagem urbana, envolvendo a aparência bucólica que transmitia, simultaneamente, a idéia de ordem, salubridade e contato com a natureza. Esta preocupação dizia respeito fundamentalmente à parte mais visível dos jardins, localizada nas porções frontal e laterais da casa. Tal era a importância conferida ao asseio e à aparência dos jardins que o engenheiro-chefe lança um *Programa de construção e conservação de jardins em Harmonia*, visando a execução e conservação por funcionários da empresa, de jardins nas residências das vias mais visíveis da

---

<sup>140</sup> MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. op.cit. p.203.

cidade, localizadas na Avenida Brasil, Rua da Barragem e no Acampamento da Montagem.<sup>141</sup>

Paralelamente à moradia unifamiliar, a empresa se utilizava de hotéis e pensões para garantir o alojamento da mão-de-obra que afluía constantemente para Harmonia. Por se tratarem de habitações coletivas, onde a proximidade dos corpos era inevitável, os hotéis e pensões também eram objeto de constante preocupação e controle por parte dos dirigentes da empresa. Nestes locais se concentravam os trabalhadores solteiros, fonte potencial de instabilidade, compartilhando coletivamente um mesmo quarto.

As pensões eram operadas em regime de concessão, sob autorização e fiscalização da Administração de Moradias. Já no caso dos hotéis, além das concessões, haviam hotéis da própria Companhia em Lagoa e Harmonia.<sup>142</sup> Tais concessões eram objeto de permanente fiscalização, sendo comuns os conflitos entre a Administração de Moradias e os concessionários sobre as condições em que se dava o alojamento. Os preços eram estabelecidos pela empresa, que classificava periodicamente os estabelecimentos por categoria e faixa de preço<sup>143</sup>. As diárias normalmente eram pagas pelos próprios moradores, através de desconto em folha de

---

<sup>141</sup> O Programa para construção de jardins foi estabelecido pela Circular nº 210 de 14/12/46. Fonte: CDMK.

<sup>142</sup> Com a consolidação da cidade, no final da década de 40, a Companhia operava três hotéis em Harmonia: O Hotel Lagoa, mais antigo, construído em madeira junto à entrada da cidade; o Hotel de Solteiros, hoje chamado de Hotel Central, construído em alvenaria junto à Cooperativa, no centro da cidade. O Hotel IKAPÊ, localizado próximo às casas de diretoria na Rua da Barragem, é um edifício em alvenaria com estilo europeu, onde se alojavam os consultores de nível superior, os convidados especiais da empresa e os membros da família Klabin que não utilizassem a “Casa do Conselho”. Sua construção foi realizada em etapas, constituindo-se logo no mais imponente e bem acabado edifício da cidade.

<sup>143</sup> As pensões eram classificadas em primeira e segunda categorias, sendo que os preços em cada pensão variavam de acordo com o tipo de alimentação desejada pelo cliente, estas podendo ser de “primeira mesa” ou “segunda mesa”. Os hotéis para empregados não eram diferenciados por categoria, mas os preços também variavam de acordo com a refeição. (Tabela de preços para pensões, de 04/03/46. Fonte: CDMK)

pagamento. Somente em casos especiais, com autorização expressa da Chefia, a Companhia arcava com as despesas de alojamento.

Por se tratar de uma importante atividade fora dos limites da fábrica, cuja administração não era exercida diretamente pela empresa, a Chefia estabelecia criteriosos procedimentos para o acompanhamento, nomeando um fiscal para cada pensão, cujas atribuições eram:

- a) *fiscalizar a alimentação fornecida aos operários;*
- b) *fazer observar rigorosa higiene em todas as dependências da pensão;*
- c) *fazer observar rigorosa ordem por ocasião das refeições. Caso necessário entrar em entendimento com a Polícia a respeito, recebendo as queixas justas e encaminhando-as a quem de direito afim de serem solucionadas.<sup>144</sup>*

Além de concentrar homens sem família, havia o risco de que as pensões e hotéis abrigassem forasteiros indesejáveis que, além de ocupar as preciosas vagas nos alojamentos, poderiam exercer atividades fora do controle da empresa, exatamente por não estarem a ela vinculados. Muitos mascates e comerciantes burlavam o rigoroso controle nas entradas da Fazenda e acabavam por se alojar nos hotéis, exercendo um comércio informal que não era tolerado pela empresa. A possibilidade da presença de agitadores políticos ou ativistas sindicais, ameaçando a “harmonia” social existente na cidade também precisava ser afastada. Por estas razões, Vieira estabelece critérios para a permanência nas hospedagens:

*Por ter chegado ao meu conhecimento que nas pensões e hotéis que mantemos para o nosso pessoal residem pessoas estranhas a companhia com stock de mercadorias nos próprios quartos para fins comerciais, recomendo providências para que, com*

---

<sup>144</sup> Correspondência interna nº 134 de 11/03/46. Fonte CDMK.

*excessão dos que trabalham na Companhia, ninguém deve permanecer nas pensões ou hotéis por tempo superior a três dias.*<sup>145</sup>

As tabelas de preço definidas pela Secretaria Geral estabelecem que os “extranhos à Companhia” deveriam sofrer um acréscimo de 20% em suas diárias, como parte da estratégia para desestimular o prolongamento de sua permanência. Nos hotéis da Companhia, as vagas eram reservadas a auxiliares da administração com autorização da Chefia, que se atribuía o direito de remover os hóspedes caso fosse necessário. Completando o controle estabelecido nas entradas da Fazenda, a fiscalização dos hotéis e pensões reforça o cerco da vigilância sobre os trabalhadores solteiros, forasteiros desconhecidos e estranhos ao quadro da Companhia. Não há, graças a este duplo esquadramento, a possibilidade de que a permanência na Fazenda de qualquer pessoa estranha escape ao controle da Chefia.

### **Para cada movimento, uma norma.**

Harmonia consolida-se a cada dia, com sua estrutura urbana ordenada e a população operária crescendo constantemente. Uma vez selecionados e radicados, graças às práticas de arregimentação e alojamento já discutidas, chega a hora de adaptar este contingente operários ao modelo disciplinar almejado pela empresa. Os parâmetros de organização para esta comunidade fabril são definidos passo a passo pela Chefia, através das regras que o engenheiro-chefe estabelece diariamente, estendendo a rígida disciplina da produção industrial para todos os aspectos da vida fora da fábrica. Progressivamente, vai estabelecendo-se uma uniformidade entre o

---

<sup>145</sup> Correspondência n° 670, de 23/06/1945 dirigida por Luis Vieira aos concessionários de pensões. Fonte: CDMK.

comportamento exigido na fábrica e a vida na cidade, a ponto de que as fronteiras entre os dois universos acabam por se diluir.

Todas as atividades consideradas como prejudiciais ao trabalho produtivo passam a ser alvo de iniciativas que buscam bani-las da cidade. Assim acontece, por exemplo, com o álcool, a prostituição, o crime e a agitação política. Não há lugar para tais “desvios” em Harmonia. O *novo trabalhador brasileiro* - só poderia tornar-se realidade em um ambiente totalmente saneado deste tipo de mal. Mesmo com o isolamento e o controle dos acessos, Harmonia não estava imune a tais perigos, responsáveis pela degradação da massas trabalhadoras nas grandes cidades. Era necessário, portanto, manter uma tutela firme e uma vigilância constante sobre o conjunto dos trabalhadores.

Imediatamente após a chegada de Vieira a Monte Alegre, a Secretaria Geral inicia a emissão das circulares e ordens de serviço com o objetivo de estabelecer as normas de comportamento para organizar os diferentes aspectos da vida dos trabalhadores que afluíam à Fazenda. Harmonia, por ser a principal concentração operária, é o objeto central da maioria destas normas.

O controle do consumo de bebidas alcoólicas é uma das primeiras medidas disciplinares adotadas. Logo ao chegar em Monte Alegre, antes mesmo da construção de Harmonia, Vieira estabelece a *lei seca* na Fazenda. Os depoimentos da época relacionam a medida com o excesso de mortes nas brigas entre operários que trabalhavam na construção da fábrica e se embriagavam fora do horário de trabalho. A abrangência da proibição e o longo tempo pelo qual foi mantida nos leva a crer que a intenção do engenheiro-chefe não buscava apenas banir as brigas entre os peões de obra, mas sim estabelecer o absenteísmo alcoólico como prática enraizada de forma permanente na comunidade operária que futuramente viria a se constituir naquele local.

A questão do controle da bebida merce uma análise mais apurada, por se constituir um exemplo do universo disciplinar que se conformou em torno das permissões e proibições que incidiam sobre a vida de Harmonia. Há um grande número de normas internas versando sobre o tema, e as menções ao problema da bebida repetem-se na correspondência da Secretaria Geral durante todo o período em que Vieira ocupou o posto de maior autoridade em Monte Alegre.

Os moradores mais antigos de Harmonia contam em seus depoimentos que, logo após a decretação da *lei seca* pelo engenheiro-chefe, em 1942, foram verificadas as primeiras tentativas de contrabando de bebida para dentro da Fazenda. Operários chegavam a atravessar o rio Tibagi à nado com garrafas atadas ao corpo; certa ocasião os auxiliares da Chefia descobriram um “teleférico” construído com cordas e roldanas para atravessar baldes cheios de garrafas sobre o rio, em local próximo à obra da Usina Hidrelétrica, em Mauá.

O recurso mais comum utilizado para o contrabando era, no entanto, a infiltração de bebida na Fazenda através da bagagem de viajantes ou no interior de veículos. Para prevenir este tipo de ação, a Chefia multiplica as ordens de controle e revista de bagagem e veículos nas entradas da Fazenda. O Regimento Interno para motoristas da empresa continha um parágrafo especial para tratar da proibição do transporte de bebidas nos veículos da Companhia.<sup>146</sup> A repressão ao contrabando de

---

<sup>146</sup> Em seu artigo 2º o *Regulamento Interno para Motoristas* determinava:

*É vedado aos motoristas o transporte de bebidas alcoólicas destinadas a particulares nos veículos da Companhia dentro e fora dos limites da Fazenda.*

Em 1945, com a flexibilização do consumo de bebidas em circunstâncias definidas pela Chefia, este artigo recebeu mais um parágrafo:

*Em se tratando das bebidas autorizadas pelas instruções especiais vigentes o transporte poderá ser feito, providenciada antes a necessária guia no depósito de origem o qual se entenderá previamente com a Chefia em cada caso particular. Em se tratando de outras bebidas não permitidas pelas instruções o transporte é terminantemente proibido. (Circular nº 117, de 02/03/1945. Fonte: CDMK)*

bebidas serviu, como vimos anteriormente, de justificativa para o endurecimento da fiscalização nos acessos.

Neste período, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial justificou a imposição, em todo o país, de um processo de intensificação do regime de trabalho cuja excepcionalidade era explicada pela necessidade de se transformar o operário em um “soldado do trabalho”, responsável pelo *front* da produção. Assim ocorreu, por exemplo, com os contingentes de trabalhadores nordestinos transportados para o interior da Amazônia como “soldados da borracha”. Em tais circunstâncias a bebida era considerada um mal intolerável e sua repressão justificava a adoção de medidas de força. Os cafés autorizados a funcionar em Harmonia estavam terminantemente proibidos de vender bebidas alcoólicas, *sob pena de multa e cancelamento imediato da concessão*<sup>147</sup>. Até a venda de álcool nas farmácias era controlada pela Chefia.<sup>148</sup> Em agosto de 1945, logo após o fim do conflito na Europa, Vieira reitera a proibição do consumo de bebidas, abrindo porém algumas exceções:

*Chamo a sua atenção mais uma vez para o uso de bebidas alcoólicas.*

*O uso dessas bebidas é proibido dentro da Fazenda, com exceção de vinho de mesa e cerveja, de acôrdo com instruções anteriores.*

*Em casos excepcionais de aniversários, casamentos, etc. a Chefia tem concedido permissões especiais por solicitação dos interessados.*

---

<sup>147</sup> *Regulamento para funcionamento de cafés autorizados por concessão*, Circular nº 37, de 08/11/1943. Fonte: CDMK.

<sup>148</sup> A circular nº 73 de 14/06/1944 estabelece que

*Estão terminantemente proibidas as vendas de álcool, mesmo nas farmácias. (...) Recomendo portanto aos residentes, encarregados de serviço e Farmácia que não atendam às solicitações nesse sentido mesmo em se tratando de álcool destinado a licores, injeção, lavanderias, etc.*

E encerra com a seguinte determinação:

*Essas autorizações serão por ora em diante privativas da Chefia.* (Fonte: CDMK)

*Tendo-se verificado recentemente certos abusos, a Chefia recomenda a observância das instruções devendo os interessados submeter a sua decisão os casos especiais de natureza excepcional.*

*Avisa também que fará exercer severa vigilância e que serão apreendidas sumariamente as bebidas alcoólicas adquiridas sem a necessária autorização.<sup>149</sup>*

O mesmo rigor é aplicado na repressão ao uso de armas. As medidas punitivas eram justificadas como forma de se evitar as brigas que se multiplicavam entre operários da construção, provocando semanalmente mortes e ferimentos que representavam para a Companhia uma despesa extra com transporte e tratamento dos feridos. Estava proibido o porte de qualquer arma, branca ou de fogo, no interior da Fazenda, salvo, é claro, os casos autorizados pela Chefia<sup>150</sup>, que consolidava assim o seu monopólio sobre o uso da violência.

As medidas de caráter abertamente repressivo, como mostram os exemplos do controle da utilização de armas ou bebidas alcoólicas, não constituem a parte principal do universo normativo estabelecido pela Secretaria Geral sobre o cotidiano em Harmonia. As regras disciplinares mais rigorosas se combinam com uma trama de pequenas normatizações constituindo uma regulamentação disciplinar de baixa intensidade que chega aos mínimos detalhes da vida fora da fábrica. Regulamenta-se, como veremos adiante, praticamente todos aos aspectos do cotidiano

---

<sup>149</sup> Circular nº 154 de 09/10/1945. Fonte: CDMK.

<sup>150</sup> Através da Circular nº 159, de 15/11/1945, Vieira se dirigia aos Chefes de Serviço:

*Recomendamos suas enérgicas providências junto aos funcionários e operários seus subordinados no sentido de impedir o porte de armas pelos mesmos, seja arma branca ou de fogo.*

*Os infratores serão punidos com a perda da respectiva arma além das penalidades impostas pela polícia.*

*À Delegacia de Polícia cumpre observar rigorosamente esta determinação.*

*Em casos excepcionais poderá ser autorizado o porte de armas, porém, mediante entendimento prévio com a Chefia e Delegacia de Polícia. (Fonte: CDMK)*

daquela comunidade: do horário de funcionamento dos cafés até a propriedade de rádios.

### **Onde está a autoridade?**

Não é possível compreender o alcance da autoridade exercida pelo engenheiro-chefe nos limites da Fazenda se não nos detivermos em estudar as complexas relações que se estabeleceram entre o Estado e a Empresa na implantação do complexo industrial de Monte Alegre.

Todo o processo de construção da Fábrica foi caracterizado pelas estreitas relações entre o Grupo Klabin e o Governo Vargas, que se estenderam durante todo o período do Estado Novo. Tais relações, como já abordamos, não se limitavam à concessão de financiamentos especiais ou isenções fiscais. Havia uma comunhão de idéias quanto ao papel a ser desempenhado pela indústria no contexto do projeto de desenvolvimento nacional, bem como sobre qual o modelo de organização social adequado a esta industrialização. Desta forma, Estado e iniciativa privada confundiam-se em muitos aspectos do projeto de Monte Alegre; em áreas fundamentais para a viabilização do empreendimento os limites da ação entre o Governo e a empresa não ficavam claramente definidos, avançando sob um ambiente de estreita cooperação entre as partes.

O engenheiro Luis Vieira é o personagem-símbolo desta imbricação nas relações entre Estado e Empresa. Funcionário do Governo Federal, passa mais de quatro anos à serviço da Klabin, repondendo a interesses então considerados como estratégicos para o Estado. A sobreposição de interesses e a informalidade nas relações estão presentes em todos os níveis da coexistência entre o poder público e a iniciativa

privada em Monte Alegre. O Interventor do Estado, Manoel Ribas, popularmente conhecido pelo apelido *Maneco Facão*, graças ao rigor com que tratava os seus desafetos, era um ativo apoiador do projeto, provavelmente porque visualizava no sucesso daquela ousada iniciativa a possibilidade consolidar sua posição política no Estado, neutralizando os grupos econômicos locais que resistiam ao seu governo.

A informalidade das relações com o Estado, compreendido em todos os seus níveis, aparece com frequência na correspondência da Secretaria Geral. Rompendo com a tradicional formalidade que marca o estilo de suas correspondências, Vieira começa as cartas a Ribas tratando-o sempre de “Prezado Amigo”. As visitas do Interventor à Fazenda são frequentes desde antes do início das obras da fábrica. O antigo administrador da Fazenda, Alcebíades Marques, mantido no posto pelos Klabin, é seu amigo pessoal e organiza, junto com Vieira, a acolhida ao Interventor. Em março de 1943 Vieira escreve a Horácio Lafer:

*O Interventor Ribas está em Monte Alegre desde dia 7, veio passar o aniversário que foi ontem (8). O Alcebíades oferece um churrasco cívico... Ele é um grande amigo que vocês têm.<sup>151</sup>*

Esta relação informal parece facilitar a resolução das questões que envolviam a participação do Governo do Estado, desde a designação de professoras para as escolas até o apoio de órgãos do governo para eventuais necessidades nas obras da fábrica. Ao pedir, por exemplo, a colaboração do Interventor na resolução do transporte de grandes equipamentos do porto de Paranaguá até Monte Alegre, Vieira volta a utilizar o tom familiar:

*Pediria ao prezado amigo a fineza de recomendar ao Departamento estadual incumbido das estradas de rodagem, verificar a possibilidade desse transporte, indicando a modalidade mais conveniente.<sup>152</sup>*

---

<sup>151</sup> Carta de Luis Vieira a Horácio Lafer em 09/03/1943. Fonte: CDMK.

Esta cordial vinculação se reproduz em uma indefinição dos papéis do Estado e empresa nos domínios da Fazenda. Se é certo que o Estado cumpria um papel de empreendedor na figura do engenheiro-chefe, por outro lado a empresa se reservava no direito de executar a maior parte das atribuições do Estado em Monte Alegre. O poder de polícia, por exemplo, era controlado diretamente pelo engenheiro-chefe. Havia uma força policial permanente em Monte Alegre, por solicitação da própria empresa ao poder público. O chefe da polícia repetava, no entanto, mais o poder de Vieira do que do próprio delegado de Pirafó do Sul, responsável por aquela jurisdição.

As relações entre a Chefia, na pessoa de Vieira, e o poder policial do Estado merecem uma análise mais prolongada, por exemplificar a falta de clareza entre as atribuições do poder público e do privado em Monte Alegre. Vieira respeitava criteriosamente as determinações da justiça e da polícia no que diz respeito aos empregados da empresa. Procurava, no entanto, intervir para que as ocorrências envolvendo funcionários terminassem de forma favorável aos interesses da Klabin. Por diversas vezes lançou mão de sua amizade com Manoel Ribas para solicitar a interferência deste em favor de funcionários que se encontravam presos ou sob investigação da polícia.<sup>153</sup>

A própria força policial estacionada em Harmonia e coordenada pelo Tenente Paredes, é completada por operários da empresa selecionados por Vieira.<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> Carta de Luis Vieira a Manoel Ribas em 17/04/1943. Fonte: CDMK.

<sup>153</sup> Em carta a Manoel Ribas que remete junto com dois empregados requisitados pelo Delegado de Vigilância e Investigações de Curitiba, Vieira solicita o apoio do Interventor para os investigados:

*Tratando-se de elementos que vêm trabalhando nestas obras com bastante dedicação, sempre com bom comportamento, ambos casados, deixando suas famílias em Monte Alegre, tomo a liberdade de pedir o interesse do prezado amigo para o caso dos referidos operários.* (grifo nosso) Carta de Luis Vieira a Manoel Ribas em 15/07/1943. Fonte: CDMK

<sup>154</sup> Em correspondência ao Prefeito de Tibagi, sede do Distrito Policial, Vieira indica os suplentes do subdelegado designado para a Fazenda:

Com a presença do tenente, a empresa obtinha o respaldo legal do Estado para a ação policial no interior da Fazenda, mesmo que fornecendo a maioria dos homens para compor o contingente policial.

A imbricação das atribuições da polícia e da Chefia chega a produzir, em diversas ocasiões, a inversão de papéis entre as instituições públicas e privadas. O caso mais comum era o de aplicação, pela Chefia, de penas disciplinares e administrativas, atendendo a pedidos da polícia, para punir delitos cometidos fora da jornada de trabalho. Estas punições incidiam, porém, sobre a atividade funcional dos empregados na empresa. Através de correspondências dirigidas à Seção de Pessoal, o Engenheiro-chefe freqüentemente estabelece penalidades de suspensão sem vencimentos ou demissão de funcionários flagrados em delito pela polícia.<sup>155</sup> Por outro lado, a empresa exercia atividades que eram de competência exclusiva da polícia. O controle e revista dos passageiros nos acessos da Fazenda era realizada, como já vimos, por funcionários da empresa. Mesmo a fiscalização dos bailes de carnaval, uma atividade policial rotineira, chegou a ser exercida pelo departamento de Transportes.<sup>156</sup>

Outras atribuições do Estado são exercidas pela empresa: o encaminhamento dos jovens para o Serviço Militar, o controle dos aparelhos de rádio e o registro de funcionários estrangeiros, medidas estas exigidas pelo Governo durante a

---

*Pela presente peço permissão para indicar a V. S. os funcionários desta empresa abaixo mencionados para suplentes do sub-delegado de polícia do distrito de Tibagi com jurisdição especial na Fazenda de Monte Alegre. (Correspondência de Luis Vieira a Guatassara Borba Carneiro, Prefeito de Tibagi, em 11/08/1943. Fonte: CDMK.)*

<sup>155</sup> Os delitos mais comuns verificados através das correspondências eram de embriaguez, envolvimento em brigas e contrabando de aguardente.

<sup>156</sup> Em correspondência ao Chefe do Departamento de Transporte em 20/02/1946, Vieira esclarece esta sobreposição de funções:

*“Atendendo a certas disposições administrativas e também considerando que a fiscalização de bailes de carnaval é atribuição exclusiva da Polícia, peço devolver à Chefia com urgência a autorização que lhe foi concedida para esse fim, em data de 16 do corrente” (Fonte: CDMK)*

Segunda Guerra Mundial<sup>157</sup>. Em duas áreas da vida cotidiana a intervenção da empresa em atribuições que são de responsabilidade do Estado chamam a nossa atenção: a fiscalização da atividade política e a aplicação de penas disciplinares.

Não há registro de atividade político-sindical ou político-partidária nos primeiros anos da implantação de Harmonia. Coincidindo com o estado de exceção implantado por Vargas a partir do golpe de 1937, a cidade cresceu sem viver a experiência da agitação política. Nos parece claro que tal ausência não se deve apenas ao período de governo autoritário, mas principalmente ao minucioso controle que a empresa exercia sobre todos os aspectos da vida de seus empregados.

Com a queda de Vargas e a democratização do país em novembro de 1945, a empresa se vê obrigada a permitir que seus empregados tenham acesso aos direitos democráticos recém-instituídos. A realização de eleições gerais em dezembro daquele ano faz com que o engenheiro-chefe se apresse em regulamentar a atividade política nos domínios da Fazenda Monte Alegre. Os termos desta regulamentação resultaram em um verdadeiro manifesto da “democracia controlada” e nos oferecem um exemplo das condições em que a atividade política foi consentida, sob o estrito controle da Chefia.

Apesar do fim do Estado Novo, o regulamento não deixa dúvidas que a Chefia de Monte Alegre tinha uma maior identificação com o regime derrubado do que com a democracia nascente. O documento, veículado através da Circular nº 160, deixa claro em sua primeira linha: *A Chefia garante absoluta liberdade de propaganda eleitoral* ressaltando em seguida: *devendo porém esta se referir aos candidatos*

---

<sup>157</sup> Na Circular nº 31, de 30/07/1943, o Engenheiro-chefe comunica aos Chefes de Serviço:

*Recomendo providências no sentido de serem apresentadas ao Tenente Paredes por motivo de diligência policial de ordem superior, os registros dos radios.*

*legalmente inscritos para o pleito do dia 2 de dezembro.* Todo o texto da regulamentação de propaganda eleitoral é permeado por esta dupla tensão: permitir a atividade político-eleitoral restringindo, simultaneamente, os marcos nos quais tal atividade seria tolerada.

Mais adiante, o regulamento garante a liberdade de afixação de cartazes, “fora dos locais de trabalho”. Surge aí a preocupação em resguardar o espaço da fábrica como local saneado da atividade política. Sobre o assunto dos cartazes também é feita uma severa advertência:

*Destruir cartazes do adversário é prova de pouca educação cívica e poderá trazer conseqüências desagradáveis. Si necessário, a Chefia fará policiar os locais destinados a essa propaganda afim de evitar a perturbação da ordem.*

Uma vez garantidos os direitos formais da democracia eleitoral, o engenheiro-chefe busca afastar o perigo da agitação política e da interferência de forasteiros que o processo eleitoral poderia trazer para dentro da Fazenda. A possibilidade da realização de comícios políticos na cidade era motivo de grande preocupação para o a Chefia. Não podendo impedir este tipo de evento, Vieira buscava desestimular as iniciativas:

*A Chefia entende que os comícios políticos não são necessários na Fazenda mas não pretende impedir que se realizem. Para isso será preciso aviso prévio à Chefia de 3 dias pelo menos, com indicação de treis responsáveis. O local será então indicados e as providências políticas tomadas.*<sup>158</sup>

Os limites de tolerância para este tipo de mobilização são definidos com rigor. A concentração de operários em atos políticos promovidos por partidos ou candidatos, se não poderia ser banida sumariamente, deveria acontecer sob o controle

---

*Aqueles que não tiverem os rádios registrados devem providenciar com urgência essa medida, mas fornecer os dados em lugar do registro.* (Fonte: CDMK)

<sup>158</sup> Circular nº 160, de 19/11/1945. Assunto: *Propaganda Eleitoral*. Fonte: CDMK

da Companhia, em local e horário determinados. Atendendo a esta preocupação, o regulamento esclarece no parágrafo seguinte que “as passeatas políticas estão proibidas.” A tensão entre a legalidade política e o desejo de controle prossegue por todo o documento, com diversas advertências aos auxiliares da Chefia para que “mantenham a mais perfeita imparcialidade política”. Como que para dissipar alguma dúvida que porventura ainda possa pairar sobre sua postura frente às eleições, o engenheiro-chefe reafirma no último parágrafo:

*Repito, a Chefia faz absoluta questão de que o pleito em Monte Alegre seja realmente a mais perfeita expressão de liberdade política<sup>159</sup>*

A preocupação com a preservação do interior da fábrica enquanto espaço politicamente neutro e isento dos perigos de agitação persiste, apesar das recomendações contidas no Regulamento de Propaganda Política. Este espaço, submetido ao controle exclusivo da empresa, não poderia, em hipótese alguma, sofrer ingerências externas, mesmo em se tratando da legislação eleitoral da República.

Atendendo a esta preocupação Vieira emite, na mesma data do regulamento de Propaganda Política, uma circular regulamentando a *Palestra nos locais de trabalho*, no qual estabelece os limites da atividade política no interior da fábrica:

*É terminantemente proibido fazer propaganda de caráter político ou mesmo religioso nos locais de trabalho, inclusive colocar cartazes.*

*Apenas os assuntos de caráter profissional poderão ser tratados ou resolvidos nesses locais.*

*Aos infratores será aplicada a pena de suspensão, agravada em caso de reincidência.<sup>160</sup>*

---

<sup>159</sup> Circular nº 160, de 19/11/1945. Assunto: *Propaganda Eleitoral*. Fonte: CDMK

<sup>160</sup> Circular nº 202 de 19/11/1945. Fonte: CDMK.

A relação privilegiada com o Governo Federal, se materializa durante o Governo de Getúlio Vargas nos laços de amizade e gratidão com o Presidente da República. A primeira visita de Vargas a Monte Alegre, em fevereiro de 1944, nos dá uma amostra da importância conferida pela empresa a esta relação. Os preparativos para a recepção do mandatário são coordenados pessoalmente pelo engenheiro-chefe, que envia diversas ordens de serviço a seus subordinados organizando cada detalhe daquele evento cívico. Os operários deveriam aguardar a comitiva presidencial formados em duas filas, ao longo da estrada de acesso à fábrica. O pessoal administrativo, por sua vez, deveria formar em frente ao escritório da administração, em Lagoa. À noite, foi organizada uma grande passeata em homenagem ao Presidente, sob a coordenação do Tenente Peredes. Todas estas atividades eram consideradas como parte das tarefas de trabalho, com participação obrigatória a todos os funcionários da Companhia.

Os relatos dos empregados que acompanharam a visita contam que o Presidente estava muito à vontade em Monte Alegre, acompanhado de Manoel Ribas e dos diretores do Grupo Klabin, desfrutando daquele modelo de comunidade industrial moderna, que florescia em meio a uma paisagem natural tão agradável. Como prova da satisfação de Vargas, contam os contemporâneos, o Presidente prolongou a sua estadia em Monte Alegre por dois dias além do planejado.

A visita de Vargas se revestia de inegável importância política para os dirigentes do Grupo Klabin. Havia um compromisso entre os empresários e o Presidente para a conclusão, em menor tempo possível, das obras. As impressões do Presidente sobre as ações na Fazenda seriam fundamentais para garantir a continuidade do fluxo de apoio oficial. O resultado da visita, ao que parece, atingiu os objetivos da empresa. Uma semana após a estadia de Vargas, Vieira transcreve em circular dirigida à todas as seções, um telegrama enviado de São Paulo pela Diretoria:

*Congratulações brilho recepção Presidente extensivas colaboradores. Diretoria.  
Klabin.<sup>161</sup>*

### **A fina trama da disciplina**

O estabelecimento das normas que regulamentam o funcionamento da vida em Harmonia ultrapassa os limites das relações institucionais com o Estado, penetrando de forma capilar no cotidiano da cidade e das pessoas que nela vivem. As regras definidas pela Secretaria Geral respondem a quase todos os aspectos da vida daquela comunidade, consolidando um corpo normativo que intervém ao nível do mínimo detalhe. Cada aspecto da vida dentro e fora da fábrica é objeto de uma ou mais normas diferentes. Horários, procedimentos, vistorias, atribuições. As regras vão sendo estabelecidas pela Secretaria Geral com grande agilidade, à medida em que se fazem necessárias.

A vida na cidade se organiza em função do tempo da fábrica. Todos os horários são determinados pelo apito da indústria e, antes da sua inauguração, pelo apito da serraria. O horário de entrada e saída do trabalho, seja na fábrica ou nos canteiros de obra, é rigorosamente controlado. Desta forma, o ritmo e a ordem da produção industrial ultrapassa os limites da fábrica, estendendo-se por toda a vida na cidade. O apito não soava apenas no momento de ingresso ao trabalho, mas também despertava os trabalhadores 45 minutos antes do início da jornada. Todas as demais atividades eram regidas pelos horários da fábrica. Os cafés, armazéns e farmácias, por exemplo, só estavam autorizados a atender o público fora do horário da jornada

---

<sup>161</sup> Circular nº 51 de 05/02/1944. Fonte: CDMK.

principal de trabalho na indústria, como medida para evitar que o comércio acobertasse o absenteísmo dos operários.<sup>162</sup>

O rígido esquema de horários imposto aos estabelecimentos comerciais é objeto de muitas reclamações por parte dos trabalhadores. A possibilidade de outros membros da família utilizarem o comércio enquanto o chefe da família estivesse trabalhando na fábrica não era considerada pela empresa, causando transtornos no dia-a-dia daquelas famílias. Em 1946 os operários dirigem ao engenheiro-chefe um abaixo-assinado solicitando a flexibilização destes horários. O texto do documento, além de solicitar a volta dos vales suspensos pela Chefia, reclama que

*ainda vimos sofrendo de outros males os quais nos vêm transtornando completamente o modo de vida (...) os horários de funcionamento nas cooperativas e farmácias (...) temos horário para tudo, como sejam para trabalhar , para fazer compras e isto tudo com hora certa. mas isto tudo poderá ser feito sem prejuízo para a Companhia e aos trabalhadores se V. S. com o seu bondoso e justiceiro espírito, nos concedesse a sugestão que abaixo expomos.*<sup>163</sup>

Mais do que esclarecer o descontentamento dos trabalhadores com os limites impostos ao funcionamento do comércio, o texto acima nos fornece indícios de como a disciplina imposta pela empresa era percebida pelos operários: “temos horário para tudo”. A organização do trabalho, seguindo os preceitos científicos do Fordismo, em alta naquele período, sustenta-se sobre uma verdadeira “economia dos minutos”, mesmo no que diz respeito às atividades cotidianas exercidas fora da fábrica.

---

<sup>162</sup> O Regulamento para funcionamento de cafés autorizados por concessão estabelecia que “os cafés só poderão funcionar em horários que não coincidam com as correntes de serviço” escalrecendo que estes horários eram das 6:30 às 7:00h, das 11:30 às 12:30h e das 18:00 às 22:00h nos dias úteis, sendo que nos domingos e feriados o horário se ampliava das 07:00h às 12:00h e das 14:00h às 22:00h. (Circular nº 37 de 08/11/1943. Fonte: CDMK)

<sup>163</sup> Abaixo-assinado dos trabalhadores dirigido ao Engenheiro-chefe em outubro de 1946. Fonte: CDMK.

A *História de Monte Alegre*, editada pela própria empresa em 1954, resume o ideal da incorporação do ritmo da indústria:

*O trabalho constante e ininterrupto da fábrica proporciona a todos, sem exceção, uma vida regularizada, moldada ao ritmo progressista da própria indústria, que é, por assim dizer, parte integrante de cada indivíduo vinculado a ela.*<sup>164</sup>

A cuidadosa regulamentação dos mais variados aspectos da vida privada das famílias operárias traduz-se também em medidas de restrição ao consumo de energia elétrica. Antes da inauguração da primeira turbina da usina hidrelétrica em Mauá, toda a energia utilizada na Fazenda era produzida por um locomóvel termoelétrico instalado em Lagoa. O custo da produção da eletricidade e o constante perigo de blecaute serviam como justificativa para a imposição de rigorosas restrições ao consumo da energia nas moradias operárias. A Chefia estabelece uma regulamentação extremamante rígida para o controle do uso da eletricidade. O uso residencial de ferros de passar, fogareiros e aquecedores elétricos é proibido. Também não é permitido o uso de lâmpadas com potência superior a 40 watts, sendo que para cada casa será fixado um número máximo de focos de luz. Os bares e comércios são submetidos a uma taxa semestral de luz, a ser calculada sobre a potência de suas geladeiras.<sup>165</sup> Como toda a regra, o edital que regulamenta o consumo de energia traz em seu último parágrafo as multas a serem aplicadas aos contraventores, deixando claro que a reincidência implicará no corte da ligação de energia.

O controle sobre o consumo de energia não é, porém, uma tarefa fácil. Mesmo tendo sido construídas pela empresa, as casas poderiam ter suas instalações elétricas modificadas ilegalmente pelos moradores, de forma a ampliar o número de lâmpadas ou tomadas. A única forma de garantir o cumprimento das regras

---

<sup>164</sup>. Histórico de Monte Alegre. Monte Alegre, IKPC, 1954.

<sup>165</sup> Edital de 14/04/1944. Fonte: CDMK.

estabelecidas para a contenção do consumo era estabelecer a fiscalização direta de cada moradia. Vieira comunica então a todos os habitantes da Fazenda que são “inadmissíveis quaisquer modificações nas instalações elétricas internas ou externas, ou o uso de lâmpadas potência maior”, sem a autorização da Chefia. Para evitar que tais modificações ocorram, o engenheiro-chefe estabelece que

*As instalações serão periodicamente fiscalizadas e os infratores serão punidos com a suspensão do fornecimento de energia elétrica.<sup>166</sup>*

Em outra circular Vieira adverte:

*Toda casa em que for encontrada luz acesa durante o dia será observada e, em caso de reincidência será cortada a respectiva instalação por tempo indeterminado, a critério da Chefia.<sup>167</sup>*

Nestas duas últimas passagens podemos observar a naturalidade como é apresentada a necessidade de observação constante das moradias, chegando inclusive à realização de revistas no interior das casas. A Chefia não se constrange em afirmar que realizará fiscalizações periódicas. Mesmo que justificadas pela necessidade de controle do consumo de energia, este tipo de revistas “técnicas” fornece à empresa uma oportunidade para penetrar periodicamente na intimidade da família operária, de forma que nenhum aspecto da vida dos trabalhadores escape ao olhar da Companhia.

Controle similar também ocorre na realização de chamadas interurbanas particulares. Como todas as ligações telefônicas eram efetuadas através da central de Lagoa, os usuários deveriam se identificar, fornecendo à telefonista seu nome, seção em que trabalha, nome e telefone da pessoa com quem deseja falar. Mesmo se justificada pela necessidade de cobrança das chamadas, esta medida permite à Chefia acompanhar todos os contatos telefônicos que cada funcionário realiza com o mundo

---

<sup>166</sup> Correspondência de Luis Vieira aos Chefes das Residências em 29/08/1944. Fonte: CDMK.

<sup>167</sup> Circular nº 162 de 22/11/1945. Fonte: CDMK.

externo. Da mesma forma como acontece com a energia elétrica, a Chefia estabelece a suspensão dos serviços aos empregados que não se submeterem às regras determinadas.<sup>168</sup>

### **Abastecer a cidade**

Tão logo se estabeleceu a primeira concentração de operários na Fazenda, a empresa se deparou com o problema do fornecimento dos víveres necessários à subsistência dos trabalhadores engajados nas obras de construção da fábrica. A princípio, todo o abastecimento era providenciado pela própria Companhia, que transportava os alimentos desde Pirai do Sul em seus veículos e oferecia alimentação gratuita para seus operários nos refeitórios dos diversos acampamentos. Com a construção das cidades de Lagoa e Harmonia, atraindo uma população que não era mais composta apenas de trabalhadores solteiros, mas sim de famílias completas, a questão do abastecimento aumenta consideravelmente de complexidade.

O funcionamento de uma moderna comunidade, como se pretendia em Harmonia, exigia, além do simples abastecimento de gêneros alimentícios, o fornecimento de um amplo leque de serviços e bens de consumo, disponíveis em qualquer cidade do país. A existência destas facilidades era condição fundamental para que a empresa conseguisse fixar o necessário contingente de trabalhadores em local tão distante do conforto da “civilização” urbana. No início das obras, os operários menos qualificados envolvidos nos trabalhos construção eram recrutados com certa facilidade em regiões de população rural, não exigindo uma infraestrutura de maior conforto para a sua permanência. À medida em que os trabalhos de montagem da fábrica passam a

---

<sup>168</sup> Circular nº 47 de 20/01/1944. Fonte: CDMK.

envolver tarefas técnicas de maior complexidade, a fixação de uma população de técnicos e operários qualificados passa a exigir a disponibilização de um nível mínimo de conforto.

O abastecimento continuou, em seu fundamental, sob responsabilidade da Companhia. Os gêneros alimentícios eram trazidos e vendidos pela própria empresa através da Cooperativa, eufemismo utilizado pela chefia para tratar o armazém da Companhia. O leite e a carne de gado da Fazenda eram produzidos pelo Serviço de Agronomia e distribuídos nos armazéns da empresa. Outros bens de consumo, como roupas e sapatos, também eram vendidos na Cooperativa.

Este sistema de monopólio do comércio era largamente utilizado em outros núcleos fabris no Brasil e no exterior. Em muitos dos casos, as empresas se utilizavam do monopólio para explorar seus empregados. Margareth Rago cita o depoimento de um operário do núcleo fabril construído junto à fábrica da Votorantim, em Sorocaba:

*(...) Forçados a alugar as casas da Companhia, os operários têm também de fazer as suas compras na cooperativa que reabriu há pouco, prometendo vender mais barato que em Sorocaba, mas fazendo precisamente o contrário. Ao mesmo tempo fica proibida a entrada de vendeiros e padeiros: não há remédio senão comprar no armazém da fábrica, chamado ironicamente de "cooperativa".<sup>169</sup>*

Em Harmonia, os bens duráveis eram trazidos de Curitiba sob encomenda dos funcionários. O escritório da Klabin, na capital do estado, mantinha um sistema de compras sob encomenda para atender os pedidos empregados de Monte Alegre. A Secretaria Geral estabelece as regras para a realização deste tipo de compra, definindo uma taxa suplementar de 5% do valor para alimentos e 10% para outros artigos. O frete

---

<sup>169</sup> "Votorantim, mil e uma maneiras de explorar", Jornal *Terra Livre*, de 11/11/1906. In RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar* São Paulo: Paz e Terra, 1985. p.182.

também era cobrado, mesmo quando a mercadoria era transportada em caminhões da Companhia. Havia incentivos para que as compras fossem realizadas por intermédio da empresa, como isenções de frete e prazos para o pagamento. Independente da forma como se realizasse a compra, toda a mercadoria transportada até a Fazenda deveria obrigatoriamente ser acompanhada de documentação informando o nome do funcionário, a relação de mercadorias, o valor da transação e o número das faturas.<sup>169</sup>

O abastecimento de pão era garantido graças ao funcionamento de uma padaria que, assim como a Cooperativa, era administrada diretamente pela empresa. O edifício da padaria era uma das construções mais sólidas da cidade, implantado junto à Cooperativa. No conjunto da política de abastecimento, a Chefia atribuía uma especial importância à produção de pão. Em 1946, devido à escassez de trigo, a padaria interrompe a produção. O engenheiro-chefe emite então uma circular especialmente para justificar o problema à população:

*Cumpre-me trazer ao seu conhecimento que em virtude da absoluta impossibilidade de adquirir farinha de trigo, a nossa Secção de Abastecimento foi obrigada a paralisar a fabricação de pão.*

O tom de desculpas prossegue por todo o documento:

*A Chefia vem desempenhando vivos esforços para solucionar essa dificuldade que, afinal, nos alcançou inevitavelmente.*

*É do conhecimento de todos a situação idêntica e comum em todas as cidades industriais do país. Não nos foi dado evitar essa contingência geral da falta de pão.*

E conclui solicitando a colaboração de todos:

*Esperamos dentro em breve melhorar esse abastecimento e cabe-me pedir a colaboração e espírito de justa e elevada compreensão por parte de todos.<sup>170</sup>*

---

<sup>169</sup> Circulares n°184, de 09/04/1946 e n° 191, de 03/05/1946. Fonte: CDMK.

<sup>170</sup> Circular n° 197, de 28/06/1946. Fonte: CDMK.

O abastecimento de Harmonia não poderia, no entanto, ter seu atendimento limitado exclusivamente à Cooperativa. Por seu tamanho, a cidade exigia outros tipos de comércio e serviços de forma a atender as necessidades mais localizadas do consumo cotidiano da população. Não interessava, porém, à Companhia montar e operar uma estrutura para atender estas pequenas necessidades, pois o fundamental do consumo já estava sob o seu controle através da Cooperativa e do sistema de compras por encomenda. O recurso então utilizado, foi a concessão de autorizações a particulares para operarem pequenos comércios como cafés, quitandas e açougues. A prestação de serviços também foi autorizada, através da concessão de licenças para a abertura de barbearias, lavanderias, alfaiatarias, oficinas de rádio e sapatarias, nos mesmos moldes adotados para autorizar o funcionamento de pensões particulares.

A concessão de permissões para o exercício destas atividades foi acompanhada pela implantação de um controle rigoroso e permanente, sob responsabilidade do Serviço de Subsistência, seção encarregada de supervisionar o abastecimento de toda a Fazenda. A estrita fiscalização começava pelos rígidos critérios adotados pela empresa para a concessão de licenças: os candidatos às concessões dirigiam-se por carta ao engenheiro-chefe, solicitando autorização para abrir o comércio, descrevendo o tipo de mercadoria ou serviço que pretendiam oferecer.<sup>171</sup> Na maioria das ocasiões os comércios eram instalados nas próprias casas, graças a adaptações arquitetônicas feitas sob autorização do Serviço de Moradias e custeadas pelos interessados. Boa parte dos candidatos que se apresentavam eram funcionários da empresa que buscavam uma complementação da renda familiar.

---

<sup>171</sup> Muitas das solicitações de autorização para a abertura de estabelecimentos comerciais vêm acompanhadas de abaixo-assinados dos operários apoiando o pedido. As listas de assinaturas apresentadas são extensas, mas nem sempre garantem a aprovação da Chefia.

Mesmo atendendo-se às exigências estabelecidas, uma grande parcela destes pedidos era negada. Podemos relacionar a intransigência da Chefia para com os candidatos a concessões a diversos tipos de preocupação. A primeira delas diz respeito ao cuidado da empresa em garantir o controle sobre todo e qualquer tipo de atividades que eram desenvolvidas na cidade. A multiplicação de pequenos estabelecimentos comerciais tornava difícil a fiscalização, ampliando os pontos de encontro e aglomeração de pessoas. O botequim, mesmo se abstendo de vender bebidas alcoólicas, é visto pelo patrão como lugar suspeito, habitat do jogo, da conspiração ou simplesmente do ócio, desvios intoleráveis para o ideal de sociedade desejado pela indústria.

A segunda preocupação da Chefia diz respeito à eliminação da concorrência aos produtos comercializados pela Cooperativa. Os pareceres do Serviço de Subsistência aos pedidos de concessão ilustram este tipo de inquietação, e merecem nossa atenção. Ao despachar um pedido de autorização para a abertura de um café e mercearia apresentado por funcionário da Companhia, o Chefe do Abastecimento, Sr. Lasmar, comunica ao Administrador da Fábrica sua opinião sobre o tema:

*Penso que os Armazéns que a Empresa mantém em Monte Alegre, seus produtos e sortimento dão-lhe autoridade para proibir que aqui se instalem exploradores e aventureiros. Os artigos que o pretendente enumera são encontrados em nossos Armazéns por preços que não temem concorrência. Assim, não há razão que justifique a pretensão do interessado, mormente sabendo-se que a Chefia resolveu cassar a permissão de concessões existentes, em face de explorações e abusos verificados.<sup>172</sup>*

Observa-se nesta passagem a que, ao contrário da opinião apresentada no depoimento do empregado da Votorantim citado por Margareth Rago, os vendedores

---

<sup>172</sup> Parecer do Serviço de Subsistência ao pedido de Estevam Delauski para abrir um casa de frutas, bebidas sem álcool e doces no Acampamento de Harmonia em 13/04/1946. Fonte: CDMK.

“avulsos” não eram vistos pela empresa como uma alternativa de abastecimento, mas como um problema a ser erradicado.

Ao despachar sobre um pedido de autorização para a abertura de uma torrefação de fubá, o responsável pelo Serviço não esconde a sua antipatia pelos pequenos comerciantes:

*Sou contrário a essas ou quaisquer outras concessões que visem negócios em Monte Alegre. Temos exemplos do que há de botequins aqui instalados e o modo de agir dos que aqui mercadejam.<sup>173</sup>*

Observa-se a inflexibilidade com que este auxiliar da Chefia trata de um outro pedido, desta vez para a montagem de uma pequena fábrica de chocolates:

*Não convém. Dada a permissão para a indústria amanhã virá, naturalmente, o pedido para comerciar livremente (...) e então, como último recurso, surgirá um novo botequim mascarado de fábrica de chocolate.<sup>174</sup>*

Em outro parecer, o encarregado resume seu pensamento sobre a concorrência entre a Cooperativa e os pequenos comércios, sublinhando a preocupação da empresa com o abastecimento dos seus empregados:

*O prédio-monumento para o Armazém da Cidade, construído pela empresa e prestes a ser inaugurado; as atenções, o carinho e o empenho demonstrados pela Administração em fazer suprir os Armazéns de Monte Alegre de tudo quanto possa interessar ao abastecimento local, tiram aos particulares qualquer pretexto para aqui se estabelecerem e negociarem. Os artigos*

---

<sup>173</sup> Parecer do Serviço de Subsistência ao pedido de Jubal Torres de Oliveira para a instalação de moinho de fubá e torrefação de café em Harmonia, 07/05/1946. Fonte: CDMK.

<sup>174</sup> Parecer do Serviço de Subsistência ao pedido de Ricardo Schad para montar fábrica de chocolates em Harmonia. 27/05/1946. Fonte: CDMK.

*enumerados pelo proponente encontram-se com fatura nos Armazéns da Empresa.*<sup>175</sup>

(Grifos nossos)

A venda por particulares de produtos existentes na Cooperativa é então proibida pela Chefia, formalizando o monopólio da empresa no abastecimento, fato que na prática sempre ocorreu.<sup>176</sup>

A fiscalização não era, ao que parece, exercida de maneira uniforme. Quanto menor a escala do comércio, mais flexível se tornava o controle. Aos filhos de funcionários eram concedidas autorizações para vender frutas, doces e café fora dos portões da fábrica, nos horários de entrada e saída dos turnos. Alguns vendedores viajantes conhecidos da empresa recebiam autorização para vender seus produtos na cidade por períodos limitados, que geralmente não ultrapassavam duas semanas.

A terceira preocupação da Companhia na área de abastecimento era com o preço e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus empregados. Tal cuidado precisa ser compreendido dentro do marco mais amplo que envolve a necessidade de controle sobre as condições em que ocorria a reposição das energias dos operários. A fiscalização do comércio é rigorosa, tanto sobre os estabelecimentos credenciados, como sobre os vendedores ambulantes, que também necessitavam de autorização da Chefia para oferecer seus produtos.<sup>177</sup> Vieira delega ao Serviço Médico

---

<sup>175</sup> Parecer sobre novo pedido de Estevan Delauski para abrir botequim em Harmonia, 19/06/1946. Fonte: CDMK.

<sup>176</sup> Na Circular nº 149, de 22/08/1945 o Engenheiro estabelece:

*(...) fica proibida a venda por particulares de artigos existentes na Cooperativa, com excessão de cigarros, gazozas, refrescos e frutas. Ficam, portanto, canceladas todas as autorizações dadas pela Chefia, neste sentido.* (Fonte: CDMK).

<sup>177</sup> Em fevereiro de 1946 Vieira ordena uma grande fiscalização em todos os comércios:

*Recomendo proceder a rigorosa fiscalização afim de verificar si todos os estabelecimentos comerciais abertos nessa residência possuem a necessária autorização da Chefia, avisando aos que a tiverem que deverão renová-la dentro de dois dias, sob pena de verem sua concessão cancelada. Os que não a possuirem deverão cessar*

da empresa a tarefa de fiscalizar a qualidade dos generos alimentícios comercializados, através da realização de vistorias semanais em todos os estabelecimentos comerciais, com poderes para determinar procedimentos e penalidades na área de higiene e asseio dos estabelecimentos.<sup>178</sup>

Os prestadores de serviços, por sua vez, são classificados de acordo com o padrão do atendimento, sendo que esta diferenciação permitia o enquadramento dos estabelecimentos em tabelas de preços definidos pelo engenheiro-chefe. As barbearias, por exemplo, eram classificadas nas categorias “luxo” e “classe comum”, apresentando uma diferença de 20% nos preços praticados entre as duas categorias.<sup>179</sup> Ao mesmo tipo de fiscalização estavam submetidas as alfaiatarias, lavanderias, sapatarias, estúdios de fotógrafos e oficinas de rádio.

### **Forjando o trabalhador do futuro**

À medida em que se estabiliza a população de Harmonia, com a chegada das famílias dos operários, a paisagem humana da cidade se altera, diminuindo a homogeneidade masculina dos primeiros anos, em favor de uma mescla mais equilibrada entre homens, mulheres e crianças. Com a “normalização” da vida, cresce a demanda de serviços básicos de atendimento à população, necessários a qualquer assentamento humano “moderno”, como o atendimento à saúde e à educação. A importância conferida à educação não pode, no entanto, ser interpretada como mera

---

*imediatamente essa atividade.* (Ordem de Serviço sobre Estabelecimentos Comerciais em 23/02/1946. Fonte: CDMK).

<sup>178</sup> Ordem de Serviço ao Serviço Médico e Abastecimento em 25/09/1944. Fonte: CDMK.

<sup>179</sup> Circulares nº 142 e 142 contendo *Classificação das barbearias e Tabela de preços para barbearias*, em 06/07/1946. Fonte: CDMK.

resposta a uma demanda social. Ao construir suas vilas operárias, as indústrias atribuíam um papel estratégico à formação das novas gerações de trabalhadores.

A política desenvolvida pelas empresas para a formação do contingente de mão-de-obra industrial apoiava-se sobre uma estratégia em quatro etapas sucessivas de atuação sobre os trabalhadores: *atrair*, *isolar*, *selecionar* e, finalmente *educar* os indivíduos para o trabalho. Uma das principais barreiras encontradas na implantação destas ações está localizada exatamente na dificuldade em se arregimentar “bons” operários. Os trabalhadores atraídos para estas novas cidades industriais geralmente são recrutados nas áreas rurais pobres ou nas periferias das grandes cidades. Sua adaptação ao ambiente disciplinar da produção industrial é demorada, exigindo um prolongado e custoso processo que envolve, ao mesmo tempo o *constrangimento* pelas regras e punições e a *educação* para o trabalho.

Para evitar este constante desgaste, as indústrias buscam estabelecer um processo de controle sobre a *hereditariedade*, cujo principal objetivo é criar uma sucessão de gerações de operários, forjados dentro do próprio ambiente da empresa. Aí podemos localizar a função fundamental da educação no interior do *habitat* operário: formar as novas gerações de trabalhadores para a indústria.

Em Harmonia, assim como nos demais assentamentos da Fazenda, a empresa se responsabilizou pela construção do prédio da escola, ficando a contratação de professoras e o envio de material didático sob a responsabilidade do Governo do Estado. A participação do Governo não pode ser atribuída unicamente à política de controle de gastos da empresa, pois cabe lembrar que a supervisão do Estado sobre a educação básica era então considerada imprescindível. Os procedimentos que regulam as relações entre Estado e empresa são bastante indefinidos também na área educacional. O engenheiro-chefe trata pessoalmente com o Interventor sobre a nomeação de professoras para as diversas escolas construídas na Fazenda. A

administração das escolas era de responsabilidade das professoras estaduais, mas a Secretaria Geral exigia as informações completas sobre cada um dos alunos que freqüentavam as aulas. Os currículos e os calendários adotados eram os mesmos das escolas públicas mas, por outro lado, a companhia tomava a liberdade de requisitar a presença dos alunos em todas as solenidades de seu interesse, como aconteceu, por exemplo, na visita presidencial em 1944.

A escola também atuava como eficiente instrumento de reforço e valorização da vida familiar. Lá, as crianças recebiam instruções sobre os valores da família e a importância da constituição de um lar estável, onde a obediência aos pais, e posteriormente ao chefe, era apresentada como um princípio inquestionável. Como o objetivo principal do ensino era o de incentivar a população à uma maior dedicação ao trabalho, a escola de Harmonia limitava-se ao curso do nível básico, evitando, assim, o risco de formar indivíduos que julgassem ter uma capacitação superior à exigida pelo trabalho que o aguardava na Fábrica.

Tendo em conta papel estratégico que cumpria na formação dos futuros trabalhadores da própria empresa, a educação não escapa ao minucioso controle do engenheiro-chefe. A intervenção direta da Chefia é fundamental para a generalização do ensino básico entre os filhos dos operários. Os censos realizados nos primeiros anos de Harmonia mostram que mais de 40% das crianças não freqüentavam a escola, sendo que a taxa geral de analfabetismo na Fazenda chegava a 30%.<sup>180</sup> As conseqüências desta realidade sobre a formação de um contingente estável de trabalhadores preocupavam Vieira, levando-o a adotar medidas rigorosas para ampliar o alcance da educação na população de Monte Alegre. Na Circular de nº 52, emitida no começo do ano escolar de 1944, o Engenheiro determina:

---

<sup>180</sup> Em 1944, por exemplo, das 1.376 crianças em idade escolar existentes na Fazenda, apenas 675, isto é 50%, freqüentavam a escola. Recenseamento Geral de 1944. Fonte: CDMK.

*Recomendo avisar todos os pais que é obrigatória a frequência às aulas a todas as crianças em idade escolar.<sup>181</sup>*

O passo seguinte é exigir às professoras que encaminhem os boletins de frequência dos alunos para análise da Chefia. Tal é a importância conferida à educação que, uma vez localizados os faltantes, o engenheiro-chefe tratava pessoalmente de advertir os pais do aluno. Geralmente o pai recebia uma correspondência, nos moldes da enviada para o operário Casemiro Danchura em 29 de agosto de 1945:

*Recomendo fazer frequentar a Escola o seu filho Eugênio, ou informar a Chefia qual a razão porque não o faz.<sup>182</sup>*

No ano seguinte, sem esperar pelos boletins de frequência, Vieira solicita às professoras das escolas que realizem uma sindicância, logo que sejam encerradas as matrículas, para que se verifique quantas crianças deixaram de se apresentar. O cerco sobre a evasão escolar se fecha a cada dia, apoiado nos recenseamentos, nas sindicâncias, nas informações do Serviço de Pessoal e no cadastro do Serviço de Moradias. Não há lugar em Harmonia que escape ao alcance do olhar onipresente da Chefia, que atravessa todos os espaços da comunidade, localizando aqueles indivíduos cujo comportamento não se enquadra nos parâmetros definidos pela empresa .

### **Serviço Médico: saudáveis trabalhadores**

Entre as tecnologias que intervêm para a conformação de um corpo de trabalhadores sadios, o saber médico ocupa lugar de destaque. Desde o início do século

---

<sup>181</sup> Circular nº 52, de 07/02/44. fonte: CDMK.

<sup>182</sup> Correspondência de Luis Vieira a Casemiro Danchura em 20/09/1945. Fonte: CDMK.

XIX desenvolve-se entre os urbanistas e reformadores sociais o consenso de que um *habitat* operário saudável exige a constante prevenção da doença e o cuidadoso atendimento aos trabalhadores que por ela eram atingidos.

A Klabin adota cuidados especiais ao enfrentar a questão da saúde de seus trabalhadores. O Serviço Médico de Monte Alegre era composto pelo Hospital de Harmonia e três postos de saúde localizados na Fábrica, em Lagoa e em Mauá. Sua atuação era complementada pelo Serviço de Farmácia, composto de uma farmácia central localizada em Lagoa e duas auxiliares situadas em Harmonia e Mauá. Segundo o Regulamento do Serviço Médico, sua atuação atende ao objetivo principal de “zelar pela saúde, higiene e profilaxia dos habitantes de Monte Alegre”.<sup>183</sup>

O atendimento à saúde dos trabalhadores chegou a ser um dos aspectos mais críticos na organização da vida na Fazenda durante os anos de implantação da fábrica. Não havia um hospital suficientemente estruturado e os operários doentes ou acidentados eram atendidos em postos médicos provisórios, permanecendo alojados nas próprias pensões onde moravam. Os casos mais graves eram encaminhados para atendimento no Hospital Anita Ribas, em Castro, que em troca recebia uma subvenção mensal da empresa. Da mesma forma como acontecia em outros aspectos da organização da vida de Harmonia, o engenheiro-chefe também intervinha diretamente na estruturação do atendimento à saúde dos trabalhadores.

A fragilidade da organização na área da saúde nos primeiros anos representava um sério obstáculo ao estabelecimento de uma comunidade urbanizada, dificultando a contratação de técnicos que se dispusessem a trabalhar naquelas terras distantes, em condições sanitárias tão precárias. Doenças contagiosas ou epidêmicas se alastravam nos diversos assentamentos, retirando homens valiosos do trabalho durante

---

<sup>183</sup> Regulamento do Serviço Médico, Circular nº 185 de 11/04/1946. Fonte: CDMK.

semanas, causando interrupções e atrasos nos cronogramas das obras.<sup>184</sup> A primeira medida adotada por Vieira foi providenciar a retirada dos doentes do interior das pensões, evitando o risco de contágio entre trabalhadores enfermos e sadios.<sup>185</sup> Em seguida, o engenheiro-chefe cuida da organização de uma estrutura permanente de equipamentos de saúde, capaz de responder às necessidades de atenção médica de toda a população da Fazenda. Os postos de médicos e o Hospital de Harmonia recebem aos poucos infraestrutura e pessoal especializado. Com a estruturação do serviço, o atendimento médico, internamento hospitalar e o fornecimento de medicamentos pelas farmácias passam a ser cobrados pela Companhia. O Regulamento do Serviço Médico estabelece, porém, uma série de possibilidades em que o atendimento é gratuito, abrangendo grande parte das consultas e internamentos. São definidos, por exemplo, descontos de 50% para os operários das faixas salariais mais baixas e a isenção total para aqueles que contribuem regularmente com a Assistência Social. Mesmo nos casos em que a cobrança é realizada, o regulamento atribui ao engenheiro-chefe a prerrogativa de conferir descontos especiais sobre as tarifas.

De forma similar ao ocorrido nos demais serviços prestados pela Companhia à população, os mecanismos de controle e fiscalização da Secretaria Geral acompanham todos os detalhes do que acontece nos domínios do Serviço Médico. Os

---

<sup>184</sup> Em diversas ocasiões foi necessária a intervenção direta do Engenheiro-chefe para que medidas emergenciais fossem tomadas frente ao alastramento das doenças. Em outubro de 1944, por exemplo, Vieira envia ordem de serviço ao Serviço Médico:

*Recomendo tomar as providências que couberem em relação ao surto de varicela verificado atualmente na Pedreira.* (Correspondência de Luis Vieira ao Serviço Médico em 04/10/1944. Fonte: CDMK)

<sup>185</sup> Em carta ao Chefe do Serviço Médico, Vieira adverte para a necessidade de se separar os doentes:

*Recomendo suas providências no sentido de não mais serem enviados doentes para as pensões.*

*Os que estão alojados deverão ser retirados o quanto antes, devendo o Serviço Médico se entender com o Guilherme a respeito de acomodação para doentes.* (Correspondência de Luis Vieira ao Serviço Médico em 06/03/1944 Fonte: CDMK)

relatórios de atendimento são solicitados periodicamente pelo engenheiro-chefe; o movimento do Hospital é observado com atenção e Vieira acompanha todas as entradas e saídas do internamento:

*A internação de operários no Hospital só será providenciada mediante memorandum de apresentação dos Chefes de Serviços ou por determinação formal dos médicos, sendo neste caso, obrigatória a comunicação imediata ao Chefe de Serviço Correspondente. A internação de pessoas estranhas à Cia. só se fará em casos especiais, mediante autorização expressa do engenheiro-chefe.*<sup>186</sup>

As condições gerais de saúde dos trabalhadores e suas famílias também eram acompanhadas de forma permanente pela Chefia. Através dos relatórios e de informações prestadas diretamente pelos médicos, Vieira seguia a evolução dos surtos de malária, acompanhava a recuperação dos operários acidentados e identificava os empregados feridos nas brigas fora da fábrica. Fechava-se desta forma mais um flanco do cerco imposto pela Companhia à individualidade dos habitantes da cidade, graças ao domínio, pela Chefia, da informação médica sobre cada indivíduo que conformava a população de Harmonia.

A atuação da empresa no campo da educação e da saúde se era limitada pelas políticas de austeridade na aplicação de recursos. No entanto, os operários de menor salário não reuniam condições econômicas para arcar com todas as despesas de tratamento médico ou com a compra dos uniformes necessários para que seus filhos frequentassem a escola. A exclusão destes trabalhadores das políticas sociais não interessava à empresa, que procurou a solução para este impasse criando a *Legião Beneficente*, posteriormente transformada em *Assistência Social*.

A fórmula encontrada por Vieira foi a de compartilhar com os trabalhadores a responsabilidade pela arrecadação dos recursos necessários para o atendimento aos

---

<sup>186</sup> Regulamento do Serviço Médico, Circular nº 185 de 11/04/1946. Fonte: CDMK

mais necessitados. Estes fundos permaneciam sob o direto controle da Chefia, que define o estatuto da Assistência Social como uma “entidade autônoma, subordinada diretamente ao Engenheiro-chefe”<sup>187</sup>

O próprio regulamento da entidade esclarece a sua função:

*(...) socorrer exclusivamente os empregados necessitados, isto é, aqueles que comprovadamente não puderem, por suas condições financeiras precárias, arcar com as despesas de hospitalização, tratamento, dieta, alimentação, abrigo e ensino.*<sup>188</sup>

A instituição, por iniciativa da própria empresa, de um fundo para atenuar situações de necessidade que venham a surgir entre seus trabalhadores, demonstra grande sintonia com o espírito que inspirou as políticas compensatórias estabelecidas pela legislação social que Getúlio Vargas havia promulgado poucos anos antes, durante o Estado Novo.

A fórmula encontrada pela Klabin para responder ao problema da assistência aos trabalhadores com menores salários era engenhosa. O fundo era mantido por recursos provenientes de contribuições da empresa e dos trabalhadores. A empresa contribuía diretamente, repassando recursos, e indiretamente, através do subsídio ao atendimento prestado pelos serviços médico, odontológico e de farmácia. A contribuição dos trabalhadores também podia ser voluntária, através do desconto em folha de 1% do valor do salário, ou compulsória, através da cobrança de taxas impostas pela empresa sobre os preços das passagens de ônibus, entradas de cinema, telefonemas ou serviços<sup>189</sup>. Esta solução compartilhada apresentava diversas vantagens

---

<sup>187</sup> Ordem de Serviço nº 192 - Regulamento da Assistência Social, 21/04/1946. Fonte: CDMK.

<sup>188</sup> Ordem de Serviço nº 192 - Regulamento da Assistência Social, 21/04/1946. Fonte: CDMK.

<sup>189</sup> O Engenheiro-chefe estabelece a cobrança dos seguintes emolumentos para a constituição dos fundos da Legião Beneficente de Monte Alegre, futura Assistência social:

1) 10% sobre o custo dos bilhetes das casas de diversões e jogos atléticos;

frente ao paternalismo assistencialista adotado, por exemplo, em algumas indústrias na Europa. Em primeiro lugar, poupava a empresa de arcar com a totalidade do elevado custo de manutenção do sistema assistencial. Em segundo, introduzia a noção de co-reponsabilidade na gestão social entre trabalhadores e empresa. Co-reponsabilidade que, é bom esclarecer, limitava-se à sustentação financeira, uma vez que o poder de decisão estava totalmente concentrado nas mãos da Companhia, na pessoa do engenheiro-chefe, que ocupava o cargo de presidente-nato da comissão responsável pelo gerenciamento do fundo.

### **Saudáveis diversões.**

Exausto, ao fim de sua extensa jornada de trabalho, o operário retorna à sua casa, onde a família o aguarda para o merecido descanso. O trajeto a ser cumprido entre a fábrica e a moradia é curto; o planejamento da empresa tratou de saneá-lo dos perigos que proliferavam nos velhos subúrbios industriais: não há bares nem cabarés; o jogo está proibido, a prostituição e a bebida banidas a muitos quilômetros de distância. Uma vez afastados os males que ameaçavam as horas livres, a Companhia se preocupa em utilizá-las para atividades sadias, que concorram para a recomposição das

---

2) Cr\$ 0,50 por passagem vendida pela empresa de ônibus que explorar as linhas internas e externas;

3) Cr\$ 0,50 por passagem nos caminhões da Companhia

4) 50% dos alugueis de bares, botequins, cafés, casas de frutas, barbearias, sapatarias, pensões, restaurantes e hotéis que funcionam em Monte Alegre devidamente autorizados;

5) 50% das multas sobre animais apreendidos;

6) As consultas médicas remuneradas, atendidas durante o dia.

(Circular nº 146, de 23/07/1945. Fonte: CDMK.)

energias, ocupando, ao mesmo tempo, o espaço que anteriormente era dedicado ao vício.

*Cabeça vazia, oficina do diabo*, diz a sabedoria popular. Owen alertava para o fato de que a não provisão dos divertimentos adequados havia permitido que o dia de descanso semanal do trabalhador se houvesse convertido no “momento da mais destrutiva intemperança e licenciosidade”.<sup>190</sup>

A atenção das empresas volta-se então para a organização de atividades que ocupem o tempo do não-trabalho com diversões saudáveis, contribuindo para a reposição das energias do trabalhador. O fundamental é dispender o tempo do lazer em atividades úteis e educativas, que incentivem o gosto pelo trabalho e promovam um saudável convívio entre os empregados. A ênfase conferida à convivência leva a uma preferência por atividades coletivas, capazes de promover o senso de comunidade entre aquela massa operária composta por indivíduos das mais diversas origens.

Em Harmonia, a importância atribuída pela direção da empresa às atividades ligadas ao lazer cresce à medida em que a cidade se consolida. A prática esportiva, que recebia atenção prioritária do Governo Federal em sua estratégia para formar um *novo trabalhador brasileiro*, é incentivada pela Chefia. As crianças recebem aulas de instrução física na escola, coordenadas por um empregado da empresa, pois entre as professoras do Estado não havia nenhuma com especialização para ministrá-las. O próprio Engenheiro-chefe estabelecia o horário destas aulas.

A prática esportiva ganha impulso também entre os operários, com a fundação do Clube Atlético de Monte Alegre - CAMA - agremiação esportiva que recebeu o apoio ostensivo da Chefia. Horácio Klabin, membro da geração mais jovem da família, incentiva pessoalmente a participação das equipes do CAMA em

---

<sup>190</sup> OWEN, Robert, in CORREIA Telma de Barros. Pedra: plano e cotidiano operário no sertão São

Paulo: Tese de doutoramento, USP, 1995. p.214.

competições esportivas fora da Fazenda, chegando à conquista o título de Campeão Paranaense de Futebol, vencendo todos os times da Capital na década de 50. Havia uma grande adesão dos trabalhadores às atividades promovidas pelo Clube, que contava com um estádio próprio e uma espaçosa sede social localizada, no centro de Harmonia, em plena Avenida Brasil. Além das partidas de futebol, o CAMA promovia uma diversidade de competições esportivas e eventos sociais, como bailes e festas, onde obviamente não eram servidas bebidas alcoólicas.

Utilizando uma estratégia similar à adotada na resolução da questão do abastecimento e pequenos serviços, a empresa se desencumbia, ao apoiar o CAMA, da responsabilidade de organizar diretamente todas as atividades necessárias ao lazer operário. Este repasse de responsabilidade gera, porém, outra preocupação: a reunião de um grande número de empregados em uma única entidade, que por sua vez promove atividades sociais e esportivas com aglomeração de operários, traz consigo o risco do surgimento da agitação política e sindical. Estas preocupações talvez expliquem a forte vinculação do Clube operário à autoridade da Chefia. Os estatutos recém-aprovados são enviados para o engenheiro-chefe, afim de receber o consentimento e o apoio “moral e material”<sup>191</sup> para o estabelecimento da entidade. Nos esclarecimentos prestados na carta de apresentação dos estatutos, os diretores empossados se apressam em tranquilizar a Chefia:

*(...) atendendo a necessidade e finalidade deste Clube que visa unicamente tornar possível aos operários destas Indústrias reuniões recreativas e a prática de esportes em geral.*<sup>192</sup>

Coerente com as estratégias de esvaziamento dos sindicatos classistas, adotadas pelo Estado Novo, a Chefia concentrava seus esforços em transformar o

---

<sup>191</sup> Correspondência da diretoria do CAMA ao Engenheiro-chefe em data desconhecida do ano de 1946. fonte: CDMK.

clube operário em uma espécie de *anti-sindicato*, espaço despolitizado em que as reuniões operárias teriam como único objetivo o lazer e a confraternização em um ambiente sadio e favorável ao trabalho. Neste sentido, a dependência financeira da entidade em relação à empresa vinha de encontro aos interesses da Companhia, permitindo uma maior tutela da Chefia sobre as atividades do Clube.

Completando as alternativas de lazer sadio, o engenheiro-chefe trata de incentivar atividades culturais entre os operários. Entre todas elas, a mais bem sucedida foi a organização, a partir de 1944, da Banda de Monte Alegre, continuação da Banda de Lagoa, fundada dois anos antes. A prática musical entre os empregados, incentivada em muitas indústrias e vilas operárias desde o século XIX, geralmente estava vinculada ao objetivo de promover a estabilização do trabalhador. Além de proporcionar uma atividade de lazer reconfortante, o manejo de instrumentos incentivava o desenvolvimento das capacidades motoras e intelectuais dos operários envolvidos. A música, tocada em conjunto, reforça ainda mais a idéia de unidade corporativa, coerente com o modelo de convivência harmônica entre empregados e patrões almejado pelo Estado Novo.

Assim como as outras atividades que compunham a vida social de Harmonia, a organização da banda não ocorreu de forma espontânea ou voluntária. Coube a Luis Vieira tomar a iniciativa. Em janeiro de 1944 o engenheiro-chefe envia carta a todos os chefes de seção:

*Afim de providenciar a organização da banda de música de Monte Alegre, recomendo fornecer à Chefia, até dia 6, a relação dos empregados de qualquer categoria que tenham aptidões para esse fim.<sup>193</sup>*

---

<sup>192</sup> Correspondência da diretoria do CAMA ao Engenheiro-chefe em data desconhecida do ano de 1946.

<sup>193</sup> Correspondência de Luis Vieira às Chefias de Seção em 05/01/1944. Fonte: CDMK.

Os músicos escolhidos foram alocados em dois grupos: a Banda, com 18 componentes, e a Banda de Jazz, com 5. A tutela da Chefia não se limitava à escolha dos componentes da Banda. O funcionamento da banda era regido por um regulamento interno, estabelecido através de circular da Chefia,<sup>194</sup> que estabelecia uma Comissão Diretora<sup>195</sup> composta por três membros, eleitos pelos Chefes de Seção. Todos os membros da banda eram operários da Companhia, salvo o regente, que era um músico profissional contratado especialmente para a função.

Realizada a eleição para a Comissão, o Engenheiro-chefe se encarregava pessoalmente de consultar os eleitos se aceitavam o cargo:

*Tendo você sido escolhido para Diretor da Banda de Música de Monte Alegre em eleição realizada de acordo com minha circular nº 105, de 4 do corrente, permito-me consultar se aceita o cargo.*

Após fazer a consulta, Vieira trata de aconselhar o eleito, afastando qualquer dúvida que por ventura importune o escolhido sobre a conveniência de aceitar o convite:

---

<sup>194</sup> Circular nº 105, de 04/01/1945. Fonte: CDMK.

<sup>195</sup> O regulamento estabelece uma Comissão Diretora composta de Diretor, Tesoureiro e Secretário, definindo cuidadosamente as atribuições e obrigações de cada um. A Comissão, como um todo, recebeu as seguintes incumbências:

- *Dirigir os negócios da Banda de acordo com as instruções da Chefia.*
- *Sugerir ou propor medidas tendentes ao melhoramento da Banda.*
- *Discutir condições de Festivais.*
- *Receber e cumprir as instruções emanadas da Chefia .*
- *Selecionar os elementos componentes da Banda*

(Circular nº 105, de 04/01/1945. Fonte: CDMK. - os grifos são nossos)

*Posso assegurar-lhe desde já que achei muito justa a escolha e espero que você não hesitará em colaborar com a chefia nessa incumbência como o tem feito em todas as demais que lhe tem sido confiadas.<sup>196</sup>*

O cinema de Harmonia era, provavelmente, a mais importante alternativa de lazer da cidade. Cedido em concessão junto com o snooker e a sorveteria, o funcionamento da sala de projeções só era permitido aos sábados, domingos e feriados, em horários autorizados pela Chefia. O termo de concessão também autorizava a empresa a controlar os preços dos ingressos, uma vez que a sala e a energia elétrica eram cedidos pela própria Companhia. Relatos contam que a chegada de um novo filme representava um verdadeiro evento na cidade, sendo que até o engenheiro-chefe comparecia religiosamente a todas as estréias.

A Chefia também autorizou o concessionário do cinema a construir um rink de patinação, sob estritas normas de preço e horário de funcionamento. Um horário especial também era reservado às “senhoras e senhoritas”, separando-as dos usuários do sexo masculino, cujo horário não poderia coincidir com o turno de trabalho na fábrica.<sup>197</sup>

No espaço padronizado da cidade, a hierarquia funcional podia ser visualizada pela diferenciação no tamanho e qualidade construtiva das casas. Da mesma forma, os funcionários superiores e diretores dispunham de um espaço diferenciado para as suas atividades de lazer. A sede do Harmonia Clube foi construída às margens da represa de Harmonia, em meio a uma bucólica paisagem de bosques e amplos gramados, a dois quilômetros do centro da cidade. A diferenciação entre os espaços de

---

<sup>196</sup> Carta de Luis Vieira a Guilherme Ross, Diretor Eleito da Banda de Música de Monte Alegre, em 09/01/1945. fonte: CDMK.

<sup>197</sup> Na solicitação dirigida ao Engenheiro-chefe o concessionário Nagib Miguel se compromete a construir o rink “considerando a falta de divertimento em Monte Alegre”. (Solicitação de Nagib Miguel a Luis Vieira em abril de 1945. Fonte: CDMK).

lazer destinados a operários e técnicos é uma prática usual em Monte Alegre, estabelecida desde a chegada de Vieira à Fazenda. Já em seu primeiro mês em Lagoa, o engenheiro-chefe disciplinou o uso da piscina do Hotel, limitando-o aos “funcionários administrativos”<sup>198</sup>

O Harmonia Clube era o centro do convívio social entre os técnicos de nível superior, grupo composto em sua maioria por europeus. A dificuldade de transporte e as prolongadas permanências em Harmonia incentivavam a constituição de uma vida social ativa, com a realização de recitais, peças de teatro e bailes no carnaval, São João e Reveillon. Os moradores mais antigos contam orgulhosos que nos anos 50 os bailes do Harmonia Clube competiam em elegância com os melhores clubes de Curitiba.

Havia, portanto, atividades exclusivas para os operários, que por sua vez eram separadas daquelas organizadas para os técnicos; em outras ocasiões, no entanto, toda a comunidade se reunia em atividades comuns. Era o caso, por exemplo, dos desfiles e festas cívicas organizadas pela Companhia. O Carnaval é o melhor exemplo: os bailes eram realizados em separado, nos clubes Harmonia e CAMA<sup>199</sup>. Já os desfiles de rua eram organizados pela empresa em conjunto com os clubes, cabendo a cada nível da hierarquia funcional um papel diferente: enquanto os operários e as crianças desfilavam, os funcionários administrativos e engenheiros eram encarregados da organização do evento.

A vida cultural na Fazenda não poderia estar à altura de uma “moderna” comunidade sem a publicação de um periódico de comunicação escrita. Já em 1944,

---

<sup>198</sup> Circular n° 20, de 24/02/1943. Fonte: CDMK.

<sup>199</sup> Apesar da “lei seca”, nem sempre os bailes operários eram tranquilos. No final de 1944, por exemplo, Vieira suspende os bailes na Serraria, provavelmente devido a um quebra-quebra lá ocorrido:

muito antes do início de operação da fábrica, Vieira organizou a publicação do jornal *O Pinheiro*, com periodicidade semanal, para circulação exclusiva na Fazenda. Coerente com o sistema disciplinar imposto pelo engenheiro-chefe, a venda era tarefa compulsória para os cargos de chefia, que recebiam lotes do periódico para distribuir em suas seções.

Alguns anos depois, Horácio Klabin funda o jornal *O Tibagi*. Vinculado inicialmente à empresa, o jornal ganha posteriormente vida autônoma, sem perder no entanto o decisivo apoio financeiro da Companhia.

O outro momento privilegiado de reunião das famílias de operários e engenheiros acontecia durante a realização das missas de domingo. A prática religiosa era incentivada pela Chefia, constituindo-se em importante instrumento de estabilização social através da valorização da instituição familiar e do incentivo ao trabalho produtivo. A frequência de técnicos e operários nas missas era alta, segundo testemunhos da época. A construção da Igreja de Harmonia foi custeada com recursos da Companhia. A própria *História de Monte Alegre* ressalta a atenção conferida à religião:

*Também a cultura espiritual merece, nesta Fazenda, a atenção que lhe é devida. Assim, o serviço religioso e de assistência espiritual está sob os cuidados dos Reverendíssimos Padres da Ordem dos Padres Redentoristas, que possuem uma bela igreja na cidade de Harmonia e uma capelinha na vila de Lagoa.*<sup>200</sup>

Não há, porém, no material da Secretaria Geral, registros de uma colaboração mais orgânica entre a Igreja e a empresa em Monte Alegre. Pode-se verificar, no entanto, uma comunhão de interesses entre a indústria, que se beneficiava do papel estabilizador desempenhado pela Igreja, e os padres redentoristas, que contam com um “rebanho” de fiéis dóceis e organizados pela empresa.

---

*Diante dos acontecimentos de domingo último, resolvo proibir os bailes no acampamento da Serraria até segundo aviso. (Ordem de Serviço de 06/12/1944. Fonte: CDMK.)*

<sup>200</sup> Histórico de Monte Alegre. Monte Alegre: IKPC, 1954.

A prática religiosa completa o largo espectro de atividades sociais que consolidaram, ainda na década de quarenta, um modelo de sociabilidade industrial moderna na cidade de Harmonia. Graças à combinação entre a cuidadosa organização do espaço urbano e a rígida organização da vida dentro e fora da fábrica, a cidade torna-se um modelo concreto de sociedade fabril. Mais além da bucólica paisagem de suas vias arborizadas ou dos com seus jardins impecáveis nas casinhas operárias, consolida-se em Harmonia uma ordem disciplinar cujo rigor é ao mesmo tempo contundente e invisível.

Os dispositivos de controle são múltiplos, distribuindo-se em todos os aspectos da vida da cidade. Do transporte ao abastecimento, do lazer à saúde, os mecanismos de observação e punição multiplicam-se com tal sutileza a ponto de se tornarem imperceptíveis ao observador desavisado. Neste contexto, o espaço urbano adquire particular importância como suporte para tais dispositivos, traduzindo em sua configuração a disposição disciplinar desejada pela empresa. Ao contrário das cidades nascidas de forma espontânea em locais de afluxo natural da população, Harmonia nasce em meio ao vazio, como legítimo fruto da modernidade industrial. Planejada e construída em função da indústria, suas ruas e seu cotidiano traduzem, em cada detalhe, o modelo social desejado por seus construtores.

36. Posto de Saúde, hoje transformado em residência dos médicos.  
37. Equipe médica de Harmonia, 1945.  
38. A Banda de Harmonia.



36.



37.



38.

- 39. Parada cívica na Avenida Brasil.
- 40. Baile de Carnaval no Harmonia Clube.
- 41. Desfile de Carnaval na Avenida Brasil.



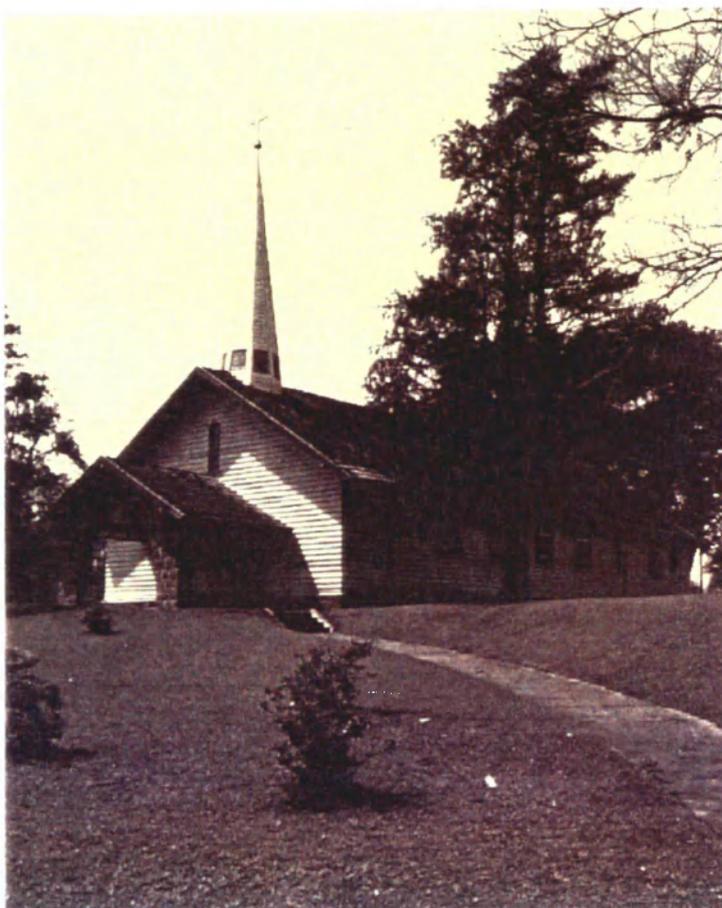
39.



40.



41.



42.



43.

42. A igreja de Harmonia.  
43. Coroinhas da Igreja de Harmonia.

## Conclusão



Viagem a um admirável mundo novo

## Considerações finais

### **Viagem a um admirável mundo novo**

*Monte Alegre é, pois, uma realidade insofismável dentro da nova etapa de civilização vivida pelo Paraná, com a sua efetiva econômica e cultural. É o fenômeno da industrialização que começa a ser inaugurado com passo de gigante. Haverá maior exemplo do que êsse?*

Revista Paraná, número especial dedicado ao centenário do Estado em dezembro de 1954, p. 59.

Os 250 quilômetros que separam Curitiba da Fazenda Monte Alegre podem ser percorridos, nos dias de hoje, em três horas de viagem. Cruzando os campos bem cultivados das fazendas que se sucedem na região central do estado, o viajante avança por modernas rodovias, cumprindo o seu trajeto em menos de três horas.

Talvez o viajante de hoje, distraído com a sucessão das paisagens de natureza domesticada pela moderna agricultura, não consiga ter noção do desafio que este percurso representava aos pioneiros da indústria de papel que chegaram a Monte Alegre no final dos anos 30.

Os relatos dos primeiros técnicos que viajavam até a Fazenda com o objetivo de estudar a possibilidade de implantação de uma fábrica de papel, descrevem uma natureza exuberante composta por florestas de pinheiros centenários, campos intermináveis habitados somente por animais selvagens. As descrições falam da solidão do vazio, do território a ser conquistado, da natureza a ser domesticada.

As fotografias e as narrativas dos que lá chegaram nos descortinam um horizonte infinito, os campos e as matas alternando-se até perderem-se de vista, sem qualquer vestígio da presença do homem. A viagem, então, era uma verdadeira *jornada de separação*, utilizando as palavras de James Holston. Deixando São Paulo, após um longo trajeto nos vagões da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, que chegava a durar até 40 horas para chegar a Piraí, o passageiro enfrentava, em caminhão, mais 100 quilômetros de trilhas através dos campos e das matas do segundo planalto.

A viagem e a separação nos remetem então ao sonho da utopia clássica: um mundo ideal nascendo a muitas milhas da velha civilização. Este sonho se repete quatro séculos mais tarde, pois Harmonia nos leva, em uma só viagem, a muitas utopias.

Em primeiro lugar, a utopia da modernidade industrial, tal como ela ocorreu em nosso país. Uma modernidade incompleta, repleta de conflitos e contradições. Imagine-se o leitor no lugar de um viajante que explora o centro do Paraná há 50 anos atrás. Após dias de árduo trajeto através dos vazios sertões e florestas, vê descortinar à sua frente o espetáculo de uma gigantesca e moderna fábrica, com seus edifícios, chaminés, vapores, luzes e ruídos. Imaginemos ainda que o viajante se depare, junto à fábrica, com uma moderna cidade, dispondo de ruas arborizadas, casas e prédios bem construídos, luz elétrica, telefones e jardins impecáveis.

Submetido ao impacto causado por tais visões, o viajante resiste a acreditar no que vê. Esta “fantasmagoria” é resultado dos fortes contrastes presentes no complexo industrial de Monte Alegre. O impressionante espetáculo de modernidade representado pela tecnologia da fábrica contrasta com o isolamento e a solidão da paisagem; o gigantismo e a complexidade dos maquinismos industriais se impõe à

natureza primitiva que os cerca, da mesma forma que a ordem e a qualidade urbana existentes na cidade também contrastam com a paisagem à sua volta.

Surge então nosso segundo diálogo com a utopia: o sonho do urbanista de construir um moderno *mundo novo* em meio ao território intocado, vazio. De Ledoux a Le Corbusier, passando por Ebenezer Howard ou Lucio Costa, gerações inteiras de arquitetos e engenheiros sonham com a construção de novas estruturas urbanas, capazes fazer nascer a um novo modelo sociedade. A *utopia do arquiteto moderno*, cuja proposta era criar, a partir do território virgem, um novo espaço conformador de relações sociais e econômicas planejadas, impulsionou, nos dois últimos séculos, um interminável universo de projetos. Para viabilizar seus projetos, tais urbanistas apoiavam-se e na certeza de que a modernidade industrial permitiria a liberação de recursos econômicos e humanos para implantar projetos urbanísticos e sociais revolucionários.

Tais propostas esbarraram, via de regra, nos limites impostos pela própria realidade. O prometido poder do planejamento espacial para conformar a vida das pessoas acabou por se mostrar limitado. A nova capital não alterou as desigualdades sociais e econômicas do Brasil, assim como o traçado romântico das *idades-jardim* não foi capaz de atenuar a ganância do capitalismo industrial britânico. A economia e a sociedade continuavam o seu curso, sem que as novas relações propostas pelos arquitetos fossem capaz de modificá-lo.

Fundadas sobre uma sólida confiança no progresso, muitas das utopias urbanas se aproximam da concepção dos projetos empresariais, graças a esta fé inabalável nas conquistas da técnica e da modernidade industrial. Os espaços por elas propostos com vistas à produção, acabam por fracassar na tentativa de forjar uma nova sociedade igualitária, mas acabam por atender, de forma competente, aos desígnios patronais no que diz respeito à organização da mão-de-obra para o avanço das

indústrias. Desvenda-se assim a aparente contradição que sugerimos na introdução deste texto, entre a imagem de utopia social e o complexo sistema disciplinar aplicado sobre os indivíduos residentes em Harmonia.

Surge então a terceira utopia presente em nossa cidade: a utopia conservadora, disciplinar, almejada por governantes e empresários. Neste sentido, Harmonia sintetiza a um só tempo, as três principais metas propostas pelo Estado Novo: a conquista do território vazio nos marcos da *Marcha para o Oeste*, a modernização nacional através da industrialização e a criação de um novo ideal de trabalhador, adequado a esta emergente modernidade industrial.

A fina trama de normas e punições organizam o mundo do trabalho de tal forma, que ao visitante é imperceptível o regime disciplinar que rege a vida da população de Harmonia. A sobreposição de controles, relatórios, regras e penalidades estabelecem uma ordem voltada para o trabalho, mesmo em se tratando da vida fora da fábrica. Cada movimento, cada espaço, cada instituição é pensada de forma a contribuir para a nova ordem industrial.

Modernidade e fantasmagoria, disciplina e utopia, civilização e natureza. Muito além de um simples exemplo de *company-town*, Harmonia se impõe ao vazio dos Campos Gerais, simbolizando, como poucas iniciativas na história do país, um projeto de Nação moderna para o Brasil.

Um admirável mundo novo, para o Brasil dos anos 40. Ou, talvez, para ser mais preciso, um *admirável mundo do Estado Novo*.

## **BIBLIOGRAFIA:**

- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. O plano Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil. Espaço e Debates, São Paulo, 34 : 55-36, 1991.
- AGACHE, Alfred. Aglomérations Rurales - comment les aménager. Paris: Librairie de la Construcción Moderne, 1916.
- BACZKO, Bronislaw. L'utopia. Immaginazione sociale e rappresentazione utopiche nell'età dell'iluminismo. Torino: Einaudi, 1979.
- BARNABÉ, Marcos Fagundes. A construção do pensamento urbanístico moderno para os projeto das cidades novas do Norte do Paraná. in: HOLANDA, Frederico e KOHLSDORF, Maria Elaine. Anais do 4 SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. Brasília: FAU-UNB, 1991. p. 245-260.
- BENEVOLO, Leonardo. História da arquitetura moderna. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire - um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENTHAM, Jeremy. Panóptico - Memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. Revista Brasileira de História. São Paulo: 7(14):199-229,mar/ago 1987.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar; a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BLAY, Eva A. Dormitórios e vilas operárias: o trabalhador no espaço urbano brasileiro. In: VALADARES, Lícia do Prado. Habitação em questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- \_\_\_\_\_. Habitação: a política e o habitante. In: BLAY, Eva A. (org.) A Luta pelo espaço. São Paulo: Vozes, 1978. p. 75.

- BONDUKI, Nabil Georges. origens do problema da habitação popular em São Paulo - primeiros estudos. In: Espaços e debates. São Paulo, 2(5): 81-111, mar-jun. 1982.
- BONI, Maria Ignês M. de. O espetáculo visto do alto; vigilância e punição em Curitiba 1890-1920. São Paulo, 1985. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Vigilância e punição: o espaço da criminalidade na constituição do trabalhador urbano; Curitiba, 1890-1920. História: Questões e Debates, Curitiba, 8(14/15): 45-99, jul-dez. 1987.
- BRESCIANI, Maria Stella. Lógica e dissonância. Sociedade e trabalho: Lei, Ciência e Resistência Operária. Revista Brasileira de História, São Paulo, V.6,N.11:7-44, set.1985. p.13.
- \_\_\_\_\_. Londres e Paris no século XIX; o espetáculo da Multidão. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. Metrópolis: as faces do monstro urbano (as cidades do século XIX). Revista Brasileira de História, São Paulo, 5(8/9): 35-68, setembro 1984/ abril 1985.
- CANETTI, Elias. Crowds and Power. London: Penguin Books, 1970.
- CARPINTÉRIO, Marisa Varanda. A construção de um sonho. Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril - cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHEVALIER, Louis. Classes laborieuses et classes dangereuses; à Paris, pendant la première moitié du XIX siècle. Paris: Hachette, 1984.
- CORREIA Telma de Barros. Pedra: plano e cotidiano operário no sertão São Paulo: Tese de doutoramento, USP, 1995.
- CORBUSIER, Le. A carta de Atenas. São Paulo: Hucietc/Edusp, 1993.

- COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- CRAWFORD, Margaret. Building the workingman's paradise. - The design of american company towns. New York: Verso, 1995.
- CUNHA, Analícia Carneiro da. O homem papel; análise histórica do trabalhador das Indústrias Klabin do Paraná de Papel e Celulose S. A, 1942-1980. Curitiba, 1982. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. São Paulo: Difel.
- DECCA, Edgar de. Ciência da produção - fábrica despolitizada. Revista Brasileira de História (6):47-9, 1983.
- \_\_\_\_\_. O nascimento das fábricas. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. 1930 - o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de, A vida fora das fábricas; o cotidiano operário em São Paulo 1920/1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ENGELS, Friederich. A situação da classe trabalhadora em Inglaterra. Porto, afrontamento, 1975.
- FABRIS, Annateresa (org.) Modernidade e modernismo no Brasil. Campinas: Mercado de Letras, 1994.
- FERNANDES, Hellê Vellozo. Monte Alegre - cidade papel; Indústrias Klabin do Paraná. Curitiba: Editora Símbolo, 1974.
- FERREIRA, Jorge Luiz. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 3(6) : 180-195, 1991.
- \_\_\_\_\_. Trabalhadores do Brasil - imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- \_\_\_\_\_. Vigiar e punir; história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1983.

- \_\_\_\_\_, Entrevista a Paul Rabinow. in: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 23:139-145, 1994.
- FOURQUET, François & MURAD, Lion. Los equipamientos del poder. Ciudades, territorios y equipamientos colectivos. Barcelona, Gustavo Gili 1978.
- FREY, Jean-Pierre. La ville industrielle et ses urbanités. Bruxelas, Pierre Mardaga, 1992.
- GARNER, John S. The company town: architecture and society un the industrial age. New York/Oxford, Oxford University Press, 1992.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e trabalho. Política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1993.
- GUNN, Philip. O significado do sertão: capítulos da Industrialização da Bahia. São Paulo, USP, 1990. Tese de Livre docência apresentada à FAU/USP.
- HALL, Peter. Cidades do amanhã. São Paulo, Perspectiva, 1995.
- HARDMANN, Francisco Foot. Trem fantasma - a modernidade na selva. São Paulo: Companhia Brasileira de Letras, 1988.
- HOLSTON, James. A cidade modernista. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JULIAN, René. Tony Garnier - constructeur et utopiste. Paris, Philippe Sers, 1989.
- JACQUES, Annie e MOUILLESEAUX, Jean-Pierre. Les architectes de la liberté. Paris: Gallimard, 1988.
- LAINO, André. Controle fabril: poder e autoridade do capital. Petrópolis: vozes, 1983.
- LEMONS, Celina Borges. Cidades Planejadas: sonho de um Brasil diferente. in: The journal of decorative and propaganda arts. Miami, 3(21):106-115, maio 1995.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- LENHARO, Alcir. Sacralização da política. São Paulo: Papirus, 1986.
- LOPES, Myrian Bahia. Práticas Médico-sanitárias e Remodelação Urbana na Cidade do Rio de Janeiro.
- MACHADO, Roberto e outros. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MARKUS, Thomas. Buildings and power - freedom and control in the origin of modern building types. London, Routledge, 1993.
- MUELLER, Helena Isabel. Mundo velho sem porteira. in: Ágora. (2); Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994.
- MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. Le petit travailleur infatigable. Villes-usines, habitat et intimités au XIX siècle. Paris, Recherches, 1976.
- MURARD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick (organizadores). L'halaille des Fauburgs; ville, habitat e santé au XIX siècle. Recherche. Paris: Cerfi, 1978.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; CASTRO GOMES, Ângela. Estado Novo, ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- OLIVEN, Rubem George. Urbanização e mudança social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.
- OSBORN, Frederic e WHITTICK, Arnold. The new towns - the answer to megalopolis. New York: McGraw-Hill, 1963.
- OWEN, Robert. A new view of society - essay first on the formation of character. In: Report to the county of Lanark/A new view of society. London, Pelican Books, 1970.
- PASSOS, John dos. Brazil in the move. New York: Doubelay & Co.
- PAZ, Francisco Moraes. Corpos disciplinados, corpos individualizados. História: Questões e Debates. (11); 165-204, 1985.

PECHMANN, Robert Moses e FRITSCH, L. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. Revista Brasileira de História (8/9):181, 1985.

\_\_\_\_\_ (org.) Olhares sobre a cidade. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994.

PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso. Revista Brasileira de História, São Paulo, 5(8/9): 139-195, set.1984/abr.1985.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. Maneiras de morar. in: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. História da vida privada. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 306-323.

PROST, Antoine e VINCENT, Gérard, orgs. História da vida privada; vol. 5: da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-193. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RELPH, Edward. A paisagem urbana moderna. Lisboa: Edições 70, 1987.

RIBEIRO, Benjamin Adiron. Vila Serra do Navio; comunidade urbana na Selva Amazônica. São Paulo: PINI, 1992.

ROLNIK, Raquel. Cada um no seu lugar! (São Paulo, início da industrialização: geografia do poder). São Paulo, USP, s/data. Dissertação de Mestrado apresentada à FAU.

ROSNEAU, Helen. A cidade ideal. Evolução arquitectônica na Europa. Lisboa: Presença, 1988.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERVIER, Jean. Histoire de l'utopie. Paris: Gallimard, 1991.

- SILVA, Janice Theodoro da. São Paulo 1554 - 1880; discurso ideológico e organização espacial. São Paulo: Moderna, 1984.
- SITTE, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo: Ática, 1992.
- SVECENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. O Orfeu extático da metrópole; São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- TAFURI, Manfredo. Architecture and utopia. London: MIT Press, 1994.
- THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1989, 3 vol.
- VANUCCHI, Maria Ivone B. A indústria de papel no Paraná 1890-1970. Curitiba, 1977. Tese, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- VICENTINI, Yara. 1930: a utopia urbana de Ford na Amazônia. Espaço & Debates, São Paulo, 34: 84-92, 1991
- VIDLER, Anthony. Ledoux. Madrid, Akal, 1994.
- \_\_\_\_\_, The scenes of street. in: On Streets: Cambridge, MIT Press, 1980.
- WEINER, Deborah. Architecture and social reform. New York: Manchester University Press, 1994.
- WIBENSON, Dora. Tony Garnier: the Cité Industrielle. New York: George Braziller, 1969.
- YAMAKI, Humberto. *Patte d'oie norte-parananense*. in: HOLANDA, Frederico e KOHLSDORF, Maria Elaine. Anais do 4 SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. Brasília: FAU-UNB, 1991. p. 235-243.

## **FONTES:**

### **Centro de Documentação e Memória de Klabin:**

Correspondência da Secretaria Geral de 1940 a 1947.

Circulares da Secretaria Geral de 1941 a 1946

Documentos do Serviço Médico 1943 a 1946

Documentos do Setor de Viação 1945 a 1946

Plantas e desenhos:

Acampamento de Lagoa (12/01/42)

Levantamento topográfico de Harmonia (16/07/41)

Casa K7 mina de carvão (18/01/54)

Instalações da Mina

Anteprojeto da localização de uma fábrica de papele celulose Walter Ashauer, com a fábrica, acessos,

Vila operária. 1:10.000 (1937)

Mapa topográfico para a localização de uma fábricade papel na Fazenda Monte Alegre.

Reinhard Maack - esc. 1:25.000 (1936)

Planta da Fazenda Fortuna (Quartelá) 1911

Distribuição dos pinheirais em 1:10.000, Ashauer (1937)

Lugar nº 3 para fábrica 1:1.000, Ashauer (1938)

Planta da Fazenda 1.100.000, Luis Augusto Vieira (1946)

Local para cemitério 1:1000 (1944)

## **Klabin Fabricadora de Papel S/A - Divisão Paraná**

Projetos do acervo do Arquivo Técnico:

Monte Alegre, Cidade e Fábrica planta - esc 1: 2500 (08.01.58)

Harmonia - Levantamento Planimétrico Cadastral - esc. 1:500 (fev. 67)

Planta da cidade de Monte Alegre - esc. 1:2000 (8.10.71)

Casa de Mestres (18.12.43)

Casa dos Mestres (16.05.43)

Casa para Funcionários

Projeto Completo de Residência (26.06.40)

Casa da Alameda Manoel Ribas nº 2 - estudo para aumento e modificações de fachadas

Casa da Rua Alfa, nº 28 - levantamento em 12.05.66

Planta para Construção da Chaminé (29.03.43)

Cemitério (21.01.44/22.04.44)

Dependências do reservatório de água (18.05.43)

Chácara Primavera

Projeto para uma venda (26.02.53)

Pensão de Solteiros (25.05.43)

Posto de Higiene Estadual (27.01.44)

Fachada do Grupo Escolar (02.03.53)

Padaria

Cooperativa